COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
JANE CRUZ PRATES
(organizadoras)



EDITORA
2021

DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19



Volume 92

DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
JANE CRUZ PRATES
(organizadoras)



BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa
Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Marcos de Lima Gomes

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

An1 ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PRATES, Jane Cruz (organizadoras).

Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 241 p.

Coleção Comunicação e Políticas Públicas, vol. 92. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993758-0-4
http://doi.org/10.5281/zenodo.4763295

1 - Assistente Social. 2 - COVID-19. 3 - Educação. 4 - Serviço Social.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Serviço Social. IV - Série

CDD – 360

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A “Coleção Comunicação & Políticas Públicas”, vinculada à Editora IOLE, tem o objetivo de divulgar livros, de caráter didático e relevância científica e social, produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e da práxis em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras
(Organizador da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

PREFÁCIO

PREFÁCIO

Ao receber o convite das organizadoras para escrever o prefácio desse livro, além da surpresa imediata, a dúvida por que caminhos percorrer. Afinal, o trajeto dessa obra expressa o Brasil profundo. Conta com pesquisadoras de norte a sul do Brasil e o livro expressa uma conexão pampas e florestas, demonstrando que coletivamente se pode construir conhecimento científico com competência e rigor teórico-crítico. Destaco a alegria de contribuir um pouco com essa publicação.

Entre inúmeros caminhos e pela ordenação dos temas e capítulos que compõem esse livro, me parece importante demonstrar, principalmente nessa conjuntura e em meio ao Ensino Remoto Emergencial (ERE), a atualidade do projeto de formação profissional em Serviço Social.

A pandemia de Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020, afeta toda a humanidade, contudo, não da mesma forma. O momento ressalta a contradição posta na realidade concreta, de que a produção da riqueza no capitalismo é proporcional à produção da pobreza, como já apontava Marx no capítulo XXIII da obra *O Capital: crítica da economia política*. A Índia é um exemplo disso, o país que mais exporta vacina para o mundo tem visto uma crescente de casos e mortes, batendo recordes mundiais de contaminação diária[1]. Desse modo, apreende-se que a Covid-19 acentua as contradições, mas não explica seus fundamentos.

No Brasil, o cenário é desolador. Escrevo essas linhas no dia em que o Brasil atinge a marca de mais de 400 mil mortes pela

[1] BBC. "Covid na Índia: por que a tragédia da pandemia no país asiático ameaça o mundo todo". **BBC Brasil** [27/04/2021]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese> Acesso em: 29/04/2021.

Covid-19, produto de um "desgoverno" que não se preocupa com vida, conclama as pessoas a se exporem ao vírus, nega a gravidade dos fatos e aproveita o momento para tentar "passar a boiada"[2] das contrarreformas que retiram direitos e matam a população pobre.

Em meio à pandemia do novo coronavírus no Brasil, o desemprego bate recorde histórico, mais de 14 milhões de desempregados e 5,9 milhões de desalentados[3], aqueles não têm condições para buscar trabalho, mas assumiriam postos se houvessem empregos. Ao mesmo tempo, a pandemia fez emergir, conforme apontou a revista Forbes em 10 de abril de 2021[4], dez novos bilionários no Brasil, entre eles donos de bancos digitais, empresa de investimento e de pagamentos eletrônicos.

Como já mencionado, a pandemia não é vivida da mesma forma pelos sujeitos sociais, há particularidades nesse processo, mulheres negras, LGBTQIA, principalmente travestis e transexuais, compõem a parcela mais vulnerável. Os dados do Boletim Epidemiológico n. 50, do Ministério da Saúde, de 12 de dezembro de 2020, apresentam

> ainda muito incipientes e subnotificados em relação à raça/cor/etnia, reforçam essa disparidade racial. Entre os hospitalizados pela covid-19, 209.034 são negros, enquanto 202.482 são brancos. Nos números

[2] Referência à fala do ministro do meio ambiente Ricardo Salles, na reunião no Palácio do Planalto em 22 de maio de 2020. Referenciando-se que enquanto a mídia se preocupa com a Covid-19 é o momento de alterar legislações ambientais sem preocupações com o Congresso Nacional e a justiça.

[3] IBGE. "PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 14,2% e taxa de subutilização é de 29,0% no trimestre encerrado em janeiro de 2021". **Agência IBGE Notícias** [31/03/2021]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 29/04/2021.

[4] CALAIS, B. "Brasil tem 10 novos bilionários no ranking de 2021". **Forbes** [10/04/2021]. Disponível em: <https://forbes.com.br>. Acesso em: 29/04/2021.

> da mortalidade pelo vírus, essa diferença persiste: negros são 74.949, e brancos, 62.993[5].

No bojo da luta de classes que se desdobra nas desigualdades sociais que se acirram na pandemia, a educação em geral e a educação superior passam por um período de enorme crise. O Ensino Remoto Emergencial (ERE) traz em si o modelo privatista e mercantil da educação, reforçando a contrarreforma na educação como um projeto para o Brasil e para a América Latina[6], e também sofre com os influxos mercantilizados do Processo de Bolonha.

O ERE na educação superior deve ser duramente combatido por docentes, discentes e toda a sociedade, pois trata-se da forma que concilia menor investimento em educação pública e acumulação capitalista. O ERE fragmenta os conteúdos, diminui carga horária, fomenta a quebra de pré e co-requisitos sem o prévio planejamento pedagógico, retirando o direito de milhares à formação profissional de qualidade.

Muitos caminhos podem ser construídos como estratégia para enfrentamento do ERE nos cursos de Serviço Social. As entidades da categoria, desde março de 2020[7], vêm apresentando notas, orientações, ouvindo as experiências de profissionais em teletrabalho, instruindo com resoluções e normativas. Mas, para esse prefácio, quero me dedicar a demonstrar que o Projeto de Formação Profissional, assim como, as Diretrizes Curriculares da Abepss, de 1996 – como um documento síntese desse projeto – seguem atuais e se refletidas coletivamente, podem apontar

---

[5] FERREIRA, L.; SILVA, V. R. "2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBT+". **Portal Gênero e Número** [22/12/2020]. Disponível em: <http://www.generonumero.media>. Acesso em: 29/04/2021.

[6] FARAGE, E. "Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social". **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 140, janeiro/abril, 2021.

[7] Ver mais em ABEPSS: <http://www.abepss.org.br> e CFESS: <http://www.cfess.org.br>.

estratégias para minorar os impactos dessa modalidade nos cursos de Serviço Social.

O projeto de formação profissional expressa, no âmbito da formação, a direção social que se quer para a profissão. Com o avanço da perspectiva de intenção de ruptura[8], o Serviço Social Brasileiro se renova teórica e politicamente. Um marco fundamental desse debate é a obra de Iamamoto e Carvalho, de 1982, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: *esboço de uma interpretação histórico-metodológica*[9], que se constitui "na primeira obra de Serviço Social, em nosso país, ancorada diretamente no legado marxiano e nos quadros da renovação da profissão"[10].

Agrega-se a isso, o esforço da categoria profissional, em especial da ABESS, e logo em seguida do CEDEPSS, na formulação, implantação e avaliação[11] do Currículo Mínimo, aprovado em assembleia da ABESS, em 1979 e pelo MEC, em 1982. Os anos de 1980 são marcados, entre outras coisas, pelo avanço do debate marxiano no Serviço Social, do fortalecimento da pesquisa como decorrência dos cursos de pós-graduação, e, em especial, das avaliações do currículo mínimo 1979/1982 que vão desembocar na revisão desse currículo e na elaboração das Diretrizes Curriculares, em 1996.

Assim, o projeto de formação profissional é maior que as Diretrizes Curriculares, tais diretrizes expressam materialmente a direção social em um documento, mas não se finda nela. O projeto de formação profissional é dinâmico, em movimento, recebe

[8] NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.
[9] IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2011.
[10] ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-político do Serviço Social Brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019, p. 103.
[11] Tais avaliações podem ser encontradas, principalmente nos periódicos **Cadernos ABEPSS**, n. 03 e n. 04; e, na **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 14.

influxos da realidade concreta, dos movimentos sociais, da articulação à esquerda na luta por uma sociedade emancipada e soberana. O projeto de formação profissional coaduna com o projeto de profissão, articulando internamente trabalho e formação profissional, e expressa também um projeto societário[12]. Assim como, considero que

> o projeto de formação profissional expressa um movimento histórico de tentativa de ruptura com o conservadorismo, no lastro do movimento de reconceituação latino-americana e seus rebatimentos na renovação do Serviço Social. O projeto de formação tem nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996, seu marco mais complexo e amadurecido, síntese de todo processo histórico, contudo, não se finda nela mesma. Como ponto de maturação teórico-metodológica e pedagógica, as Diretrizes Curriculares são um ponto de chegada, mas também ponto de partida para novas incidências teórico-práticas junto à formação profissional – como a Política Nacional de Estágios (PNE), os Subsídios para o Debate Étnico-racial na Formação, A Contribuição da ABEPSS para os Programas de Pós-Graduação, os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP´s) e a estratégia do Projeto ABEPSS Itinerante[13] – pois tendem a garantir a continuidade e a direção social que as Diretrizes contemplam[14].

[12] NETTO, J. P. "A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea". *In*: ABEPSS/CFESS/CEAD-UnB (orgs). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: UnB, 1999.

[13] Assim como compõe o projeto de formação profissional as posições da ABEPSS frente à mercantilização da educação, ao ensino a distância, aos mestrados profissionais, entre outras posições.

[14] TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do Serviço Social**: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (Tese de Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2019, p. 67.

Nesse sentido, o projeto de formação profissional segue atual em sua direção, pois avança aliado à luta maior da classe trabalhadora, por meio de nossas ações concretas, tanto das entidades da categoria como por meio das respostas concretas de docentes, supervisores/as de campo e de discentes. A elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social deve se pautar, se autoavaliar e construir respostas na direção do que se acumulou na categoria profissional na direção do projeto de formação profissional, e, por consequência, do projeto ético-político profissional.

As Diretrizes Curriculares completam, em 2021, 25 anos de existência. O esforço teórico, político e coletivo da categoria profissional, assim como seu amadurecimento intelectual, permitiram a construção de um documento que segue atual, pois dialoga com a realidade concreta e deve se tornar um guia para as unidades de formação acadêmica, principalmente nesses momentos em que a fragmentação do conhecimento, por meio do ERE, é uma tendência que pode continuar mesmo depois da pandemia de Covid-19.

Um elemento que demonstra a atualidade do Projeto de Formação Profissional é que o Materialismo Histórico e Dialético, – matriz que orienta a direção social da profissão, em seus suportes de Teoria do Valor-trabalho, Método Crítico Dialético e a Perspectiva da Revolução – é fundamental para a apreensão das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996.

A lógica que sustenta as diretrizes se assenta na lógica crítico-dialética, sem a qual os conteúdos, matérias, pressupostos se tornam fragmentados, esvaziados das categorias de totalidade, contradição e mediação, necessárias para desvendar a realidade e construir respostas profissionais (no âmbito da formação e do trabalho de assistentes sociais).

> Sem dúvida a inovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS está no trato do significado social da profissão como totalidade, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e que tem nas particularidades sócio-históricas da questão social seu objeto de estudo e intervenção. Nesse sentido, a necessidade de um rigor na perspectiva marxista, na apreensão das particularidades da sociedade brasileira e suas transformações na reestruturação produtiva é fundamental para a apreensão do significado social da profissão. Por esses motivos, a correta apreensão do método na teoria social marxista é exigência para a correta apreensão do projeto de formação e da construção da intervenção profissional[15].

A atualidade das diretrizes curriculares está, também, no reconhecimento da questão social como eixo que articula trabalho e formação e se constitui como fundamento ontológico da profissão de Serviço Social, a qual "se particulariza nas relações de produção e reprodução da vida social"[16].

Em uma conjuntura de contrarreforma do Estado, políticas ultraneoliberais, os pressupostos da formação apontados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS seguem atuais, pois, preveem que

> O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo

[15] TEIXEIRA (2019, p. 74).
[16] ABESS/CEDEPSS. "Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de Nov. 1996)". **Cadernos ABESS**, n. 7, Edição Especial, 1997, p. 60.

> profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho[17].

Desse modo, as unidades de formação acadêmica devem refletir como garantem espaços em que discentes possam apreender a questão social na realidade concreta nessa quadra histórica, como os diferentes componentes curriculares permitem a leitura da realidade brasileira nesse governo e os movimentos sociais de esquerda como sujeitos sociais reivindicando seus direitos na cena política contemporânea. Os cursos devem refletir como os componentes curriculares, mesmo no formato emergencial remoto, consideram esses elementos.

A formação profissional deve assegurar aos profissionais a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

[17] ABESS/CEDEPSS (1997, p. 61).

4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor[18].

Um dos desafios nessa conjuntura é assegurar esses elementos para a formação profissional com qualidade. Essa capacitação, necessária à formação de assistentes sociais, é muito atual, uma vez que analisa o processo histórico como totalidade.

Um dos elementos mais importantes, e que deve ser analisado pelos cursos para a implantação do ERE, é a unidade articulada dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Segundo as Diretrizes Curriculares, os núcleos de fundamentação são: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. "A formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades"[19].

> Esses núcleos são expressões de uma totalidade de conhecimentos que se complexificam a partir do núcleo teórico-metodológico da vida social, o qual

[18] ABESS/CEDEPSS (1997, p. 62).
[19] ABESS/CEDEPSS (1997, p. 63).

> analisa o ser social fundado no trabalho. Esta totalidade se particulariza nos núcleos de fundamentação da sociedade brasileira e do trabalho profissional. O conteúdo desses núcleos expressa níveis diferentes de abstração do real, da realidade social e da profissão, permitindo respostas profissionais condizentes com a direção social hegemônica da profissão. São totalidades complexas em níveis distintos e articulados entre si[20].

A lógica dos três núcleos de fundamentação, como totalidade de conhecimentos necessários à formação, não pode ser desconsiderada nesse momento de ensino remoto emergencial. A unidade articulada dos três núcleos deve ser a baliza para a eleição de disciplinas a serem ofertadas, para a construção de critérios para distribuição de componentes curriculares, principalmente para os concluintes e para os ingressantes, que não podem perder a perspectiva de totalidade na análise da realidade concreta e nas respostas profissionais, mesmo nesses momentos de pandemia.

O conteúdo dos três núcleos de fundamentação revela os conhecimentos necessários para formar assistentes sociais, ao mesmo tempo expressam o arsenal de categorias que as/os profissionais devem articular para construir respostas profissionais no cotidiano de trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais e junto aos sujeitos para os quais nossa intervenção profissional se direciona. Dessa forma, a unidade desses núcleos é um dos momentos na formação que expressam a relação trabalho e formação profissional. Esses princípios e o acúmulo da categoria devem ser o guia para enfrentarmos coletivamente o ERE no Serviço Social. O que se quer afirmar é que, para enfrentar os desafios contemporâneos, o atual projeto de formação profissional hegemônico segue como guia efetivo para os cursos e as respostas à realidade concreta exige um

[20] TEIXEIRA (2019, p. 80).

esforço intelectual, político e metodológico, mas sem o acúmulo da categoria colocamos em risco a direção social do projeto de formação profissional.

Nesse sentido que a obra, que agora vem a público, é um instrumento importante para destacar a atualidade do projeto de formação profissional do Serviço Social. Os capítulos apresentam e reafirmam os princípios, pressupostos e diretrizes postos desde 1996 para a formação. Debatem temas importantes para a reflexão da formação, dos estágios, da extensão e da pesquisa, assim como da pós-graduação. A obra refirma a perspectiva materialista, histórica e dialética na relação entre formação e trabalho, conhecimento e realidade.

Parabéns às pessoas envolvidas na pesquisa e boa leitura!

Rodrigo Teixeira

Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Gestão 2021-2022

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Campus Rio das Ostras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 23

CAPÍTULO 1 |
As novas velhas contradições pelas lentes marxianas: críticas ao ensino superior brasileiro em tempos de pandemia 29

CAPÍTULO 2 |
Formação e Serviço Social em tempos de Covid-19 51

CAPÍTULO 3 |
Precarização da formação profissional em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19 75

CAPÍTULO 4 |
A Pandemia da Covid-19 e seus impactos na pós-graduação em Serviço Social da UFAM 107

CAPÍTULO 5 |
Grupos e núcleos de pesquisa para a formação e suas estratégias frente à Covid-19 137

CAPÍTULO 6 |
Formação profissional em Serviço Social e o estágio supervisionado no contexto pandêmico 167

CAPÍTULO 7 |
No olho do furacão: o estágio supervisionado em Serviço Social em tempos da Covid-19 201

SOBRE OS AUTORES | 231

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em tempos de espraiamento da pandemia de COVID-19 nos vários cantos do globo terrestre e de elevação assustadora dos números de infecção, internação e óbito, o Brasil se destaca nos noticiários nacionais e internacionais pela adoção da política de morte, pelo boicote às ações de enfrentamento da pandemia, por ataques desmedidos à ciência e à intelectualidade. Esse projeto político coloca o Brasil num cenário pouco animador quanto à vitória sobre a pandemia, à retomada do trabalho e da formação presenciais, dos encontros em família, das manifestações de rua etc. Enquanto isso, nós buscamos nos nutrir de esperança e luta para não sucumbir e não permitir que o negacionismo, o bolsonarismo e a política de morte tenham a palavra final.

No intuito de garantir a biossegurança, o trabalho e o ensino remotos vêm se desenhando como alternativas possíveis de continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária, ainda que precárias e limitadas, intensificando e precarizando as condições de trabalho e de formação profissional. As demandas se avolumam: ensino remoto na graduação e pós-graduação, aulas síncronas e assíncronas, intermináveis reuniões on-line, orientações, bancas de qualificação e defesa de dissertações e teses, reuniões de colegiado, revisão de artigos, participação em comitês de periódicos e eventos científicos, dentre outras.

Reconhecendo a atualidade do debate sobre o processo formativo em meio à pandemia de COVID-19 e os dilemas que permeiam esse contexto, brotou o interesse de produzir uma coletânea que trouxesse luzes em torno desse cenário e ajudasse a pensar em caminhos possíveis. Assim, a muitas mãos, pesquisadores das várias regiões do país, mesmo sobrecarregados

pelo trabalho remoto, abraçaram o desafio de contribuir nessa reflexão.

Trata-se também de um esforço que brota do compromisso assumido pelo projeto "A formação e o trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e Sul do Brasil", desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia), conduzido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

O livro é composto por sete capítulos que analisam a conjuntura e problematizam a precarização das condições de trabalho, os desafios de condução da formação profissional na graduação e na pós-graduação, o ensino remoto emergencial e o estágio supervisionado em Serviço Social, asseverando a necessidade de defesa da vida e de manutenção da fidelidade aos princípios que norteiam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

À luz dos preceitos marxianos, Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Aldair Oliveira de Andrade e Jane Cruz Prates, no capítulo *As novas velhas contradições pelas lentes marxianas: críticas ao ensino superior brasileiro em tempos de pandemia,* trazem para o centro do debate as contradições presentes na realidade brasileira e, em particular, no ensino superior brasileiro, momento em que chamam a atenção para o ataque à intelectualidade e à ciência, num contexto de aprofundamento da pandemia no país.

No capítulo *Formação e Serviço Social em tempos de COVID-19***,** Tatiana Reidel e Luciana Cantalice discutem os desafios que se apresentam à formação profissional em Serviço Social num contexto tão adverso. Para tanto, situam a conjuntura e os dilemas que se põem à condução da graduação e a pós-graduação,

oportunidade em que salientam a atuação primordial das entidades da categoria em favor da formação e do trabalho profissional de qualidade.

Vera Lúcia Batista Gomes, em *Precarização da formação profissional em serviço social no contexto da pandemia da Covid-19*, põe em relevo as contradições entre a garantia da biossegurança e as estratégias adotadas para a continuidade da formação graduada e pós-graduada em Serviço Social, chamando a atenção para os riscos do ensino remoto emergencial.

Marinez Gil Nogueira Cunha, Hamida Assunção Pinheiro e Clivia Costa Barroco, no capítulo *A Pandemia da Covid-19 e seus impactos na pós-graduação em Serviço Social da UFAM*, lançam luzes sobre a formação pós-graduada em Serviço Social no contexto da pandemia de COVID-19, com atenção especial ao ensino remoto emergencial (ERE), trazendo as particularidades do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

No capítulo *Grupos e núcleos de pesquisa para a formação e suas estratégias frente à Covid-19*, Jane Cruz Prates e Erica Bomfim Bordin discutem o papel formador dos grupos e núcleos de pesquisa tanto para a graduação quanto a pós-graduação em Serviço Social. Num cenário de isolamento, de ensino e trabalho remotos, os encontros dos grupos e núcleos de pesquisa mantêm acesa a chama da crítica, do debate científico, das trocas, da produção do conhecimento.

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira, a partir de toda a sua experiência no debate da temática, no capítulo *Formação profissional em Serviço Social e o estágio supervisionado no contexto pandêmico,* enfatiza que, num contexto tão desafiador marcado por uma pandemia e imposição do ensino remoto, é necessário ratificar os princípios que sustentam a formação

profissional de qualidade, o que pressupõe reconhecer e defender o estágio como atividade curricular teórico-prática, que articula as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa, inerentes à profissão.

No capítulo *No olho do furacão: o estágio supervisionado em Serviço Social em tempos da Covid-19,* Vivianne Batista Riker de Sousa e Roberta Ferreira Coelho de Andrade discutem o estágio supervisionado em Serviço Social em meio à pandemia ocasionada pela COVID-19. Ao longo do texto, explicitam que, em tempos de ensino remoto, há muitos desafios à condução do estágio em Serviço Social, num contexto repleto de armadilhas para o campo da formação profissional.

Diante de desafios tão grandiosos e de uma nefasta política que conduz o país, precisamos, mais do que nunca, reafirmar nossos princípios ético-políticos, resistir e nutrir a luta pela superação dessa estrutura social, que segue a subjugar o trabalhador. Nessa conjuntura que nos parece escura, fria, assustadora, queremos afirmar como o poeta amazonense Thiago de Mello: “faz escuro, mas eu canto, porque a manhã vai chegar [...]. Vamos juntos, multidão, trabalhar pela alegria, amanhã é um novo dia”.

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Jane Cruz Prates

(Organizadoras)

CAPÍTULO 1

As novas velhas contradições pelas lentes marxianas: críticas ao ensino superior brasileiro em tempos de pandemia

AS NOVAS VELHAS CONTRADIÇÕES PELAS LENTES MARXIANAS: CRÍTICAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Aldair Oliveira de Andrade

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Jane Cruz Prates

Este capítulo se propõe a discutir sobre as contradições que permeiam a realidade brasileira e o ensino superior no Brasil, a partir da leitura da teoria social de Marx e do método marxiano, num esforço de leitura sincrônica e diacrônica, de modo a chegar ao contexto contemporâneo marcado por uma pandemia e por um ataque frontal à ciência e à intelectualidade no país.

Para a construção do texto, recorremos à pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências as obras do próprio Marx, leituras estas possibilitadas pela disciplina de Introdução à Teoria Marxiana e ao Método em Marx, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A obra marxiana nos ensina que o movimento da história é pleno de contradições, as quais estão na base da constituição e do desenvolvimento da sociedade capitalista. Em 2021, enquanto escrevemos estas linhas, o mundo inteiro e o Brasil são duramente solapados por uma pandemia gerada por um vírus (coronavírus) com poder letal, que, além de se manifestar como um grave problema sanitário, é desencadeadora de uma severa crise social, que coloca diante de nossos olhos as inúmeras contradições de uma sociedade sustentada na concentração e acumulação de riquezas em

favor de estratos sociais abastados, à custa do espraiamento da miséria, do acirramento das desigualdades, da opressão de grupos minoritários, da superexploração do trabalho, da negação dos direitos. Embora a pandemia de Covid-19 seja algo novo e suscite a emergência de múltiplas contradições, não podemos dizer que estas sejam novas. Na verdade, temos diante de nossos olhos as arcaicas estruturas sociais capitalistas que, como os seres detritívoros, continuam a se alimentar e a se deliciar de carniça.

Sob o prisma marxiano, este artigo se fundamenta no pressuposto de que as contradições estão presentes na história da humanidade e que não podem ser desconsideradas em qualquer análise que se pretenda fazer sobre a sociedade. Nesse sentido, de modo a favorecer ao(à) leitor(a) o acompanhamento do encadeamento lógico do texto, partimos de uma breve reflexão quanto à atualidade, à vitalidade e à congruência das ideias marxianas para iluminar a leitura crítica destes tempos sombrios em que vivemos, inclusive no Brasil, com um governo de extrema-direita; em seguida, fazemos um recorte para a realidade brasileira, tomando como foco o ensino superior brasileiro em tempos de bolsonarismo e obscurantismo, em que as políticas educacionais são fartas de irracionalidade e polarizações.

Convidamos o(a) leitor(a) a caminhar conosco por estas linhas e laudas que objetivam trazer à luz a atualidade da obra de Marx para explicar a conjuntura brasileira e os jogos de poder que atravessam a política e, necessariamente, o ensino superior no país, que, em tempos de pandemia, poderia oferecer muitas luzes para a compreensão deste capítulo da história e para a obtenção de respostas cientificamente embasadas acerca da profilaxia e terapêutica para a COVID-19. O arsenal marxiano nos permite refinar o olhar sobre as contradições brasileiras e nos indicar que, na luta de classes, precisamos assumir nossa posição. Nosso lugar é

junto aos nossos, a classe trabalhadora, tendo a certeza de que estamos do lado certo da história.

A POTÊNCIA E A PERTINÊNCIA DO PENSAMENTO MARXIANO PARA A ANÁLISE DO MUNDO HODIERNO

A história da humanidade é a história das contradições, para dizer o mínimo. Alguns diriam até que a história da humanidade é uma história de horror, isso se, e por conta desta interpretação, for adotada apenas uma versão dessa história. Em todo caso, sem entrar no mérito se fatalidade, destino, felicidade ou infelicidade, não é possível negar as diversas nuances da aventura dos humanos na Terra.

Como diria Hannah Arendt (2004) em sua introdução da "Condição Humana", somos prisioneiros da Terra e aqui, nesta prisão, construímos um mundo à nossa maneira. Por nossa parte, diríamos que a vida é uma narrativa de embate. Como encontramos em Marx e Engels (2008, p. 10), "a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe".

Nessa aventura terrestre, encontramos homens que moldam, que transformam, que dão o tom explicativo à história da humanidade. Entre estes grandes homens, entre inúmeros que já existiram, está Karl Marx (1818-1883), um cidadão do mundo, um trabalhador, um poeta, um escritor, um revolucionário.

Após duzentos anos de sua passagem por este planeta, seus escritos ainda gritam e sua voz ecoa nas universidades, nos debates, nos movimentos sociais, nos partidos políticos que seguem os princípios revolucionários, em homens e mulheres de carne e osso. Suas teses e suas análises continuam certeiras e atacam violenta e sagazmente uma de nossas "qualidades" mais humanas: nossa

capacidade de explorar o próprio homem, nossa capacidade de aniquilar, de expropriar, de fazer sangrar, transformando em coisa, retirando a humanidade de outros em nome da ganância, da posse, do poder.

A potência de sua obra, a força de sua denúncia, a coragem de sua esperança até hoje, nos desperta de forma límpida um sonho dogmático criado por alguns homens (burgueses) de que eles são melhores (*aristoi*), de que foram escolhidos pela natureza ou pelo destino. Marx (2001) nos lembra que estes somente o são ou estão na condição em que estão, porque nós, os homens despossuídos de bens e possuidores apenas de nossa força de trabalho, estamos nessa condição porque fomos roubados, extorquidos, vilipendiados e expropriados, não pela natureza ou por algum deus, mas por outros homens, por seres iguais a nós.

Sua potente perquirição não nos deixa esquecer que precisamos avançar, pois nada nos será dado e que, também, nada é impossível de ser mudado. No prefácio à 1ª edição de O Capital, Marx (1983, p. 4) postula que a sociedade "muito longe de ser um cristal sólido, é um organismo suscetível de mudança e em permanente processo de transformação". A liberdade da classe trabalhadora e a destruição de seus grilhões serão uma conquista da luta, do embate, pela construção coletiva de ações – mesmo que eivada de contradições, de avanços e recuos –, pela organização, pelo alinhamento e pela autossuperação de nossas próprias limitações organizativas. Para tanto, nas Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social", Marx (1844) nos ensina que a gênese desse processo revolucionário está "na consciência daquilo que é a essência do proletariado", ou seja, os trabalhadores precisam compreender de que lado estão na luta de classes. Este processo de construção dessa consciência de classe se dará pela ação efetiva, pela ação combativa, mas também, e fundamentalmente, pela construção de processos formativos

próprios, nos quais poderá reconfigurar a compreensão histórica sobre sua condição e formar as futuras gerações.

Sua coragem de gritar não nos deixa dormir em berço esplêndido, reitera que é preciso lutar, transformar o mundo que se apresenta. Por isso, assevera na 11ª tese contra Feuerbach que o mundo já fora exaustivamente explicado, sendo este o tempo de transformá-lo (MARX, 1978). Seus escritos indicam que a classe trabalhadora precisa compreender a condição a que fora submetida, compreender que os detentores de capital se apropriam de quaisquer meios para que o trabalhador não se perceba como explorado ou como seu inimigo. Por isso, reafirma de forma dura e límpida que "estamos em luta constante". Por outro lado, o inimigo é ardiloso e sagaz e, nesse jogo, cooptará para si aqueles trabalhadores que não tiverem clareza de sua condição.

Em O Capital, Marx (1983) denuncia e chama a atenção dos trabalhadores para o processo coletivo da produção capitalista e sua apropriação privada, processo no qual o capital cria mecanismos diversos para que o trabalhador permaneça alienado (MARX, 2004), seja do produto do seu trabalho, seja de sua própria condição de explorado, de sua pertença a uma classe, com a qual ele compartilha a mesma condição. A saída, a quebra deste círculo vicioso de submissão é o processo organizativo e combativo, que tenha em seu seio a análise, a reflexão, a ação.

No ocaso de 2019 e alvorecer de 2020, o mundo foi estremecido por uma pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), vírus este que conduz à doença designada como COVID-19. A última com tais proporções avassaladoras ocorrera na segunda década do século XX (entre 1918-1920) e ficou mundialmente conhecida como gripe espanhola. A despeito das grandes descobertas científicas, evolução da ciência médica e conjecturas quanto a possíveis pandemias, a humanidade foi pega de surpresa, na medida em não estava preparada cientificamente

para oferecer uma resposta à altura da evolução do novo coronavírus.

Muito foi analisado, justificado e pesquisado, é um processo assustador e que, ainda no primeiro quindênio de dezembro de 2020, já tinha atingido mais de 67 milhões de pessoas e levado a óbito mais de um milhão e meio em todo o mundo. Nesse mês referido acima, a Europa estava sendo atingida pelo que vinha sendo chamada de segunda onda da COVID-19. Sob o comando e a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), ações foram tomadas como num "esforço de guerra". No Brasil, os números não param de crescer e nem sequer podemos dizer que superamos a primeira onda. Em alguns estados brasileiros, já se vivencia a segunda onda. Ultrapassamos treze milhões de casos e mais de 365 mil vidas ceifadas em todo o Brasil até o dia 16 de abril de 2021, por um vírus com poder letal e pela letargia proposital de um governo ultraconservador que comanda os interesses nacionais desde 2019.

Não temos espaço suficiente, nem é o objetivo deste artigo, para discorrer sobre a viabilidade ou não da cura, o sofrimento daqueles que sobreviveram à doença, mas carregam suas sequelas físicas e psicológicas, o adoecimento psicológico de grande parcela da população, as centenas de milhares de mortes, a falta de investimento em pesquisas; enfim, a multiplicidade de determinantes e consequências de todo esse processo. Entretanto, julgamos pertinente fazer alguns apontamentos quanto à política socioeconômica adotada no Brasil durante essa pandemia, caracterizada por: a) negacionismo da pandemia em nome da economia e da garantia da saúde financeira; b) massificação nos principais veículos de comunicação da necessidade de um "esforço de todos" para salvação nacional; c) construção da narrativa de que "estamos no mesmo barco" e "sairemos mais fortes"; d) socorro financeiro emergencial como saída – uma espécie de *Band-aid* –

para classe trabalhadora que é defraudada até o sangue pelo arrocho do sistema capitalista; na verdade, uma medida de injeção de capital no sistema financeiro para "combater a crise do coronavírus".

O caminho de morte escolhido pelo governo brasileiro não deixa dúvida quanto à primazia da economia e ao valor da saúde econômica em detrimento da saúde física, algo que é próprio da ética capitalista em que os indivíduos são apenas meios, peças para um fim: acumular mais capital. Note-se, por exemplo, que em nome do Auxílio Emergencial, de acordo com dados do Senado Federal (BRASIL, 2020a), até setembro de 2020, já havia sido gasto um montante de mais de 213 bilhões. Contudo, para "socorrer os bancos" foi repassado 1,216 trilhão, cerca de 16,7% do Produto Interno Bruto. Esse tipo de medida – "socorro ao sistema financeiro" – é algo comum em todos os governos. Em síntese, para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, o auxílio é "emergencial"; para os bancos, o auxílio é permanente.

A campanha para o combate à pandemia despertou o "amor ao próximo", a "caridade", o "espírito filantrópico" de grandes empresas, nacionais e transnacionais, uma oportunidade ímpar para demonstrar seu "compromisso com a sociedade e como o povo brasileiro". Por "coincidência", tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3776/2020 que propõe a criação de:

> Incentivo fiscal de dedução do imposto sobre a renda devido por pessoa física ou pessoa jurídica para fomentar, somente durante o ano-calendário de 2020, doações a fundos estaduais de saúde ou a hospitais públicos que organizem campanha de arrecadação de recursos para prevenção e tratamento da Covid-19" (BRASIL, 2020b).

Diante de todas as contradições – desigualdades sociais gritantes; medidas de sucateamento do sistema público de saúde e

das instituições públicas de ensino; implementação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança, saneamento, etc.; esfacelamento da Consolidação das Leis Trabalhistas; Contrarreforma da Previdência que adensou maior tempo de contribuição e menor rendimento na aposentadoria para homens e mulheres; política de proteção e favorecimento a setores da sociedade (Militares, Legislativo e Judiciário) – não se percebem os ares de uma revolução, os ares insurgentes contra o Estado e o Grande Capital, contra o imperialismo financeiro. Pouco se ouve nas ruas, um silêncio quase sepulcral se abateu sobre a nação que sangra e chora pelos seus mortos.

Então, a pergunta que não quer calar vem à tona: Por quê? Não há apenas uma resposta para essa pergunta. Contudo, é possível antever a partir de uma pista: A classe trabalhadora brasileira em sua totalidade não se vê como classe trabalhadora, não se enxerga como agente de transformação da realidade, não se vê como explorada, como roubada, como extorquida. Em suma, não tem consciência em si, não tem consciência de si, como também não tem consciência para si. Essa seria uma chave que abriria a possibilidade de compreendermos a condição letárgica em que parte significativa da classe trabalhadora brasileira se encontra.

Assim, são inegáveis a pertinência e a atualidade das descobertas realizadas por Marx ao analisar a história das relações econômicas entre os homens. A força de sua análise e a identificação de seus elementos constitutivos perpassam os séculos e continuam atuais, suas descobertas não foram superadas, são ainda a luz e o farol a nos iluminar nesta noite escura e tenebrosa da aventura econômica das relações entre os homens.

OS CONTRASSENSOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO SOB O CRIVO DAS IDEIAS DE MARX

Entre as diversas proposições apresentadas por Marx para que a classe trabalhadora alcance sua emancipação, está a constituição de uma "consciência de classe" (MARX; ENGELS, 2003), ou seja, que os trabalhadores percebessem sua condição de explorados e injustiçados, que se vissem numa relação de disputa e que, somente tendo consciência dessas condições, conseguiriam modificá-las ou, melhor ainda, destruir a ordem estrutural vigente da sociedade, transformando-se em agentes de construção de uma nova sociedade, sem exploradores e explorados, possuidores e despossuídos. Para os autores, somente o proletariado tem o caráter revolucionário (MARX; ENGELS, 1998).

Essa emancipação se daria inicialmente por algumas vias: pela tomada dos meios de produção, pela força das armas, e pela formação da classe trabalhadora que compreenderia seu lugar na história. São caminhos nada simples de serem seguidos, duas metas nada simples de serem alcançadas. Esse itinerário exigiria da classe trabalhadora um posicionamento e uma compreensão universal de sua condição, precisaria estar unida, superando para isso suas particularidades, em nome de um fim comum.

Duas revoluções precisariam ocorrer: uma pelas armas com a tomada do poder econômico, e outra pelo intelecto, com a construção de uma nova ética. Uma revolução pelas armas sem o substrato intelectual para mantê-la facilmente sucumbiria; por outro lado, pouco provável uma revolução somente com as ideias; seria preciso para sua viabilidade a mobilização de forças revolucionárias existentes nos explorados.

Embora Marx não tenha em suas obras nenhum tratado sobre educação, seus escritos advogam a necessidade de uma educação

política, que deveria minimamente buscar alcançar dois objetivos: elucidar e denunciar as diversas formas de alienação a que a classe trabalhadora é submetida pela ideologia dominante; propor uma nova realidade social e cobrar dos agentes históricos essa transformação, e a construção de uma sociedade em que a todos seriam atribuídas responsabilidades e também direitos. Somente pela educação a classe trabalhadora formaria uma "consciência de classe", elemento vital para um posicionamento revolucionário. A concepção de educação que encontramos em Marx (2012) não é aquela ofertada pelo estado ou fundamentada nos valores burgueses; ao criticar o programa proposto pelo Partido Operário Alemão, ele é enfático ao rejeitar esse modelo de educação. Sua proposta é de uma educação emancipatória, crítica, reflexiva, sem influência de governo ou igreja. É, nos dizeres de Mészaros (2013), uma educação para além do capital, capaz de forjar a consciência socialista e conduzir a sociedade a uma ordem social qualitativamente diferente da capitalista.

Em duzentos anos, não podemos deixar de reconhecer que houve – sem negar as condições ou tipo de educação a que fora submetida a classe trabalhadora – um salto significativo do acesso da classe trabalhadora à educação formal. Abrindo essa questão numa perspectiva histórica, vamos perceber que a universidade nunca foi uma instituição neutra como se imagina ou é apregoada que deva ser.

Não se pode negar que a burguesia busca nos fazer acreditar que não existe luta de classe, e que as instituições formais do Estado Burguês, como o Executivo, o Supremo Tribunal e o Legislativo, são instituições neutras ou sem nenhum viés político. Esforça-se também em fomentar a compreensão de que a universidade é esse campo neutro dentro da sociedade, como se ela estivesse literalmente em uma redoma. Efetivamente, as universidades surgem por interesses da burguesia nascente no velho mundo, e nos

países em desenvolvimento ou dependentes, nos termos de Fernandes (1981), surgem capitaneadas pelas oligarquias agrárias.

Nos países de capitalismo dependente, as universidades surgem de uma ideia de desenvolvimento social e produção de conhecimento. Não é demais grifar que as universidades brasileiras, de modo geral, são controladas pelo Estado e sobrevivem da subvenção do Estado. Ao mesmo tempo em que reivindica para si uma autonomia, essa autonomia se consolida a partir de uma burocracia institucional que serve ao Estado, e que amordaça ou controla as forças políticas e antagônicas existentes em seu interior.

Podemos dizer que os interesses que estão dentro das universidades são os interesses de determinada cultura, de determinado estrato social; o que não significa que não existam disputas políticas no contexto das universidades, muito embora se possa afirmar que a categoria docente não seja uma categoria revolucionária necessariamente, tendo que em vista que está atrelada à institucionalidade e não há uma hegemonia do pensamento crítico entre os docentes. Não temos o direito de esquecer que muitos docentes não se veem como classe trabalhadora, julgam-se como classe média, como se constituíssem uma outra categoria acima dos trabalhadores.

Em tese, o corpo discente apresentaria este elemento mais revolucionário ou com potência de transformação das estruturas sociais, e com o surgimento de uma classe proletária no Brasil dividiria com esta a possibilidade de transformação revolucionária da sociedade.

A universidade, ao se configurar como um espaço em que a classe trabalhadora também vai se formar e constituir um "novo" corpo docente, supõe-se, deveria tomar ares mais revolucionários ou acalentar em seu seio elementos de vanguarda revolucionária. É impossível não reconhecer que o ingresso de fração da classe

operária nas universidades públicas reconfigura, ou pelo menos, modifica o perfil socioeconômico e político de seu corpo.

Um olhar muito panorâmico sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil nos indica uma correlação de forças entre os setores público e privado, com uma forte abertura ao segmento privado a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais no Brasil, sob o comando dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro lustro da década de 2000, uma grande esperança foi reacendida no seio da classe trabalhadora com a emergência de um metalúrgico ao cargo máximo do executivo: Luiz Inácio Lula da Silva, com pautas sociais e de proteção aos trabalhadores.

Os anos 2000 são, sob certa medida, marcados por uma espécie de "apagão" da classe operária brasileira, pois a ascensão ao poder de um partido de esquerda criou a impressão de que a classe trabalhadora estava no poder. Este contexto enfraqueceu significativamente o poder de contraposição de parcela dessa mesma classe trabalhadora que tinha críticas fundamentais à política de conciliação de classes. Contraditoriamente, é um período de passos importantes no campo social, com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e dilatação dos programas de transferência de renda, a ampliação do número de universidades e institutos federais, os avanços no campo dos direitos humanos etc. No ensino superior, programas como Universidade para Todos (PROUNI), de Financiamento Estudantil (FIES) e de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) são implementados, geram uma elevação incontestável do acesso ao ensino superior no país e são alvos de duras críticas; os primeiros por transferir dinheiro público para a iniciativa privada, sem necessariamente terem a garantia da qualidade da formação e o

último por incrementar o processo de precarização do trabalho docente e sucateamento das universidades públicas.

Iasi (2019) nos explica que, nos 14 anos de governos petistas, a classe trabalhadora não se fortaleceu, pois foi cooptada e desmobilizada. Para sermos justos com a história da luta de classe no Brasil recente, é preciso reconhecer que segmentos organizados dos movimentos sociais e dos servidores públicos de diferentes estratos sociais se manifestaram e fizeram oposição dura aos governos petistas, que se consolidaram em 248 greves no período de 2003 a 2010.

Embora o Partido dos Trabalhadores (PT) falasse em tarefas antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias, suas medidas à frente do executivo federal não se posicionaram contra os interesses do agronegócio, dos setores financeiros e de serviços; preferindo construir um governo de pacto e conciliação de classes. Em 2016, veio o golpe que derrubou Dilma Rousseff e elevou Michel Temer ao cargo máximo do país. O governo usurpador de Temer construiu um presidencialismo de coalizão, com a missão deliberada de impor as reformas necessárias ao grande capital. Durante os quase dois anos do governo golpista, a classe trabalhadora não se intimidou e não emudeceu. Para ilustrar, podemos registrar que só em 2018 ocorreram 1.453 greves de servidores públicos federais, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Com isso, criaram-se as condições para o assalto aos direitos dos trabalhadores e para que tais políticas tivessem apoio das próprias massas trabalhadoras. Nesse cenário, o fundo público foi usado para satisfazer o apetite do capital financeiro e dos demais segmentos do capital monopolista. Sob a cooperação de aparatos privados de hegemonia, como igrejas evangélicas, meios de comunicação e setores conservadores, a extrema direita ganhou força e alçou Jair Messias Bolsonaro à presidência da república,

sustentado no discurso moralista e moralizante, no antipetismo, na pauta anticorrupção, nas ideias protofascistas.

Se recorrermos a Stanley (2019), veremos que a recorrência às ideias fascistas foi determinante para que, nos Estados Unidos da América, Donald Trump chegasse ao poder. Bolsonaro seguiu a mesma cartilha e teve o mesmo orientador: Steve Bannon. Tanto Trump quanto Bolsonaro lançaram mão de estratégias da política fascista: a) retórica de perda do respeito pelos valores nacionais (passado mítico); b) uso da propaganda – em geral *fake news* – para chegar às massas com a pauta anticorrupção, ultradireitista e ataque às instituições; por meio de um linguajar asselvajado, dá voz à irracionalidade e ao fanatismo; c) Desvalorização da educação e da credibilidade das instituições científicas, acusações às universidades e aos docentes quanto a uma suposta "doutrinação marxista" ou difusão do "marxismo cultural"; d) Recurso à irrealidade, à mentira, às teorias conspiratórias; e) Defesa da hierarquia de homens sobre mulheres, de brancos sobre negros, de trabalhadores sobre "preguiçosos", com críticas às políticas afirmativas, aversão ao comunismo e apologia à meritocracia; f) Vitimização dos homens de bem, dos ditos cristãos e brancos; g) Segregação entre nós (seguidores da lei, da moral e dos bons costumes) e eles (criminosos, sem lei, sem princípios); h) Alegação de ameaça à masculinidade e à família tradicional; i) Apelos à noção de pátria; j) Desarticulação da união e do bem-estar público.

Sabemos que, sob a regência do bolsonarismo, o ensino superior brasileiro está diametralmente oposto à perspectiva de uma educação para além do capital, porque se defende uma educação para o mercado, para a garantia da empregabilidade. Às universidades públicas, desde o início de seu governo, Bolsonaro buscou impor a lógica empresarial, por meio do Programa Future-se (lançado em julho de 2019), que foi amplamente rejeitado pela comunidade acadêmica. À pesquisa no país, esse governo tem

relegado parcos recursos, com redução progressiva do orçamento das agências de fomento, cortes de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado e com contingenciamento dos recursos das universidades federais. Os editais disponíveis para financiamento de pesquisas são claramente excludentes, porque não deixam dúvidas de que não há interesse em investir em ciências humanas e sociais.

Em tempos de pandemia no país, as universidades públicas estiveram na vanguarda das pesquisas quanto à ação do vírus no organismo humano e a possíveis medicamentos para os casos leves e graves, à profilaxia (vacinas), ao monitoramento do espraiamento da pandemia, ao apoio psicológico à população, à testagem de anticorpos, à produção de materiais necessários à proteção individual dos trabalhadores da saúde (álcool em gel, máscaras, equipamentos individuais de proteção etc.), enfim, esteve no fronte de batalha, mesmo sem ter todas as armas necessárias para tal; não por sua incompetência ou imperícia, mas porque as universidades vêm sendo progressivamente sabotadas por um governo que é, deliberadamente, anticiência e anti-intelectualismo.

O movimento sincrônico e diacrônico buscado ao longo do texto nos ajuda a perceber que as contradições e contrassensos sempre permearam a política brasileira, pois, enquanto país capitalista dependente, o Brasil sempre foi servil aos interesses capitalistas, fomentando a concentração de riquezas e, contraditoriamente, uma gama de problemas sociais resultantes desse processo, a propalada questão social. Como nos ensina Ianni (2004, p. 91), "há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social".

No caso do ensino superior, inicialmente, o acesso a ele esteve restrito aos filhos da grande burguesia; aos poucos, fomos vendo o ingresso da classe trabalhadora nesse espaço de reflexão, produção do conhecimento e luta de classes. Esse foi e continua a ser um espaço de debates, de embates, de luta, de contradições

também. Nele, coexistem ideias conservadoras e revolucionárias, autoritárias e democráticas, reacionárias e críticas, fundamentalistas religiosas e laicas; em suma, é um espaço plural, onde não reina o pensamento único.

O capítulo mais recente iniciado com um governo de ultradireita se configurou pela exposição, uma espécie de revelação, de uma face de nossa sociedade: a existência na composição do tecido social de um número significativo de indivíduos que, por falta de uma adjetivação mais adequada, nomearemos de "reacionários", expressão que, em certo sentido, engloba todos os posicionamentos ou posturas que vão de encontro ao respeito, ao valor e ao pacto de civilidade que força a constituição das sociedades humanas.

Esse conjunto de indivíduos, com a ascensão de um presidente protofascista, não se sente mais constrangido, ou melhor, intimidado, ou ainda envergonhado, de defender posições extremamente nocivas, descabidas ou mesmo perversas, pelo contrário, sente orgulho de tal posicionamento. O que mais choca em tudo isso – se é que existe algo mais assustador do que um cidadão que sempre deixou claro que defendia absurdos e ainda foi eleito – é que no conjunto dos indivíduos que carregam essa bandeira e defendem esses "valores" estão profissionais da educação, professores dos mais diversos níveis educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a contribuição das descobertas de Karl Marx quanto à história das sociedades e às relações econômicas e sociais. As leis fundamentais que norteiam as relações econômicas são, até o presente, insuperáveis e continuam significativamente atuais.

Marx anteviu em seu vaticínio o que, no presente século, vemos se realizar de forma inexorável e trágica. Nunca na história da humanidade o capitalismo foi tão eficiente em destruição de vidas, espoliação e expropriação das forças e capacidades humanas.

O poder de destruição e a capacidade do capitalismo de adaptação e renovação têm demonstrado maior eficiência que a capacidade da classe trabalhadora de reação e de superação, sendo que efetivamente a classe trabalhadora tem ficado em um posicionamento de reação e de defesa, sem, contudo, desenvolver a capacidade de ataque, superação ou mesmo destruição da ordem capitalista vigente.

Entre as diversas chaves construídas por Marx, duas acreditamos como fundamentais e fundantes para a emancipação da classe trabalhadora do sistema capitalista: a) compreensão de sua condição de alienação e sua consequente superação; b) consciência de classe e construção de processos coletivos de resistência, de modo a suscitar convulsões sociais (ainda que embrionárias, mas com abrangência crescente) que lancem sementes para uma nova ordem societária.

Na realidade brasileira, ainda que se tenha ampliado o acesso ao ensino superior e amplos contingentes de trabalhadores tenham alcançado gradações de escolaridade, não houve uma reverberação na compreensão crítica destes sujeitos acerca da realidade social e de sua condição originária, de classe trabalhadora. Um exemplo triste e deprimente é o atual capítulo da história brasileira, marcado por um governo genocida, misógino, racista, reacionário, inculto, que, em plena pandemia, reduz os investimentos nas universidades, corta verbas para pesquisas e induz a população ao negacionismo da letalidade do vírus e à banalização da vida. O mais grave e surpreendente é que tal postura encontra abrigo em segmentos do setor educacional.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BRASIL. **Pandemia já causou despesas de R$ 411 bilhões para o governo**. Brasília: Senado, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 07/12/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3776, de 2020**. Brasília: Senado, 2021. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 20/11/2020.

DIEESE. "Balanço das greves de 2018". **Estudos e Pesquisas**, n. 89, abril, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IASI, M. L. "Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)". **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 417-438, setembro/dezembro, 2019.

MARX, K. "Teses contra Feuerbach". *In*: GIANOTTI, J. A. (org.). MARX, K. **Manuscritos economico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **A sagrada família**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social" - De um prussiano. **Portal Eletrônico Marxists** [1844]. Disponível em: <https://www.marxists.org>. Acesso em: 10/11/2020.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do "nós" e "eles". Porto Alegre: Editora LP&M, 2019.

CAPÍTULO 2

Formação e Serviço Social em tempos de Covid-19

FORMAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

Tatiana Reidel

Luciana Cantalice

Esta produção resulta da parceria entre assistentes sociais, militantes de entidades representativas de nossa categoria profissional, professoras e pesquisadoras de dois extremos geográficos de nosso país (Sul e Nordeste), que têm buscado avançar em estudos e análises sobre as particularidades e as implicações da Formação e do Trabalho em Serviço Social em tempos de Covid-19. Diante disso, apresentamos a sistematização do conhecimento, produzido de modo solidário e coletivo, buscando contribuir para as reflexões sobre a formação em Serviço Social dentro desse contexto pandêmico, considerando a superexploração do trabalho vivenciada por assistentes sociais docentes, bem como os desafios que se colocam para os/as discentes provenientes da classe trabalhadora, que precisam ter condições concretas de acompanhar e permanecer no ensino superior e acessar seu direito a uma formação de qualidade.

Para avançar nessa análise, organizamos esta produção considerando três pontos norteadores de nossas reflexões. O primeiro consiste na análise da conjuntura e do contexto de pandemia mundial, abordando seus impactos para a profissão e para a formação profissional; o segundo, na observação dos novos e velhos desafios postos para a formação em serviço social em tempos de Covid-19; e o terceiro, nas perspectivas de resistência que se forjam frente à nova/velha política educacional, considerando as recomendações de Saúde Pública, das Diretrizes Curriculares

(1996) para os cursos de Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do Conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social – CFESS/CRESS e da ENESSO(Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) , bem como das demais normativas e resoluções que orientam e contribuem para preservar a direção ética e política que se consolida na formação e no trabalho profissional.

A terceira década do século XXI traz para o mundo um momento singular à ordem capitalista: o contexto da pandemia do Coronavírus/Covid-19. Conforme Marx e Engels (2007), o ser humano genérico, dotado de consciência, é responsável por construir a sua própria história, todavia, não o faz nas condições que escolhe. Há condições que são dadas e que, por sua vez, medeiam suas ações, relações sociais e o próprio processo de desenvolvimento social. A referida pandemia não é um evento previsto nem se constitui como uma tendência da legalidade social. Ela se afirma como um acaso na história e, dadas sua magnitude e letalidade, as consequências societárias, a curto, médio e longo prazo, são nefastas.

Os dados da pandemia do Coronavírus/Covid-19 são estarrecedores. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), o vírus encontra-se presente em todos os continentes do globo, sendo confirmados no mundo, até 27 de janeiro de 2021, 99.864.391 casos de Covid-19, com o aumento de 468.808 novos casos em relação ao dia anterior, e 2.149.700 mortes, sendo 12.856 novos óbitos em relação ao dia 26 de janeiro de 2021. No conjunto dos países das Américas, onde se registra o maior número de casos, temos: 44.197.482 casos confirmados e 1.015.534 mortes. Em particular, o Brasil, que ocupa o terceiro lugar nas estatísticas, ficando abaixo apenas dos Estados

Unidos da América e da Índia, registra o número de 8.933.356 casos confirmados e 218.878 mortes (OMS/OPAS, 2021).

Ressaltamos que no caso brasileiro, dentre os países com o maior número de casos confirmados e mortes, o governo federal e o respectivo Ministério da Saúde, aos quais competem o planejamento e a logística de imunização da população, operam a maior campanha antivacina vista em todo o mundo. Além do discurso aberto e negacionista a respeito dos benefícios da vacinação contra o Coronavírus, destacam-se a desídia e a negligência no tocante à obtenção e à disponibilização das doses de vacina para a população, mesmo possuindo um Sistema Único de Saúde que tem a capacidade técnica e operativa de vacinar milhares de pessoas por dia em todo o território nacional, visto o Plano Nacional de Vacinação já existente na rede de saúde do país.

Essas estatísticas mostram que, apesar do efetivo início da vacinação contra o referido vírus, a pandemia ainda está em ascendência, o que desafia os governos, as organizações de saúde, as profissões e a população na direção da manutenção de estratégias de enfrentamento dessa realidade. Sabemos que, mesmo com a vacinação em curso, os protocolos de saúde deverão ser mantidos, dado o longo percurso para a imunização de toda a população mundial. Há, ainda, um iminente risco de contágio, sobretudo, considerando as novas cepas – modificações no vírus – que estão sendo identificadas em diversos países.

Os efeitos dessa pandemia vão além daqueles que envolvem uma crise sanitária e suas consequências à saúde da população mundial. A estes, soma-se o agravamento de uma crise estrutural já vivida pela ordem capitalista desde os idos dos anos 1970 (MÉSZÁROS, 2009). Vivenciávamos um processo de estagnação da economia mundial antes da pandemia, cujas repercussões societárias inscreviam-se na ordem do desemprego estrutural crescente, inclusive, nas economias ditas de capitalismo central; no

aumento da desigualdade social e da pobreza extrema; no recrudescimento do estado penal, dada a incapacidade do Estado de responder às expressões da questão social pela mediação dos direitos e das políticas sociais; e na completa incapacidade do modo de produção de retomar o seu crescimento econômico.

A necessidade de se conter a pandemia em questão levou estados nacionais, sob a pertinente pressão dos organismos internacionais e dos especialistas em saúde, a decretar *lockdowns*[21] e a drenar recursos para pesquisas e para a dispensação de equipamentos de saúde. Desse modo, os impactos da pandemia nos países de capitalismo central foram contundentes, sobretudo, porque a atual conjuntura alterou a dinâmica da acumulação capitalista, a exemplo do processo de realização da mais-valia, posto que os referidos *lockdowns* alteraram a circulação e o consumo das mercadorias. Essa realidade obrigou os governos a abrirem os cofres públicos e empreenderem esforços voltados à mitigação dos efeitos da pandemia na economia e nas condições de vida da população. Sobremaneira, tornou-se urgente um vasto investimento em ciência, na intenção de que um mapeamento genético desse novo vírus indicasse um tratamento que contivesse os graves efeitos de sua infecção e a descoberta de uma vacina. Esta última, segundo os epidemiologistas, era o horizonte estratégico para a contenção efetiva dessa pandemia.

No Brasil, mediante o fechamento das cidades e o cancelamento de atividades não essenciais, o atual governo, seguindo as diretrizes ultraneoliberais, destinou recursos vultosos ao sistema financeiro; concedeu incentivos ao empresariado – pequenos e médios –, sob o argumento de conter demissões e falências em massa; e em menor medida dispensou recursos, em

[21] Expressão em inglês utilizada para se referir ao ato compulsório de fechamento das cidades, no que se refere às atividades não essenciais, com vistas a restringir a circulação de pessoas e, com isso, incidir sobre o controle de infecções virais.

face da aprovação no Congresso Nacional, destinados a um auxílio emergencial para a população inserida na pobreza extrema.

Considerando, ainda, a particularidade do Brasil, enquanto país de capitalismo dependente e periférico, as consequências da articulação entre uma crise sistêmica e uma crise sanitária severa, além do endosso de uma política genocida pelo governo federal, empurraram o país ao abismo. Por aqui, antes mesmo da pandemia, já se registravam indicadores sociais que apontavam para o agravamento das múltiplas expressões da questão social, por exemplo: índice de desemprego de 12,2% no primeiro trimestre de 2020 (IBGE, 2019); aumento da insegurança alimentar por domicílio, em 2013, 77,4% dos domicílios brasileiros eram considerados dentro dos índices de segurança alimentar, já em 2018 esse percentual caiu para 63,3% (IBGE-POF, 2017-2018); déficit habitacional, que atingiu o número de 7,7 milhões em 2017, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV-ABRAINC, 2021); retorno de doenças já consideradas erradicadas no Brasil, como o caso do surto de sarampo nos estados de Amazonas e Roraima (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Contraditoriamente, as estratégias operadas pelo governo brasileiro, diante dessa realidade, são na ordem da concentração do orçamento público destinado às despesas a serviço da dívida e do refinanciamento da dívida pública (66%), notadamente, em detrimento de investimentos na seguridade social (CGU-PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2021).

Considerando esses indicadores sociais e a realidade pandêmica, observamos a articulação entre uma economia em crise, uma estrutura histórica de desigualdades sociais e a vigência de um governo ultraliberal em uma conjuntura de crise sanitária, cujas consequências atingiram de forma mais contundente a classe trabalhadora.

Essas alterações na totalidade social incidiram em desafios às profissões, na dimensão da formação, da pesquisa e do trabalho

profissional. A conjuntura recente trouxe para as diversas áreas a reedição de velhas demandas e, também, o surgimento de novas requisições. Estas últimas estão relacionadas às questões próprias da pandemia e suas diversas mediações políticas, econômicas, sociais, sanitárias, culturais e ideológicas.

No âmbito do Serviço Social, o desafio é o de decifrar a atual realidade em sua complexidade e, por meio de sua instrumentalidade, emitir respostas profissionais na direção do enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Tenta-se, assim, não sucumbir ao imediatismo das exigências postas diante do ineditismo da realidade pandêmica para a profissão, à pressão institucional por respostas às novas requisições nas diversas áreas e à armadilha da desprofissionalização.

Sendo assim, embora tenhamos consciência da limitação de realizar essa reflexão em um capítulo, buscamos finalizar essa discussão articulando as ênfases dos tópicos analisados no corpo desta produção, na perspectiva de evidenciar uma totalização provisória.

NOVOS E VELHOS DESAFIOS PARA A GRADUAÇÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19

Em 2021, celebramos 85 anos desde a primeira escola de Serviço Social no Brasil, assim como 25 anos da implementação das Diretrizes Curriculares (construídas coletiva e democraticamente no interior da categoria e aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária, em 1996), que evidenciaram e assumiram compromisso com um projeto de formação profissional contendo valores contrários à perspectiva do capital. No entanto, ao longo de uma árdua trajetória de lutas para a garantia de uma formação

profissional de qualidade, convivemos com o movimento de contrarreforma do Estado, em que o Ensino Superior (LIMA; PEREIRA, 2009) e os demais campos das políticas públicas tornaram-se foco de alterações que ocorreram sob orientação do mercado, dando ênfase ao empreendedorismo e à eficácia como balizadores de seu funcionamento.

Desse modo, com a diminuição da responsabilidade do Estado nessa política, acompanhou-se o enxugamento das verbas para o ensino público, o que aconteceu também com as demais políticas sociais, com repercussão inversa na ampliação do capital internacional na educação. As últimas décadas demonstraram os impactos e as mudanças estruturais na política de educação superior no Brasil, em que a universidade se converteu em um espaço de negócios, tornando-se uma instituição que vende serviços, e a perspectiva acadêmica passou a ser avaliada pelo desenvolvimento de seu espírito empreendedor (REIDEL, 2010).

Ao analisarmos a trajetória histórica da formação profissional em Serviço Social no Brasil, destacamos que a partir dos anos 2000 ocorreram mudanças profundas. Acompanhamos governos do Partido dos Trabalhadores implementarem a política de expansão do ensino superior sob a regência do capital e alinhando-se com orientações de organismos internacionais. Com isso, aumentou vertiginosamente o número de instituições de ensino superior privado, bem como houve a proliferação desenfreada do Ensino a Distância (EaD). Nesse período, apesar do aumento das universidades públicas e dos institutos federais no país, a maioria das vagas disponibilizadas ia direta ou indiretamente para o setor privado (PEREIRA, 2009), alterando, assim, a geografia da formação no país.

O Estado avança, de modo galopante, no agenciamento e na expansão da educação superior através do fortalecimento de parcerias com a iniciativa privada, compartilhando as verbas

destinadas à educação, incentivando a privatização e contribuindo para o aumento exponencial do empresariamento da educação por meio de conglomerados – grandes corporações – e expansão do Ensino a Distância. Esse fato reforça um projeto governamental que se vincula aos interesses do desenvolvimento capitalista. Com o golpe jurídico-parlamentar de 2016, a educação brasileira avançou em um processo profundo de retrocessos marcados pela ascensão do conservadorismo e pelo aprofundamento da privatização do ensino, que ocorreu de modo concomitante com a regressão dos direitos sociais.

O atual governo brasileiro avança ainda mais significativamente nesse desmonte, na medida em que demonstra seu desprezo pela Educação e pelo Ensino Superior, realizando alterações no Ministério da Educação, que prioriza a privatização em detrimento do ensino público, laico, de qualidade, social e democraticamente referenciado, bem como reduz investimentos, subsidiado pela Emenda Constitucional (EC) n. 95, o que incide diretamente nas universidades federais, com corte de 30%, evidenciando assim o descaso pela ciência. Vivenciamos um ataque ao ensino superior, em particular às áreas de ciências humanas e sociais, diretamente afetadas pelos cortes de bolsas e de financiamentos de pesquisa, o que prejudica não somente a qualidade da formação e os Programas de Pós-Graduação, dentre eles os de Serviço Social, que se sentem ameaçados de terem seus programas extintos, como também o desenvolvimento científico e tecnológico.

Essa contextualização se faz necessária para que possamos considerar e refletir sobre os novos desafios, sem perder de vista aqueles configurados como velhos e conhecidos problemas postos para a graduação e a pós-graduação, que se exacerbam em tempos de Covid-19. Nesse cenário, os desafios que identificamos a partir da situação do novo Coronavírus não podem ser analisados sem

considerarmos o contexto que se forja no bojo da reforma universitária e os obstáculos postos para a garantia de uma formação de qualidade frente à égide da ofensiva neoliberal, cujas demandas e desigualdades são orquestradas pelo capitalismo e se ampliam com a pandemia. No campo da Educação, destaca-se a medida preventiva, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, de suspensão das aulas presenciais no Brasil por tempo indeterminado, de acordo com a Portaria n. 343, de 17 de março de 2020, que dispôs sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação pandêmica. No entanto, ao reiterar a autonomia da universidade para adotar a EaD, o MEC não evidencia sua implicação na garantia de uma educação de qualidade para todos, em face das diversas desigualdades sociais e particularidades do/as estudantes brasileiro/as. Desse modo, nacionalmente, prolifera-se a denominação "Ensino Remoto", tanto na esfera privada como na pública de educação. Nesse modelo, os/as docentes utilizam-se de suas casas como lócus de trabalho, tendo que aprender a manusear e otimizar instrumentos tecnológicos e plataformas digitais sem parar de trabalhar e sem dispor muitas vezes de condições objetivas e materiais para isso. Além de acompanhar a desvalorização salarial e as precárias condições de trabalho dos/as professores no Brasil, é preciso visibilizar o caráter de feminização da docência. A respeito desse ponto, enfatizaremos a docência em Serviço Social (que também evidencia essa característica em seu corpo discente), posto que essa nova realidade, denominada de "*home office*" ou "teletrabalho", obrigou essas mulheres a realizarem suas atividades em meio ao espaço doméstico, tendo que improvisar e se dividir entre as demandas familiares e as profissionais, o que as submeteu ainda mais aos processos de superexploração e precarização do trabalho.

Comparamos o/a professor/a com um/a equilibrista nesse processo, visto que o trabalho remoto, com todos os desafios da

apropriação de novas tecnologias e de investimento em equipamentos, configura-se como mais um "prato" que o/a docente precisa manter girando, ao mesmo tempo que necessita equilibrar o investimento em equipamentos para ter condições de lecionar, considerando que não são garantidas pelas instituições de ensino as condições concretas para desenvolver seu trabalho de dentro do lar, onde se encontra isolado/a em meio às demandas domésticas e, muitas vezes, dos/as filhos/as, que dependem de seu atendimento e atenção. As docentes mulheres que vivenciam essa sobrecarga de trabalho têm evidenciado seu esgotamento por estarem submetidas à intensificação do trabalho diante das exigências quase que "*full time*" de estarem permanentemente *on-line* em reuniões e atividades administrativas e burocráticas, respondendo *e-mail* e dúvidas nas distintas plataformas que invadem sua dinâmica doméstica e o pouco que restava da vida privada dessas trabalhadoras docentes, frente a uma jornada de trabalho que agora parece ser infinita. Além disso, os desafios de estudar e ensinar no ambiente doméstico ultrapassam a condição de acesso à internet, pois muitos/as docentes e discentes se encontram em meio às atividades domiciliares, tendo de cuidar dos filhos, das crianças com quem convivem, das pessoas adoecidas e/ou de pessoas idosas que dependem de sua atenção e envolvimento.

Para a categoria profissional que historicamente luta por uma educação como direito de todos/as (pública, gratuita, de qualidade, universal e socialmente referenciada) e busca combater o aumento das desigualdades educacionais que historicamente vivenciamos nesse país, o desafio desse contexto aumenta ao se problematizarem as condições concretas que os/as estudantes possuem para vivenciar a formação nessa modalidade. Não há igualdade de acesso e condições de permanência para os/as estudantes e, diante dessa realidade, a assistência estudantil deve ser prioridade, bem como problematizada e reorganizada, considerando as particularidades desse momento pandêmico, que é excepcional.

É necessário atentar para que essa medida de Ensino Remoto, que se justifica como excepcional, não se configure como permanente, pois, conforme adverte Antunes (2018), interessa ao capitalismo transferir para o trabalhador despesas que antes eram de atribuição exclusiva de patrões e empresas. Essa realidade confronta com a perspectiva de uma educação emancipadora, resistente à mercantilização, aligeiramento e flexibilização, defendida pelo Serviço Social. Nesse sentido, precisamos nos atentar e resistir para não naturalizar a lógica do Ensino Remoto, que casa perfeitamente com a lógica de educação flexibilizada e comercializada. Para isso, nossa categoria conta com a articulação política e a orientação das entidades representativas da profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO), as quais, ancoradas nas Diretrizes Curriculares (1996) – arcabouço documental e legal – e sob a orientação do Projeto Ético-Político Profissional, têm dado suporte para a categoria por meio de seu posicionamento e resistência, da produção de materiais audiovisuais e dos demais subsídios que permitem direcionar a articulação coletiva e o posicionamento de assistentes sociais.

ARTICULAÇÃO DAS ENTIDADES PELA GARANTIA E DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL DE QUALIDADE

O Serviço Social brasileiro chega ao século XXI com uma direção teórico-política consolidada e que se expressa, principalmente, por meio da Lei 8.662/1993, a qual regulamenta a profissão de assistentes sociais, das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais (1993). Apresenta-se com um amplo campo de formação, atuação, pesquisa e produção do conhecimento e possui uma sólida dimensão organizativa, mediante articulação e atuação

de suas entidades representativas: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO.

Dessa maneira, embora o contexto de pandemia seja inédito à profissão, esta revela deter os fundamentos para fazer a leitura dos elementos postos por essa conjuntura, identificar as mediações com o seu objeto de trabalho, isto é, a "questão social", com as competências e atribuições da profissão, bem como, por meio de sua instrumentalidade, responder aos desafios postos pelo tempo presente.

Esses fundamentos se inscrevem no entrecruzamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que orientam a formação, a produção do conhecimento e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais. Portanto, o substrato para o desciframento da realidade atual, a identificação das demandas e as respostas profissionais encontra-se na reafirmação do atual projeto ético-político profissional, considerando seus pressupostos, princípios e diretrizes.

Nesse sentido, inscreve-se como caminho viável e necessário à unidade formação-trabalho profissional na atualidade a apreensão de que o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social e que, portanto, necessita decifrar o tempo presente, as demandas concernentes à profissão e as possibilidades de sua atuação. Sendo assim, espera-se, ao fazer tal leitura, que o Serviço Social empreenda um rigoroso trato histórico, teórico e metodológico que oportunize identificar o conjunto de questões e desafios com os quais os/as assistentes se defrontam no universo da produção e reprodução da vida social na atualidade, bem como, mediante adoção de uma teoria social crítica, que propicie a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, articule a dimensão

investigativa e interventiva na direção das respostas profissionais necessárias e que, assim, demarque a relação intrínseca entre teoria e prática, para elaboração de políticas, programas, planos, projetos e ações coletivas, que visem o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, na particularidade da pandemia da Covid-19.

Nessa direção, as entidades representativas da profissão envidaram esforços para a construção de subsídios que viessem orientar a articulação e a atuação individual e/ou coletiva dos/as assistentes sociais, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais, principalmente, naqueles mais exigidos nesses tempos.

Cabe destacar a evidência da modalidade de trabalho remoto, que alterou a relação direta e cotidiana da maioria dos/as profissionais com seus/suas usuários/as e obrigou a articulação extensiva das novas tecnologias de comunicação nos processos de trabalho, nos quais esses/as profissionais se inserem. Essa realidade trouxe diversas questões no que se refere ao sigilo profissional, à realização de estudos sociais e de visitas institucionais e domiciliares e à elaboração de relatórios, laudos e pareceres sociais.

Sob a pecha da excepcionalidade da conjuntura atual, profissionais, em todo o país e inseridos/as nas mais diversas áreas, foram imediatamente pressionados/as a responder às novas requisições postas. No âmbito da saúde, por exemplo, aponta-se a responsabilização pelo repasse de informações sobre o quadro clínico e a ocorrência de óbitos de usuários/as com Covid-19, que ficaram isolados e sem o acesso às suas famílias. No processo de formação, o Ensino Remoto foi articulado como a alternativa, inclusive, com a constrição pela oferta do Estágio Supervisionado, componente curricular obrigatório, que somente se realiza mediante a inserção do/a discente no espaço socioinstitucional e sob supervisão direta. No sistema de justiça, evidencia-se a recorrência de solicitações de realização de procedimentos por

videoconferência ou mesmo a elaboração dos documentos técnicos apenas pela análise das peças processuais.

Diante de tais circunstâncias, a categoria imediatamente reagiu e, em tempo hábil, foram elaborados, pelo conjunto de suas entidades, protocolos, notas técnicas e orientações normativas, assim como emitidos diversos posicionamentos sobre demandas emergentes, requisições indevidas, competências e atribuições relativas aos/às assistentes sociais. Da mesma maneira, também foram elaboradas e publicizadas produções que ofereceram leituras críticas acerca da realidade pandêmica e de suas mediações com a formação, a produção do conhecimento e o trabalho profissional. Todas essas ações foram efetivadas, exatamente, articulando o conjunto dos fundamentos que alicerçam a profissão com o deciframento dos novos e a reedição de velhos elementos postos no cotidiano profissional, a fim de responder de forma mediada às múltiplas e complexas exigências da atualidade, sem que, para tanto, houvesse o abandono da atual direção teórico-política que orienta o Serviço Social brasileiro.

Dessa maneira, reafirmaram-se as diretrizes que embasam o projeto ético-político profissional como o horizonte a ser mirado pelo conjunto da categoria para leitura da relação entre as requisições postas e a mediação no tocante à emissão das respostas profissionais condizentes. Tal direcionamento que se inscreve a partir de bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas ficou nítido nos seguintes subsídios:

1 - Orientação Normativa n. 3/2020, de 31 de março de 2020 (CFESS), que dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais. Nela, a profissão reconhece o direito das famílias de serem devidamente informadas a respeito das condições de saúde, bem como do óbito de seus entes e das causas que resultaram no falecimento. Todavia, com base na Lei de regulamentação da profissão, aponta que a comunicação de óbito

não se constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social e que esta deve ser realizada por profissionais qualificados que tenham conhecimentos específicos da *causa mortis* dos/as usuários/as dos serviços de saúde.

2 - Sobre o teletrabalho, o CFESS (2020) publicou orientação em que estabelece que a profissão já fazia uso das Novas Tecnologias de Informação e de instrumentos remotos em seus processos de trabalho, porém o problema que se vislumbra é limitar o trabalho profissional somente a eles.

> Posto que o trabalho remoto (teletrabalho) apresenta uma série de repercussões e limitações ao trabalho profissional, podendo inclusive tornar algumas atividades inviáveis. Dessa forma, compreendemos que as ferramentas remotas não podem se confundir com a finalidade do trabalho profissional ou não podem ser entendidas com um fim em si mesmas (CFESS, 2020, p. 7).

Ainda, assevera que o teletrabalho incide sobre tensões quanto à garantia das condições éticas e técnicas para o exercício profissional, inclusive, no que tange à efetividade do sigilo profissional. Portanto, torna-se inviável em determinadas situações.

Nessa perspectiva, problematiza acerca da necessidade de se verificar estratégias anteriores para a realização do trabalho de assistentes sociais, como: preparação adequada do espaço físico de trabalho, garantia dos Equipamentos de Proteção Individual, rodízio da equipe de trabalho e demais medidas que versam sobre o cumprimento dos Protocolos de Biossegurança definidos pelos organismos de saúde competentes.

3 - A ABEPSS reafirmou a incompatibilidade da formação profissional do Serviço Social com a modalidade de ensino a

distância, mediante o acúmulo da categoria no que concerne à identificação dos limites e das lacunas pedagógicas referentes a essa metodologia e às diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social (CFESS, 2015). No que diz respeito ao Estágio Supervisionado, publicou nota na qual indicou a suspensão dessa atividade, por entender que o Estágio não se trata de serviço essencial à população, mas de um componente da formação profissional que necessita de supervisão direta (de campo e acadêmica). Não se desconsidera que a reflexão sobre a formação e o trabalho profissional no contexto da pandemia pode se constituir como elemento formativo, mas se apreende que o Estágio não pode ser realizado a distância, levando em conta a sua própria natureza (inserção do estagiário/a no espaço institucional) e observando:

> [...] o precário quadro dos espaços sócio-ocupacionais, ainda que medidas institucionais sejam tomadas e que o acompanhamento seja feito pelo/a Supervisor/a de Campo, o atendimento das demandas decorrentes à contenção da pandemia, pode ocasionar o não resguardo dos direitos dos/as discentes, principalmente o não resguardo da sua condição de saúde. Entendemos, assim, que este resguardo precede a qualquer acúmulo de conhecimentos que possa ser agregado na formação profissional dos/as estagiários/as (ABEPSS, 2020, p. 1).

4 - Ainda, cabe destacar o esforço empreendido pelos/as pesquisadores/as do Serviço Social, no sentido de apresentar à categoria a necessidade de se reapropriar permanentemente do conjunto dos fundamentos que expressam o acúmulo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão, construído histórica e coletivamente. Isso posto, inscreve-se como um legado

do movimento de renovação do Serviço Social brasileiro e reitera a direção crítica imanente a essa profissão.

> Sabemos que muitos de nós já conhecem as normativas e as produções intelectuais fundamentais de nossa profissão. Mas, vale reler com olhos livres de quem está vendo a pandemia no agora. Isso nos fortalece e revigora nossos argumentos. De posse dessa releitura, precisamos continuar agindo coletivamente – mesmo que as reuniões de equipe estejam suspensas – pois sempre se faz necessário lembrar que competência se constrói coletivamente, não se tratando de um mérito ou êxito individual (MATOS, 2015). Por meio das redes sociais precisamos, primeiramente, fortalecer nossas construções coletivas nos serviços que trabalhamos, embasando assim nossas proposições e decisões. [...] Surgirão requisições técnico-administrativas equivocadas para o Serviço Social, mas se tomarmos como referência o que propomos nos itens 1 e 2 teremos capacidade e tranquilidade para enfrentar tais requisições (MATOS, 2020, p. 5-6).

Somente uma profissão com o devido rigor histórico e teórico-metodológico, bem como com plena maturidade intelectual, política e organizativa, é capaz de fazer esse movimento. Nesse sentido, reafirma-se uma direção crítica que a profissão assumiu e consolidou nos últimos 41 (quarenta e um) anos, cujas mediações se firmam na materialidade da formação, da produção do conhecimento e do trabalho profissional. Isso ocorre mesmo diante do desafio hercúleo que se registra com a pandemia, que veio agravar uma crise estrutural do capitalismo e as suas consequências societárias, além de complexificar e pressionar para baixo as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

CONCLUSÕES

Acompanhamos a precarização no Ensino Superior se agudizar nas últimas décadas, fortalecendo a lógica mercantil da educação. Com a pandemia da Covid-19 e suas "flexibilizações", tanto na forma como no conteúdo, a qualidade da formação passa a ser fortemente desafiada e, aqui, destacamos os princípios fundamentais preconizados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), no que diz respeito às "dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade" (ABEPSS, 1996).

Frente ao contexto ultraliberal do Estado, que reduz drasticamente o investimento em todas as políticas públicas, dentre elas a Educação, a vivência da pandemia da Covid-19 amplia ainda mais as desigualdades sociais com impactos mais severos nos países dependentes, onde os níveis de desigualdade social são historicamente mais extensos, sendo vivenciadas pela classe trabalhadora e trazendo intensas consequências no processo de formação de todos/as os/as estudantes de graduação e pós-graduação. No entanto, sabemos que nesse contingente aqueles que mais são impactados têm classe, cor/etnia, gênero e sexualidades, uma vez que as maiores consequências são vivenciadas pelos/as pobres, pretos/as, mulheres, indígenas e Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero e mais (LGBTQIA+).

Faz-se necessário, junto às entidades da categoria profissional, as quais ao longo dos anos vêm travando uma incansável luta para que a Educação não seja privilégio, reiterar o ensino presencial como modalidade essencial no processo de formação profissional de qualidade, na defesa da incompatibilidade

da modalidade EaD com o Projeto Ético-Político da categoria e com a formação profissional em Serviço Social. Da mesma forma, avançar na análise sobre a utilização da modalidade de Ensino Remoto Emergencial, seus impactos e tendências de improvisação, que responsabiliza individualmente docentes e discentes por seu processo de aprendizagem e se situa como medida excepcional, considerando assim suas inúmeras consequências na vida do/a trabalhador/a docente e estudantes envolvidos nesse processo.

Ademais, destacam-se os impactos e as necessárias estratégias para que, de fato, o Ensino Remoto adotado não seja confundido com EaD, considerando suas peculiaridades e os danos que esse "arranjo" denominado como Ensino Remoto ocasiona para os/as estudantes e professores, desafiando a luta histórica por uma formação de qualidade, laica, gratuita e socialmente referenciada.

Por fim, defendemos as particularidades que medeiam a profissão, alinhando-se às lutas sociais mais gerais, sobretudo, em prol de mais investimentos em pesquisas sobre o vírus e suas mutações, de recursos dispensados aos equipamentos de saúde para tratamento da doença e seus agravos, da vacinação pública para todos/as, da continuidade do auxílio emergencial para o segmento da população que dele necessitar e para demais esforços do Estado na direção do pleno e efetivo enfrentamento dessa pandemia e de suas consequências sociais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. "Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Referente ao Estágio Supervisionado no Período de

Isolamento Social para o Combate ao Novo Coronavírus (SARS-CoV-2)". **Temporalis**, n. 39, janeiro/junho, 2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. "Proposta Básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para debate". **Cadernos ABEPSS**, n. 7, 1996.

AGÊNCIA BRASIL. "Doenças erradicadas voltam a assustar; veja os desafios da vacinação". **Portal Eletrônico Agência Brasil** [2018]. Disponível em: <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 10/02/2021.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

BRASIL. Controladoria-Geral da União - CGU. Portal da Transparência. **Orçamento**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: < http://www.portaltransparecia.gov.br>. Acesso em: 10/02/ 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Planalto, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/02/2021.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Orientação Normativa n. 03/2020**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 10/02/2021.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Sobre a Incompatibilidade entre o Ensino a Distância e a Graduação em Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 10/02/2021.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. “Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez anos”. **Portal Eletrônico FGV** [2018]. Disponível em: <https://portal.fgv.br>. Acesso em: 10/02/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://ibge.gov.br>. Acesso em: 10/02/2021.

LIMA, K. R. S.; PEREIRA, L. D. “Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social”. **Sociedade Em Debate**, vol. 15, n. 1, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

MATOS, M. C. “A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde”. **Portal Eletrônico CRESS16** [2020]. Disponível em: <http://www.cress16.org.br>. Acesso em: 10/02/2021.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

OPAS/OMS. Organização Pan-Americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde. “Folha informativa COVID-19”. Escritório da OPAS e da OMS no Brasil. **Portal Eletrônico PAHO** [2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 28/01/2021.

PEREIRA, L. D. “Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social”. **Revista KATÁLYSIS**, vol. 12, n. 2, 2009.

REIDEL, T. **A indissociabilidade entre o Projeto Ético-Político e a formação profissional**: uma materialização em xeque (Tese de Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: PUCRS, 2010.

CAPÍTULO 3

Precarização da formação profissional em Serviço Social no contexto da pandemia da Covid-19

PRECARIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Vera Lúcia Batista Gomes

O propósito deste capítulo é contribuir para a análise e reflexões sobre a precarização da formação profissional, em Serviço Social, no contexto da pandemia provocada pela Covid-19, visto que, as orientações dos órgãos sanitários voltadas para diminuir a propagação do vírus entre os seres humanos, tais como: uso de máscaras, álcool 70% e, principalmente, o isolamento social como uma das medidas principais de prevenção ao avanço da pandemia, alteraram, consideravelmente, a vida na sociedade, com rebatimentos, também, no âmbito das instituições de ensino públicas e privadas.

É fato que a pandemia da Covid-19, desde o início do ano de 2020, alterou, radicalmente, a vida cotidiana no mundo, devido, sobretudo, a necessidade de distanciamento físico e social como uma das estratégias preventivas para evitar o colapso hospitalar, pelo menos de modo intermitente, até 2022 (CARDOSO, 2020). Essas medidas têm provocado repercussões imediatas no funcionamento do capitalismo mundial, agravando a crise estrutural do capital que vem ocorrendo, desde a década de 1970. Em consequência, tem-se o aprofundamento das contradições da relação capital x trabalho que afetam a organização da vida em sociedade, com desdobramentos sociais, políticos, econômicos e culturais, em escala global.

Nota-se que, apesar de ser um fenômeno mundial, o efeito pandêmico tem particularidades nos diferentes países e regiões,

visto que a capacidade de proteção e as respostas dos Estados e das sociedades no enfrentamento da Covid-19 têm ocorrido de forma heterogênea. No Brasil, a pandemia provocou o agravamento de um cenário de instabilidade política, econômica e social que vem ocorrendo há décadas. Segundo Cardoso (2020), a crise brasileira atual é muito grave, por apresentar, não somente, uma crise econômica inusitada, pois, há três anos vive-se a estagnação, "após dois anos de brutal recessão (2015/2016), muito piorada pelo golpe de Estado de 2016 e pela "pandemia que já é a mais grave do último século (..), mas, também, uma crise política aguda, com grande polarização na sociedade (p.2). Este cenário se torna muito mais acentuado, devido ao desmantelamento e o retraimento do Estado, com a adoção da programática neoliberal instalada desde os anos 1990, impulsionada por medidas ultraneoliberais, como: a Emenda Constitucional nº 95/2016, as contrarreformas reformas trabalhistas e previdenciárias etc. que deixam as políticas sociais com menos recursos e os direitos trabalhistas mais flexíveis e precarizados:

> Essa conjunção de crises acontece no momento em que o Brasil tem o pior governo da história: o mais entreguista e o mais servil a interesses geopolíticos gigantescos. Um governo que pretende inviabilizar o país enquanto nação e que planeja destruir completamente a soberania brasileira, entregar a Amazônia, a nossa fronteira marítima. Que está destruindo a ciência nacional, sucateia as universidades federais e os Institutos Federais, cortou o orçamento científico em mais de 60%. A lista de atrocidades cometidas a partir do golpe de 2016, que foi muito aumentada neste governo, é muito longa (CARDOSO, 2020, p. 2).

Assim, a EC 95 que preconiza o congelamento dos gastos sociais, por 20 anos, tem conduzido a cortes nos orçamentos para educação, saúde, pesquisa, dentre outros, que desqualifica os serviços públicos:

> Para justificar uma "reforma administrativa", cujo principal objetivo é o de radicalizar a contrarreforma do aparelho do estado dos anos 1990, suspendendo concursos, aumentando os contratos temporários e a terceirização, está agora sem qualquer limite e com amparo legal, reduzindo o quadro efetivo dos estatutários, e quebrando a estabilidade (DRUCK, 2021, p. 15).

No que se refere à educação, a contrarreforma do Estado tem redirecionado o ensino superior para atender as demandas oriundas, predominantemente, do mercado, prevalecendo a lógica mercantil, em detrimento dos interesses sociais. Nesta perspectiva, "os ditames da política econômica dos organismos financeiros internacionais, a educação tem sido transformada em novo nicho de mercado altamente lucrativo para o capital" (CARVALHO, 2018, p. 1). Assim, a política de ensino superior brasileira segue a orientação neoliberal que expressa

> O movimento político de reforma do Estado, tais como: a "acelerada expansão do privatismo", transformando o ensino superior em área de investimento do capital; a "liquidação" da relação ensino, pesquisa e extensão, onde o papel da pesquisa fica restrito, em muitas vezes, a institutos e centros específicos; a "supressão do caráter universalista da universidade" em detrimento da ideia de acesso a vagas para todos; a "subordinação dos objetivos universitários às demandas do

> mercado", dando legitimidade e eficácia mercadológica a vida universitária; e por fim, da "redução do grau de autonomia universitária", que fica restrita aos ditames do capital, restrita às verbas de custeio, e reduzida à autonomia financeira (SILVA, 2013, p. 5).

A reforma do Estado se traduz na desresponsabilização do Estado com a Educação, assim como, com o conjunto das políticas sociais públicas. Na atual conjuntura nacional, o neoliberalismo avança, significativamente, com o governo de extrema direita do presidente Jair Bolsonaro, retomando a "contrarreforma" do Estado da era FHC "implementando o tripé privatização, terceirização e público-não estatal" (ABRAMIDES, 2012, p. 11).

Tem-se, então, uma nova e mais ofensiva contrarreforma que restringe, ainda mais, a atuação do Estado, reduzindo a sua função social e adequando-o às necessidades expansionistas do capital. Assim, a política do ensino superior, no Brasil, sob o ideário neoliberal vem sucateando as universidades públicas, tendo por consequência, a destruição do ensino público, na medida em que reduz os recursos orçamentários para a educação, impede e reduz concursos públicos e subordina o ensino às demandas do mercado. Segundo Abramides (2012),

> É alarmante a expansão do ensino privado no país, que no ano 2000 conta com 78,52% das instituições de nível superior, simultaneamente ao aniquilamento do ensino público que fora parte da conquista democrática. No governo de FHC, de 1995 a 2002, o número de alunos na rede privada cresceu em 86%, e na rede pública a taxa foi de apenas 28% (p. 11).

A partir da adoção da programática neoliberal, no Brasil, particularmente, no governo do presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, os recursos públicos para a educação pública tornaram-se irrisórios. No governo do presidente Luiz Inácio da Silva e da presidente Dilma Rousseff, houve o fomento do deslocamento de parte dos recursos públicos para a esfera privada, a exemplo do Programa Universidade para Todos (PROUNI) que se apresenta como "um programa "salvacionista" da inadimplência do ensino privado" (ABRAMIDES, 2013, p. 291). Este programa foi criado em 2004 e consiste na concessão de bolsas de estudo integral ou parcial, em universidades particulares e em cursos sequenciais, promovendo a isenção de impostos às unidades de ensino concedentes.

Igualmente, foi instituído o programa de Financiamento Estudantil (FIES)[22] que é destinado à concessão de financiamento a estudantes, regularmente, matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC). Nas universidades públicas foi implantado o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual tem conduzido à desqualificação do ensino e à precarização do trabalho docente, na medida em que a contrarreforma do ensino superior, no país, se "subordina aos interesses do grande capital, do FMI, da OMC, que dita a sua programática no âmbito internacional" (ABRAMIDES, 2013, p. 291). "Como resultado desse processo, "em lugar de formação a meta agora é o adestramento profissional

[22] Segundo Leher (2010), o ProUni e o FIES se constituem como mecanismos que sustentam: 1) a educação como serviço bastante lucrativo; e 2) a lógica da "educação para pobre", com qualidade duvidosa (cursos sequenciais, tecnológicos de curta duração e à distância) e sem controle social efetivo. Refere-se, ainda, que estes mecanismos foram transformados nas principais estratégias do governo Lula para massificação da educação superior, legitimando, em contrapartida, o sucateamento planejado e sistemático das universidades públicas.

aligeirado ou a formação por competências" (LEHER; SADER, s/d *apud* CARVALHO, 2018, p. 7).

Assim, tanto no governo do presidente interino Michel Temer quanto no governo do presidente Jair Bolsonaro, constata-se a tendência de sucateamento e da precarização do ensino superior, devido aos impactos das medidas ultraneoliberais expressos na restrição orçamentária para a política de educação superior, para o trabalho docente devido à precarização das condições salariais, à imposição da adoção de novas metodologias de ensino que se adequem ao perfil mais heterogêneo das turmas, que representa mais trabalho e uma redução considerável de sua remuneração.

Esse quadro de precarização do ensino tem se agravado no contexto da pandemia provocada pela COVID-19, ao considerar que, a partir do segundo semestre de 2020, várias instituições de ensino público e privado, tanto em nível de graduação quanto de Pós-Graduação, passaram a adotar a modalidade do Ensino Remoto Emergencial (ERE), inclusive com o respaldo legal do MEC, conforme evidencia a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus. Em geral, a Portaria emitida pelo MEC sobre o ERE tem ocorrido:

> De forma autoritária e sem nenhum diálogo com a sociedade, no intuito de flexibilizar a Legislação Educacional, trazendo para o centro a possibilidade de um Ensino a Distância (EaD) precarizado, no âmbito de cursos universitários presenciais, recaindo sobre esses a operacionalização da proposta "emergencial", provocando um nítido aumento das desigualdades já existentes no ensino superior (do acesso ao processo educativo) e gerando sérios impactos nas condições do trabalho docente e na qualidade da formação em Serviço Social (FÓRUM

> NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 307).

Neste sentido, o Serviço Social vem sofrendo os rebatimentos dessas medidas que se aliam a outros desafios provenientes do aligeiramento do ensino que vem ameaçando as orientações das Diretrizes Curriculares de 1996, para os cursos de graduação e, consequentemente, a construção de uma formação qualificada na área. Essas considerações suscitaram o interesse em refletir sobre a formação profissional, em Serviço Social, no contexto da pandemia de COVID-19, partindo do pressuposto de que o ERE enquanto estratégia para o ensino, em particular, desta profissão, tem conduzido a uma formação precária, à medida em que, não somente, as condições socioeconômicas dos discentes dos cursos de graduação em Serviço Social dificultam a aquisição de aparelhos de informática e internet suficientes para suportar o acesso às aulas remotas, vivem em ambientes não adequados para aulas, bem como, não dispõem de acesso a referências bibliográficas necessárias para aprofundar o conhecimento de determinados conteúdos necessários para a sua formação profissional.

Acrescenta-se a isso o fato de que: "muitos docentes não estão familiarizados às ferramentas de Tecnologia da Informação o que pode representar planos pedagógicos improvisados, na tentativa de atender uma mudança substancial às pressas" (FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 307). Assim, as análises e reflexões aqui efetuadas são tributárias de um lado, das experiências acumuladas pela autora, enquanto membro da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, na Região Norte, no período de 2019-2020, o que oportunizou a aproximação com coordenadores de curso de

graduação, em Serviço Social, das instituições públicas e privadas instaladas nos 09 (nove) estados que compõem a referida Região[23], assim como, pela sua condição de membro do Fórum Regional Norte em Defesa da Formação e do Trabalho com Qualidade em Serviço Social, que se constitui um importante espaço para o debate democrático, o aprofundamento da reflexões e formulação de propostas, troca de experiências e da articulação para o desenvolvimento de ações voltadas para a formação e o trabalho em Serviço Social com qualidade.

Desta forma, este capítulo encontra-se organizado em quatro partes, a saber: A primeira trata desta introdução; a segunda se reporta às considerações sobre o ERE no contexto da pandemia de COVID-19; a terceira analisa a precarização da formação profissional em Serviço Social no contexto da pandemia e a última parte sintetiza as considerações finais sobre as reflexões aqui efetuadas.

O ERE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: NOTAS PARA REFLEXÃO

Conforme foi referido na parte introdutória deste capítulo, o ERE tem se apresentado como uma estratégia de ensino, anunciada pelo MEC, desde março de 2020, quando instituiu a Portaria nº 343, que trata da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia de COVID-19. Em seu artigo 1º, a referida Portaria autoriza,

[23] A ABEPSS na Região Norte do país é formada pelos seguintes estados: Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará, Amapá, Piauí, Maranhão e Tocantins.

> Em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020).

Posteriormente, o MEC expediu a Portaria Nº 345, de 19 de março de 2020 que reitera o artigo acima referido. No § 3º, a referida Portaria determina a proibição de práticas profissionais de estágios e de laboratório, assim como, no § 4º autoriza para o curso de Medicina, apenas disciplinas teóricas-cognitivas do primeiro ao quarto ano do curso. Essas Portarias foram revogadas pela Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 expedida pelo MEC e assinada pelo, então, ministro da educação Abraham Weintraub, a qual em seu artigo

> 1º autoriza em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p. 62).

Essas Portarias conduziram várias universidades públicas e privadas, no Brasil, a adotarem o ERE, as quais:

> Possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem (FORUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 307).

Constata-se pelo exposto, que o ERE legaliza a precarização do ensino, na medida em que os "seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino" apontam como tendência a improvisação e a desqualificação do processo" e, ainda, responsabiliza os docentes e discentes pelo processo de aprendizagem, "sem levar em consideração as profundas mudanças econômicas e sociais desencadeadas pela pandemia, com fortes impactos na vida de docentes, discentes, servidoras/es técnico administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os" (FORUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 308).

Como se sabe, antes da crise da pandemia provocada pelo novo coronavírus, o mundo já vivia desde os anos 1970, uma grave crise econômica que pode ser expressa por uma superprodução ou subconsumo que impacta na queda tendencial da taxa de lucros e na composição orgânica do capital. No Brasil, essa crise se acentua, desde 2016, com o golpe da presidente Dilma Rousseff, acirrando-se, ainda mais, nos governos do presidente ilegítimo Michael Temer que

> Foi levado ilegitimamente, ao poder em 2016 com o objetivo de aprofundar os níveis de exploração da

> classe trabalhadora e realizar outras tarefas correlatas, incluindo a entrega do patrimônio nacional: tem como uma de suas metas centrais aprovar a "reforma trabalhista retrocedendo em conquistas históricas obreiras positivadas na CLT e reconhecida pela interpretação judicial prevalecente no âmbito da justiça do trabalho" (REIS e COUTINHO, 2017, p. 59).

No governo Temer foi aprovada uma série de medidas que reforçaram o caminho trilhado pelo neoliberalismo, no Brasil, como por exemplo, a aprovação da EC 95 que congelou os gastos sociais por 20 anos, da Lei da Terceirização 13.429/2017 que liberou a terceirização a toda e qualquer atividade do mundo do trabalho, precarizando, ainda mais, as relações de trabalho e destituindo direitos, da Reforma Trabalhista que conduziu o desmonte dos direitos trabalhistas, em uma clara opção em favorecer os interesses do grande capital, a partir da luta de classes. Acrescenta-se a isso, a contrarreforma da previdência, que instituiu novas regras para adiar a aposentadoria para milhões de brasileiros,

> Os cortes nos orçamentos para a educação e a saúde pública, colocando em xeque o SUS e a pesquisa no país, e um conjunto de medidas provisórias, portarias e projetos de emendas constitucionais que tinham como foco, a redução do número de funcionários públicos, o fim da estabilidade, a substituições dos contratos em regime jurídico único por CLT, terceirizações e contratos temporários; a diminuição dos recursos destinados à pesquisa, quando 90% dela é realizada pelas universidades públicas; e a censura, controle e descaso com instituições de fomento à pesquisa e produção de informações (CNPq, Capes, IBGE, dentre outros) (DRUCK, 2021, p. 14) .

Em 2018, o cenário de regressão social se agudizou, a partir da ascensão do presidente Jair Bolsonaro ao poder com o apoio "da burguesia nacional e internacional e por segmentos populares instigados ao conservadorismo" (MASCARO, 2019, p. 25). Neste sentido,

> O movimento de eclosão da crise brasileira e do golpe, ainda que tenha forjado alguma unidade no agrupamento político de direita que lhe sustenta no Estado, não é aqui gestado. Sua condução tem por base o assentamento de interesses das frações do capital, fixando as linhas de ação e os objetivos do golpe presente. A política apenas executa o movimento que é do capital (MASCARO, 2019, p. 32).

Com este propósito, o governo do presidente Jair Bolsonaro ladeado, parcialmente, por militares, assume cargos que de alguma forma têm favorecido as suas decisões[24], assim como, o apoio moralista dos evangélicos, da grande mídia e de segmentos conservadores da sociedade brasileira. Assim, o "Estado brasileiro tem se utilizado do fundo público para salvaguardar os interesses do capital sobre o trabalho, reduzindo cada vez mais os custos deste e dos serviços públicos" (SALVADOR, 2010). Acrescenta-se a isso o fato de que no governo do presidente Jair Bolsonaro,

> Em 2019, as universidades federais sofreram o maior corte e contingenciamento de recursos em sua

[24] Registra-se que na primeira semana do mês de abril de 2021, foi noticiado em vários veículos de comunicação, no Brasil, a ocorrência de uma possível crise entre o presidente Jair Bolsonaro e os militares, haja vista, a demissão do general da reserva Fernando Azevedo e Silva por Jair Bolsonaro, devido não aceitar interferência do presidente, nas Forças Armadas.

> história. O Ministério da Educação, condenando as universidades federais como centros de "balbúrdia", decidiu penalizá-las, contingenciando e bloqueando recursos, levando a um processo de estrangulamento dessas instituições. Os primeiros resultados dramáticos atingiram os mais vulneráveis e precarizados da Universidade: os trabalhadores terceirizados (DRUCK, 2021, p. 16).

Tem-se, então, uma crise política, econômica e social que está sendo agravada com a pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus, em meio à crise estrutural do capital, com profundas inflexões sobre a classe trabalhadora, pois

> Presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e que têm uma dimensão global. Já aqueles/as que estavam trabalhando, antes da expansão da pandemia, o faziam crescentemente sob a modalidade da *uberização*, que se ampliava exponencialmente nas chamadas plataformas digitais e nos aplicativos, como Amazon, Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood etc. (ANTUNES, 2021, p. 112).

Essas considerações conduzem à afirmação de que as condições para o ERE não se reduzem ao acesso à rede de internet e à disponibilidade de telefone celular e/ou demais equipamentos, ao considerar tanto as condições de desigualdade social histórica, no Brasil, quanto à crise sanitária e econômica que tem agravado:

> A precarização laboral (uberização, informalização e terceirização); do desemprego e/ou da redução de salários, que têm causado instabilidade social e psicológica para a imensa maioria da sociedade, assim como, "profundas mudanças econômicas e sociais desencadeadas pela pandemia, com fortes impactos na vida de docentes, discentes, servidoras/es técnico-administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os" (FORUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 309).

A modalidade de ensino remoto[25] pressupõe aulas em transmissão ao vivo, ocasião em que os alunos possuem interação diária ou frequente com o professor para sanar suas dúvidas. É uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico de professores e alunos, adotada de forma temporária nos diferentes níveis de ensino por instituições de ensino do mundo inteiro objetivando que as atividades escolares não fossem interrompidas (BEHAR, 2020). Para tal, torna-se necessário o uso de meios digitais, cujas aulas ocorrem em um tempo síncrono, ou seja, que seguem os princípios do ensino presencial, com videoaula, aula expositiva por sistema de webconferência, acompanhadas de atividades desenvolvidas durante a semana de forma assíncrona.

Nesta condição, a presença física tanto do professor quanto do aluno no espaço da sala de aula se dá por uma presença digital

[25] Importa referir que o ensino remoto se diferencia da Educação a Distância, ao considerá-la como uma "modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Ela possui um modo de funcionamento com uma concepção didático-pedagógica própria. Esta abrange conteúdos, atividades e todo um design adequado às características das áreas dos conhecimentos gerais e específicos, contemplando o processo avaliativo discente" (BEHAR, 2020).

numa aula *online* (BEHAR, 2020). Assim, essa modalidade de ensino vem sendo

> Adotada por docentes e técnico-administrativos das mais variadas unidades de formação, desde o início da pandemia, transfere toda a responsabilidade e os custos das atividades realizadas de forma online/digital para o coletivo de servidoras/es. Impõe às/aos mesmas/os uma jornada de trabalho, muitas vezes, interminável que não permite mais separar o que é trabalho e o que é vida privada. Essa rotina desgastante poderá levar muitas/os profissionais ao adoecimento laboral... (FORUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 309).

Essas condições de ensino, aliadas às transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, decorrentes das mudanças nos padrões de produção e acumulação capitalista, nas últimas décadas, têm, cada vez mais, colocado a formação profissional em Serviço Social no centro do debate, na medida em que tende a fragilizar as orientações contidas nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Serviço Social aprovada em 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), por consequência, a precarização da formação profissional, sobretudo, no contexto da pandemia de COVID-19.

PRECARIZAÇÃO DA FORMACIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Conforme referido na primeira parte deste capítulo, a pandemia provocada pelo novo coronavírus (que gera a COVID-

19), conduziu as instituições públicas e privadas, seguindo a orientação do MEC, a adotarem o ERE objetivando que as atividades escolares não fossem interrompidas. Contudo, essa modalidade de ensino passou a ser adotada em ambientes, nos quais vivem os estudantes e docentes que não são adequados para o desenvolvimento de atividades de formação profissional, haja vista uma dinâmica familiar que guarda particularidades, tais como: cuidados de pessoas idosas, crianças, pessoas adoecidas, impossibilitando a concentração, além de que não foi considerado "o acesso para estudantes com alguma deficiência e aqueles sem condição de ter computadores e internet" (FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL, 2020, p. 309).

Esta modalidade de ensino foi implementada de forma aligeirada e os docentes que, em geral, não possuíam o domínio do uso de tecnologias de Informação, tiveram que adotar medidas pedagógicas improvisados, sem as condições de trabalho adequadas, tais como: computadores, internet e móveis (mesa e cadeiras) ergonomicamente indicados para a sua saúde. Trata-se, então, de condições de trabalho precário, o que conduz, a uma formação precária.

Tem-se uma tensão entre as condições precárias de trabalho e a formação profissional, particularmente, em Serviço Social, ao considerá-lo uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, "no âmbito das relações entre as classes sociais e suas frações de e destas com o Estado" (ABRAMIDES, 2019, p. 610), cuja formação profissional exige um rigoroso aporte

> Teórico-metodológico necessário à reconstrução do exercício profissional e ao estabelecimento de estratégias de intervenção; requer ainda a preparação

> no campo da investigação para o aprimoramento científico das e dos assistentes sociais e da produção teórica sobre as questões referentes ao campo de atuação e à realidade social (BRAVO *et al*. 2019, p. 72).

Nesta perspectiva, a categoria profissional de assistente social, a partir de um amplo debate, em nível nacional, em 1996, aprovou as novas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que definem os pressupostos princípios e diretrizes para formação profissional, o que pressupõe uma nova lógica curricular e a organização dos conhecimentos em núcleos necessários à formação profissional, a saber: 1) Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) Núcleo da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e 3) Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Em 1998, a referida entidade incorporou no seu estatuto a dimensão da articulação entre a graduação e a pós-graduação que dá a sustentação entre o ensino, pesquisa e extensão, o que segundo Bravo *et al*. (2019):

> Fortalece o Serviço Social como profissão e como área de conhecimento, garantindo nos anos vindouros o fortalecimento da pesquisa e da pós-graduação e o estatuto acadêmico que chancela a profissão, importantes contribuições em diversas áreas de atuação e da produção de conhecimentos (p. 73).

Sendo assim, dentre os pressupostos da formação profissional preconizados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, podem ser destacados, os seguintes: 1) O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida

social como uma profissão interventiva no âmbito das expressões da questão social expressas pelas contradições da relação capital x trabalho; 2) A relação da profissão com as expressões da questão social é mediatizada por um conjunto sócio-histórico e teórico-metodológico constitutivo do seu processo de trabalho e:

> O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas do seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e doa Estado, através das políticas e lutas sociais (CRESS-SP, 2004 *apud* ABRAMIDES, 2019, p. 63).

No que se refere aos princípios norteadores da formação profissional em Serviço Social, conforme as referidas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, destacam-se: Flexibilidade de organização dos currículos plenos; rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social; orientação por uma teoria crítica que possibilite a compreensão da realidade social, em sua totalidade social, nas dimensões universalidade, particularidade e singularidade; dimensão investigativa e interventiva com princípios formativos e condição social central da formação profissional; padrões de qualidade para os cursos diurnos e noturnos; pluralismo; indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão; ética perpassando a formação curricular e indissociabilidade entre estágio, supervisão acadêmica e profissional (ABRAMIDES, 2019, p. 64).

Se, por um lado, as propostas das Diretrizes Curriculares expressam um avanço na qualidade do processo de formação profissional em Serviço Social, por outro, conflitam, frontalmente, com a política nacional de Educação brasileira devido à

precarização de ensino nas universidades públicas federais e a tendência à expansão dos oligopólios da educação produz um endividamento da classe trabalhadora, a exploração desmedida do trabalho docente, a dificuldade na realização de pesquisa e extensão e a precarização dos vínculos e condições de trabalho. Este cenário remete à análise e à reflexão sobre o processo de formação profissional, em particular, em nível de graduação no contexto da pandemia de COVID – 19. Segundo relatos de coordenadores de cursos de graduação de instituições de ensino públicas e privadas, nos 09 (nove) estados que compõem a ABEPSS na Região Norte, constatou-se que as instituições públicas, até junho de 2020, com muita resistência às Portarias do MEC, estavam conseguindo postergar o ensino remoto. Contudo, nas instituições privadas, não foi possível resistir à adoção dessa modalidade de ensino, pois:

> (...) as aulas estão acontecendo de forma remota. Informou que o curso tem somente 55 alunos matriculados, sendo que 60% são trabalhadores e/ou bolsistas do PROUNI, são alunos que não têm condições de pagar a mensalidade do curso. Alguns alunos não cumpriram as horas práticas de estágio porque vários serviços não estão funcionando (...). Ressaltou a sua preocupação com o fato de que no mês de agosto próximo deverá ingressar outra turma de alunos e aí surge a questão: como garantir Estágio I e o Estágio II para as duas turmas. Informou, também, que as aulas que eram presenciais estão sendo realizadas de forma remota, mas, não tem conseguido atingir 100% dos alunos devido à dificuldade de acesso à internet (Coordenadora do Curso de graduação – Universidade Luterana-Pará).
>
> (...) Nesta instituição não houve consulta aos professores e alunos, sendo que todos foram obrigados a aderir à modalidade de ensino remoto. Até mesmo o estágio não havia parado, estava sendo

> também feito de modo remoto. Ontem, no dia 25/06/2020, o corpo docente e discente conseguiu reverter a situação à base de muita luta. Gostaria muito de seguir as recomendações da ABEPSS, mas, nas instituições privadas não há esse espaço de debate. Dessa forma, a situação de vulnerabilidade da força de trabalho, sobretudo, nesse cenário de crise, acaba por sujeitar os docentes ao cumprimento do que vem determinado pela gestão da empresa. Os docentes são contra o ensino remoto e estão de acordo com o posicionamento da ABEPSS e do CRESS, porém, na instituição privada, não tem escolha: Nós somos trabalhadoras precisamos vender a nossa força de trabalho, temos família! (...) O que fazer com a situação das IES privadas? O curso já foi ameaçado de fechar duas vezes e o corpo docente conseguiu reverter esta situação; destacou que o curso de Serviço Social se destoa dos 18 (dezoito) cursos da Faculdade, inclusive, na condição socioeconômica Coordenadora de Curso em uma IES privada, em Belém-Pará).
>
> (...). Nas privadas, o salário não está garantido e mencionou que não tem sido fácil encontrar estratégias de mediação nesse momento. Nesta Universidade, as aulas presenciais foram substituídas por aulas remotas enquanto durar a pandemia. Os estágios, a parte prática, foram suspensos, os alunos só fizeram a parte teórica. Fez referência à necessidade de luta de todas as instâncias para que as pessoas não ficassem sem salário – basta os trabalhadores que estão sem trabalho! (Coordenadora de Curso em uma IES privada, em Manaus- Amazonas).

Os relatos das coordenadoras de cursos de graduação de instituições privadas revelam que, até junho de 2020, as aulas estavam ocorrendo de forma remota e os professores foram

obrigados a aderir esta modalidade de ensino, sob pena de perder o seu espaço de trabalho, pois, "nas privadas o salário não está garantido" (*sic*), em que pese, as aulas não tenham atingido a maioria de presenças dos discentes, haja vista, a dificuldade de acesso à internet. Constata-se, também, pelos relatos acima que os docentes, em geral, "são contra o ensino remoto e estão de acordo com o posicionamento da ABEPSS e do CRESS, porém, na instituição privada, não tem escolha: Nós somos trabalhadoras precisamos vender a nossa força de trabalho, temos família" (*sic*), ou seja, a correlação de forças nas instituições privadas de ensino se apresenta desfavorável para uma possível negociação em fazer valer as recomendações das entidades da categoria profissional, quanto ao ensino remoto.

Esta situação se torna mais difícil, devido às ameaças de fechamento de cursos de Serviço Social, em algumas instituições privadas, haja vista, que o Serviço Social "se destoa dos 18 (dezoito) cursos da Faculdade, inclusive, na condição socioeconômica" (*sic*). O fato do curso de Serviço Social ter sido ameaçado de fechamento por algumas instituições privadas pode ser compreendido ao considerar que a expansão do privatismo da educação vem transformando o ensino superior em área de investimento do capital, em que pese, alguns estudantes dessas universidades sejam trabalhadores universitários que são bolsistas do PROUNI; provavelmente, devem existir cursos mais rentáveis para os empresários da educação.

Se, nas instituições privadas, o ensino remoto foi inevitável, impondo aos docentes adquirirem, rapidamente, o domínio de tecnologias de informação, nas universidades públicas foi possível alguma forma de resistência, pois até o momento de realização do I Encontro dos mencionados coordenadores de cursos de Serviço Social, na Região Norte da ABEPSS, constatou-se que:

(...) as aulas estão suspensas; algumas atividades de pesquisa e de extensão foram mantidas e estão acontecendo, com ênfase para as ações que se vinculam ao enfrentamento à COVID-19. Considero importantes as lutas conjuntas das entidades da categoria e movimentos sociais para enfrentar, não, somente, a pandemia, mas também, a conjuntura de política fascista do governo Bolsonaro e relações políticas de direita e de ultradireita que defendem o mesmo projeto conservador. Defendo a qualidade na formação profissional e, portanto, tenho acordo com a Nota da ABEPSS que não recomenda o ensino remoto; o EAD não se coaduna com o Projeto Ético Político do Serviço Social (Coordenador do Curso em uma IES pública federal, Palmas-Tocantins).

(...) A sociedade tem feito dois enfrentamentos diários: Um contra a Covid-19 e outro contra o fascismo. As aulas estão suspensas na Universidade [X] que possui 653 alunos matriculados no curso de Serviço Social. A Universidade tem um grupo/comitê para discussão sobre o enfrentamento à COVID-19 e até o momento, não há qualquer sinalização para retorno às atividades. A preocupação, agora, é com os alunos que estão em fase de TCC, pois, alguns já estão com os seus orientadores, mas, outros, não! (Coordenador do Curso em uma IES pública federal, Belém-Pará).

(...) os docentes realizam apenas algumas atividades de forma remota: orientação a alunos, pesquisa e extensão. Os docentes do curso de Serviço Social foram surpreendidos com a Resolução nº 999 da UFMA que trata de ensino remoto, porém, nos reunimos e se valendo das Notas da ABEPSS, argumentamos sobre a impossibilidade do ensino remoto, tendo em vista as condições socioeconômicas dos alunos, assim como, muitos são oriundos do interior do estado e não tem acesso à internet, além da situação de doença de alunos e de docentes, neste momento de pandemia. Assim, não

> há previsão para retorno e a Universidade possui um Comitê que discute o enfrentamento do Covid-19, o qual avalia que as condições de biossegurança para o retorno às aulas, quando possível. Existem casos de adoecimento de discentes e docentes, portanto, neste momento exige que asseguremos a "vida" (Coordenador do Curso em uma IES pública federal, São Luís-Maranhão).
>
> .

Os relatos dos coordenadores de cursos de Serviço Social das Universidades públicas federais evidenciam que as aulas estavam suspensas, porém, algumas atividades de pesquisa e de extensão foram mantidas, sobretudo, aquelas com ênfase nas ações que se vinculam ao enfrentamento à COVID. Constata-se, com efeito, que esses cursos vêm tentando assegurar um dos princípios das Diretrizes Curriculares da ABEPSS que trata da indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão. Ademais, nessas universidades, observa-se a existência de correlação de forças favoráveis às recomendações da ABEPSS quanto ao ensino remoto, pois "fomos surpreendidos com a Resolução nº 999 da UFMA que trata de ensino remoto, porém, nos reunimos e se valendo das Notas da ABEPSS" (*sic*).

Um dos argumentos utilizados pelos docentes para a não adesão ao ensino remoto, naquele momento, foram as condições socioeconômicas dos alunos que dificultam a aquisição de aparelhos eletrônicos (computadores) e o acesso à internet que dê suporte para o acesso às aulas por meio de videoconferência, bem como, o fato de que significativa parte de alunos é oriunda do interior dos estados, onde, não se tem acesso à internet, ou se tem acesso de forma precária, além da situação de doença de alunos e de docentes, neste momento de pandemia. Assim, até aquele momento, não havia qualquer previsão de retorno às aulas, embora, houvesse

a preocupação com os alunos que estavam em fase de TCC, pois, alguns já estavam com os seus orientadores, mas, outros, não!

Contudo, observou-se que, a partir do segundo de 2020, as universidades públicas foram pressionadas pelo MEC para voltarem às aulas, na modalidade de ensino remoto, instituindo de forma excepcional e temporária, para aquelas disciplinas que são complementares, como por exemplo, Seminários Temáticos, postergando as aulas das disciplinas com cargas horárias maiores que 60 horas, além de atividades de extensão e pesquisa. Entretanto, não raro são os relatos de discentes e docentes, que participam do Fórum Regional Norte em Defesa da Formação e do Trabalho com qualidade em Serviço Social, que afirmam ter dificuldade em participar, efetivamente, das aulas remotas devido à péssima qualidade de internet. Acrescenta-se a isso a dificuldade de acesso a bibliografias de autores contemporâneos que nem sempre estão disponíveis na internet, o que decerto compromete a qualidade do processo de formação profissional.

Apesar dessas estratégias para a volta às aulas, no contexto da pandemia de COVID-19, a maior tensão tem se dado no que se refere ao Estágio Supervisionado, não somente, por parte dos discentes que se encontram no final de cursos e têm pressa em concluir o curso, o mais rápido possível, visando o ingresso no mercado de trabalho, mas, também, da gestão de instituições de ensino, sobretudo, privadas, pois, a falta de aulas pode provocar a evasão de certos alunos, o que rebate no lucro dos empresários da educação. Tem-se, então, um "confronto direto com a busca de saídas ou de respostas condizentes com as exigências ético-políticas" (CFESS, 2021, p. 7). Em face a esta situação, o CFESS expediu uma nota, em março de 2021, que trata sobre Supervisão de Estágio em tempos de pandêmico, na qual reafirma que:

> Não podemos nos afastar do compromisso ético-político com os processos formativos e de trabalho e, consequentemente, do fortalecimento da formação e do aprimoramento do trabalho profissional e essa avaliação terá que ser feita a posteriori, envolvendo todos os sujeitos desse processo (p. 11).

Essa nota reitera que tanto o CFESS quanto a ABEPSS vêm se manifestando:

> Abertamente sobre os limites da formação a distância e a própria experiência excepcional do ensino remoto em 2020, como alternativa possível para manter jovens no processo de formação, mostrou o quanto é limitada a prática pedagógica mediada por tecnologias em meio virtual. Nosso entendimento é que, ceder a tais pressões não significa a adesão ao formato de formação à distância, por não se ter abandonado a perspectiva relacional, dialógica, da formação, mas por necessidade de acompanhar novos formatos emergenciais de atividades de trabalho e ensino na pandemia, como estratégia de proteção; e também, para conter as angústias de estudantes, decorrentes do próprio isolamento e das preocupações com a finalização do curso (CFESS, 2021, p. 7).

A manifestação do CFESS e da ABEPSS reafirmam o compromisso com a qualidade do processo de formação profissional, em Serviço Social, o que se torna incompatível com o ensino remoto que se apresenta como "prática pedagógica mediada por tecnologias em meio virtual", o que conduz a novas formas de precarização da formação profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui efetuadas conduziram à constatação de que o ensino remoto agrava a precarização da formação profissional, em Serviço Social, já instalada pela política nacional de Educação brasileira, tanto nas universidades públicas federais quanto nas privadas, devido ao sucateamento e a precarização do ensino superior, decorrentes da medidas ultraneoliberais expressas na restrição orçamentária para a política de educação superior, no trabalho docente, em condições perversas de precarização (infraestrutura e condições salariais), na imposição à adoção de novas metodologias de ensino que se adequem ao perfil mais heterogêneo das turmas, o que tem conduzido à intensificação do trabalho e ao adoecimento de certos docentes. No que se refere às instituições privadas de ensino, com o apoio do Estado brasileiro, os oligopólios da educação vêm gerando o endividamento da classe trabalhadora (Prouni, FIES), a exploração desmedida do trabalho docente, a dificuldade na realização de pesquisa e extensão, o que precariza, ainda mais, a formação graduada, em Serviço Social.

Diante desse cenário, torna-se imperiosa, portanto, a reflexão crítica sobre o processo de educação superior no Brasil e a formação profissional do(a)s assistentes sociais, o que requer a apreensão do atual momento do capitalismo nacional subsumido à hegemonia do capital financeiro mundializado e os seus impactos nas políticas públicas sociais, em particular sobre a educação, pois, a "crescente extração de valor dos trabalhadores sob elevadíssimas condições, expropria a humanidade, expande a transformação de meios de vida em capital" (FONTES, 2018, p. 58). Portanto, a contrarreforma do Estado tem redirecionado o ensino superior para atender as demandas oriundas, predominantemente, do mercado, prevalecendo a lógica mercantil, em detrimento dos interesses sociais, o que, decerto, agudiza as formas de precarização da

formação profissional, em Serviço Social, tornando-se fundamental a luta pela defesa das políticas sociais públicas e dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários de todos os trabalhadores/as que se encontram em fase regressiva. Eis o histórico desafio de toda a classe trabalhadora!

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro**: Ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

ABRAMIDES. M. B. C. "As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade". **Serviço Social & Saúde**, vol. 11, n. 1/13, 2012.

BEHAR, P. A. "O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância". **Portal Eletrônico UFRGS/Ouvidoria** [2020]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br>. Acesso em: 25/01/2021.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 31/01/2021.

BRASIL. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02/02/2021.

BRAVO, M. I. S. *et al*. "O protagonismo da ABESS/ABEPSS na virada da formação profissional em Serviço Social". *In*: OLIVEIRA E SILVA, M. L. (org.). **Congresso da Virada e o Serviço Social**

hoje: Reação conservadora, novas tensões e resistências. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

CARDOSO, J. A. L. "A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a "corona-crise". **Revista Katálysis**, vol. 23, n. 3, 2020.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Supervisão de estágio em tempo de pandemia**: Reflexões e orientações político-normativas. Brasília: CFESS, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 02/02/2021.

DRUCK, G. "A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho". **O Social em Questão**, ano XXIV, n. 49, janeiro/abril, 2021

FONTES, V. "A transformação dos meios de existência em capital – expropriações, mercado e propriedade". *In*: BOSCHETTI, I. **Expropriação e Direitos no Capitalismo**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO COM QUALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL. "Trabalho e Ensino Remoto Emergencial". **Revista Temporalis**, ano 20, n. 40, 2020.

LEHER, R. "Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu". *In*: MAGALHÃES, J. P. A. **Os anos Lula**: contribuição para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

MASCARO, A. L. "Dinâmica da crise e do golpe de Temer e Bolsonaro". **Margem Esquerda/Revista da Boitempo**, n. 32, 2019.

REIS, D. M.; COUTINHO, G. F. “Reforma” Trabalhista: A potencialização do valor trabalho como mercadoria em tempos de governança ilegítima”. *In*: MAIOR, J. L. S.; SEVERO, V. S. **Resistencia Aportes teóricos contra o retrocesso trabalhista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SILVA, E. C. “A Situação da Universidades Brasileiras: repensando o espaço de construção do saber acadêmico como contribuição para o saber profissional do Serviço Social”. **Anais do Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis: CRESS, 2013.

CAPÍTULO 4

A Pandemia da Covid-19 e seus impactos na pós-graduação em Serviço Social da UFAM

A PANDEMIA DA COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFAM

Marinez Gil Nogueira Cunha

Hamida Assunção Pinheiro

Clivia Costa Barroco

A pandemia da Síndrome Respiratória Aguda Grave – SRAG, causada pelo vírus SARS-Cov-2, vem incidindo numa das maiores crises sanitárias vivenciadas nos últimos tempos. O início da doença, em dezembro de 2019, foi registrado na província de Wuhan, localizada na China, e em apenas um (01) ano apresenta índices de infecção expressivos e alarmantes. Os dados elaborados pelo *WorldMeters* (2021) apontam que até o início de fevereiro de 2020 foram registrados mais de 100 milhões de casos. Dentre esses números, encontra-se o Brasil com uma taxa de 9 milhões de infectados, contabilizando mais de 200 mil mortes.

Este capítulo visa realizar uma reflexão sobre os impactos da pandemia na pós-graduação, destacando as particularidades do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), vinculado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O percurso metodológico se pautou em pesquisa bibliográfica sobre a temática e pesquisa documental referente aos dados do referido programa de pós-graduação em Serviço Social.

A discussão está estruturada em três partes. Na primeira será abordado de modo mais amplo o cenário da pandemia e seus impactos na educação brasileira, focalizando o ensino superior. A segunda parte aborda a discussão crítica sobre o ensino remoto

emergencial à luz do posicionamento teórico e político da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A terceira e última parte apresenta as particularidades do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), abordando o processo de adesão ao ensino remoto emergencial diante do cenário da pandemia e seus impactos na vida dos docentes e discentes.

O CENÁRIO DA PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO E NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A crise sanitária mundial causada pelo vírus Sars-Cov-2 (popularmente conhecido como coronavírus) ocasionou inúmeras repercussões sobre as dimensões da vida social da população. Em abril de 2020, o Ministério da Saúde divulgou informações sobre a forma de contágio da doença, e destacou medidas de prevenção quanto ao vírus. Dentre elas, cabe ressaltar a importância do isolamento social, que, em tese, objetiva a separação de pessoas doentes e pessoas com sintomas suspeitos da doença, daquelas que não foram infectadas, como forma de garantir a não exposição ao vírus, segundo Aquino *et al.* (2020).

Esses autores abordam também o distanciamento social como medida preventiva, que possui o intuito de reduzir as interações sociais dentro da comunidade. Nesse sentido, foi reforçado o fechamento de escolas, a suspensão de serviços não essenciais como shoppings, centros comerciais, bares, assim como o cancelamento de eventos para evitar aglomerações. As medidas referenciadas buscaram reduzir a alta transmissibilidade da doença, e sua consequente evolução, uma vez que há facilidade de ser transmitida por gotículas respiratórias pelo contato próximo entre as pessoas.

As medidas trouxeram repercussões significativas, uma vez que a adoção foi aliada a diversas inseguranças. Segundo o estudo de Aquino *et al.* (2020), apenas 40% da população desenvolve atividades laborais dentro de um vínculo formal, sendo assim, uma parcela expressiva da população tornou-se vulnerabilizada por não possuir proteção trabalhista. O cenário passou a requisitar a garantia de uma renda mínima a essa população, como forma de promover a sua adesão ao isolamento social.

Nesse sentido, o Governo Federal instituiu, através da Lei nº 13.982 de 2020, o Auxílio Emergencial, no valor de R$ 600 ou R$ 1.200[26], uma iniciativa que objetivava reduzir os impactos socioeconômicos da pandemia da COVID-19 para determinados segmentos da população, como as mães solteiras, os trabalhadores informais, os cidadãos desempregados e os microempreendedores individuais.

A medida oportunizou controvérsias, uma vez que houve dificuldades para que cidadãos fossem contemplados. Cardoso (2020) faz uma análise interessante sobre a implementação do Auxílio Emergencial, ao relatar que a inclusão digital ainda é um grande desafio no Brasil, e que este foi o grande impasse para a utilização das plataformas de requerimento do auxílio – o aplicativo Caixa Tem e o *site* da Caixa Econômica Federal – pelas dificuldades no preenchimento das informações solicitadas, assim como os problemas de acesso contínuos, sobretudo no aplicativo.

Portanto, o que deveria ser uma experiência simples e fácil, através de pagamentos e transferências financeiras de forma remota, tornou-se um grande obstáculo para os usuários, acarretando

[26] Segundo o conteúdo expresso na Lei n° 13.892 de 2 de abril de 2020, o valor de R$ 600 destina-se aos trabalhadores que cumprem, de forma cumulativa, aos critérios socioeconômicos dispostos na lei. O valor de R$ 1.200, que compreende duas cotas do auxílio, destina-se para as mulheres provedoras de famílias monoparentais.

demora no pagamento do auxílio e até em negativa, ocasionadas pelas inconsistências nos dados apresentados por alguns usuários.

O cenário apontou para as saídas individuais, nas quais diversos cidadãos optaram por continuar no trabalho informal, arriscando suas vidas diariamente, como forma de garantir sua subsistência e de sua família. O quadro de desigualdade social se apresenta como uma das feições mais cruéis da crise sanitária no país.

Costa, Rizzotto e Lobato (2020) alertam que a demora dos pagamentos do Auxílio Emergencial, para um quantitativo expressivo da população, ocasionou baixas taxas de isolamento social encontradas nas grandes metrópoles, uma vez que a população não possuía um sistema de proteção social fortalecido. Cabe ressaltar que o Auxílio Emergencial foi encerrado em dezembro de 2020, com o valor de R$ 300 e R$ 600, no auge de uma segunda onda ascendente da doença.

Outra questão que merece destaque sobre as medidas de distanciamento e de isolamento social, refere-se à saúde mental. A recessão econômica, a situação do desemprego, o medo do contágio, o constante medo da perda da vida são elementos que delineiam esse panorama. Costa, Rizzotto e Lobato (2020) reforçam que os índices de estresse, solidão e raiva agudizam o quadro. Ademais, há uma intensa divulgação sobre os índices de contaminação da doença pelos meios de comunicação, elemento que ajuda a disseminar os dados e alertar a população sobre os riscos, mas também eleva os níveis de estresse, pelo fato da perda das condições materiais e da morte serem cada vez mais constantes na vida dos indivíduos.

É imprescindível citar ainda a divulgação de notícias erradas sobre a COVID-19, as chamadas *fake news*, que têm um alto poder de disseminação através das plataformas de comunicação como WhatsApp, Instagram, Twitter e Facebook, que contribuem

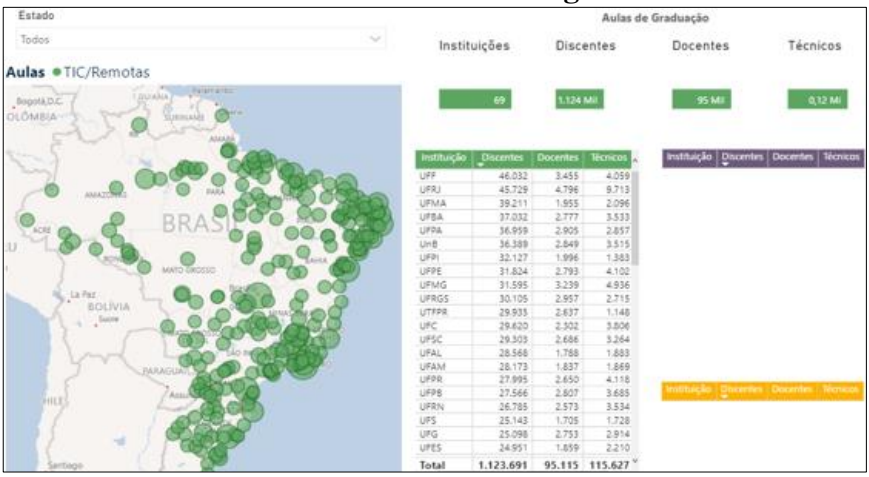
fortemente para a desinformação, e agravam os quadros de ansiedade.

Ao abordar as medidas de prevenção quanto à doença, é necessário debruçar-se também sobre o trabalho remoto, que é uma alternativa idealizada para reduzir os índices de contaminação nos locais de trabalho. Portanto, é fundamental uma análise das particularidades desse modo de trabalho e sua repercussão no âmbito da educação, com o advento do Ensino Remoto Emergencial.

O Ministério da Educação – MEC publicou a Portaria nº 343 em 17 de março (BRASIL, 2020), autorizando que as Instituições de Ensino Superior substituíssem as disciplinas presenciais por aulas dentro de metodologias virtuais e tecnológicas, pelo prazo de 30 dias, período passível de ser prorrogado, algo que ocorreu com a Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020. Em 16 de junho de 2020, a Portaria nº 544, além de revogar as portarias anteriores, dispôs sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais até dia 31 de dezembro do corrente ano. Ressalta-se que, em 10 de dezembro de 2020, a redação da portaria foi reeditada e agora fala sobre o uso de recursos educacionais digitais e tecnológicos até quando durar a pandemia.

Segundo dados apresentados no Painel de Monitoramento do MEC (BRASIL, 2020), todas as 69 Universidades Federais e os 41 Institutos Federais do país encontram-se com suas atividades funcionando em regime remoto. É um dado interessante se analisarmos que, em meados de agosto do mesmo ano, ainda era possível observar *status* de "aulas suspensas" ou "parcialmente suspensas" em algumas instituições de ensino. A figura 1 evidencia o panorama atual das Universidades Federais acerca do Ensino Remoto, e apresenta o total aceite dessa modalidade de ensino, um sinal alarmante que requer a discussão sobre qual o tipo de educação vem sendo exigida na atualidade.

Figura 1 - Adesão das Universidades Federais ao Ensino Remoto Emergencial – ERE



Fonte: Ministério da Educação (2021).

As opiniões são diversas sobre o Ensino Remoto, positivas ou contrárias a sua utilização. Debates favoráveis sinalizam que essa modalidade de ensino seria uma possibilidade de dar continuidade ao ano letivo sem prejuízos para os discentes. O posicionamento é válido, mas é necessário realizar uma análise do cenário como um todo.

Segundo Hodges (2020), o Ensino Remoto é composto por atividades síncronas e assíncronas, ou seja, a primeira ocorre a partir da interação em tempo real, na aula virtual, na troca entre aluno e professor, enquanto a segunda ocorre sem a necessidade de comunicação, portanto professor e aluno não necessitam estar conectados para que as tarefas sejam desenvolvidas.

É necessário entender que o Ensino Remoto possui particularidades distintas ao Ensino a Distância – EaD, visto que essa segunda modalidade de ensino, regulamentada pelo Decreto n°.

9.057, de 25 de maio de 2017, dispõe de uma infraestrutura tecnológica e de recursos humanos preparados para ofertar conteúdos e atividades pedagógicas em plataformas de comunicação *online*, segundo assinala Hodges (2020).

O Ensino Remoto, por outro lado, foi implantado dentro de um caráter emergencial, criando um panorama problemático para docentes e discentes, que tiveram de se adaptar rapidamente, mesmo sem o conhecimento adequado, à realidade das Tecnologias de Informação e Comunicação disponíveis, como as plataformas *Google Meet*, Reuniões *Zoom* e *Microsoft Teams*.

A modalidade, que se constrói sem o planejamento necessário, trata-se de um verdadeiro arremedo do EaD, uma nova estratégia para justificar o ensino a distância, e proporcionar a largos passos a elitização do Ensino Superior, como afiançou Eblin Farage para o *Le Mond Diplomatique* Brasil (2020).

O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES SN (2020) sinaliza que a metodologia empregada pelo Ensino Remoto suscita problemáticas relacionadas à forma de ministrar os conteúdos programáticos. Os vídeos de longa duração, as apresentações na ferramenta *Power Point* de aulas e obras que são indicadas para a modalidade presencial, prejudicariam o processo de ensino e aprendizagem em sua qualidade, ao se tornarem uma mera digitalização de conteúdos não fomentando um espaço adequado para o debate.

Percebe-se, nesse cenário, dificuldades em torno da execução desse modelo de ensino, uma vez que docentes são compelidos a fazer um novo planejamento, que exige o domínio das ferramentas digitais, que advém somente de capacitação. Ademais, devem realizar a preparação de aulas dentro de um formato tão limitado, que por vezes, impacta sobre a qualidade dos conteúdos repassados.

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL À LUZ DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL

É indubitável que o ensino remoto, adjetivado de emergencial, ganhou força no cenário pandêmico de forma expressiva. Para várias áreas do conhecimento, esta modalidade de ensino é tratada como um importante mecanismo de expansão tanto em nível de Graduação como de Pós-Graduação. Todavia, na área de Serviço Social, esta modalidade traz polêmicas e questionamentos relacionados ao avanço da precarização do ensino, incompatibilidade com o projeto de formação profissional, enfim muitos aspectos que inviabilizam a formação de qualidade.

Na área de Serviço Social, já existe um acúmulo de discussões e um posicionamento contrário ao Ensino a Distância (EaD) há mais de uma década. Contudo, o ensino emergencial remoto não pode ser tratado como sinônimo de EaD, uma vez que possui outras especificidades. Vale lembrar que o EaD é uma modalidade de ensino que vem sendo fortalecida no Brasil desde 2001, quando o Ministério da Educação autorizou que as instituições de ensino superior cumprissem 20% da carga horária de seus cursos presenciais regulares por meio de EaD. Essa modalidade de ensino está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação desde 1996, e foi pouco a pouco sendo percebida como um nicho de mercado para as instituições privadas da área educacional. A Legislação mais recente que regula o Ead no país estabelece que:

> Art. 1º [...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com **pessoal qualificado, com políticas de acesso, com**

> **acompanhamento e avaliação compatíveis**, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017). [grifos próprios].

Esta definição deixa claro que existe grande diferença entre o EaD e o Ensino remoto. Nesse sentido, as entidades que defendem a qualidade da formação e do trabalho na área de Serviço Social têm buscado propiciar momentos de reflexão e discussão acerca do tema, bem como a emissão de documentos norteadores tanto para a formação como para o trabalho em tempos de pandemia. No âmbito desta discussão será focalizada a atuação e o posicionamento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde março de 2020, quando iniciou a pandemia da Covid-19. Embora não seja o foco tratar o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) neste texto, é pertinente salientar que a ABEPSS e o CFESS têm estado em consonância em todas as deliberações até o momento.

A ABEPSS, fundada em 1946, é reconhecida historicamente no seio da categoria dos assistentes sociais como entidade que preza pela qualidade da formação. Assim, com a emergência da pandemia de Covid-19, teve que rapidamente organizar uma série de documentos norteadores da formação. De março a dezembro de 2020 foram publicados um conjunto de 6 textos orientadores para a formação profissional em tempos de pandemia. Para embasar a discussão deste artigo foram selecionados apenas 3 deles, visando maior aprofundamento teórico.

O primeiro deles foi publicado em 19 de março de 2020, apenas 8 dias após a Organização Mundial de Saúde – OMS ter decretado a situação de pandemia mundial em decorrência do novo Coronavírus. O documento intitulado “Nota da ABEPSS: os

impactos da pandemia de Covid-19 e as medidas para educação" se trata de uma análise de conjuntura com objetivo de evidenciar um posicionamento contrário à substituição das aulas presencias por aulas em meio digital, conforme recomendou o Ministério da Educação por intermédio da Portaria nº. 343 de 17 de março de 2020. A entidade evidencia no texto que:

> A proposta de realização *online* das atividades desconsidera a excepcionalidade da situação e que radicalmente modifica a dinâmica de vida de docentes e discentes na qual todos os membros familiares se encontram em casa, trazendo sobrecargas particularmente às mulheres (maioria do nosso corpo discente e docente); desconsidera as formas de acesso à internet dos discentes mais pobres; desconsidera a dimensão pedagógica que a relação presencial possibilita no processo formativo; e desconsidera as dimensões sociais e psicológicas de adaptação à nova realidade. Os elementos listados são importantes no processo ensino-aprendizagem (ABEPSS, 2020a, p. 3).

É preciso atentar que a pandemia da Covid-19 emerge no Brasil em um cenário já de crise social, econômica e política bastante agravado. O contingenciamento de recursos para as políticas sociais, sobretudo após a promulgação da Emenda Constitucional nº. 95/2016 que limita por vinte anos os gastos sociais, o alarmante aumento das taxas de desemprego e a continuidade de escândalos de corrupção são elementos presentes que antecedem à pandemia e já deixavam o país numa situação de crise econômica e política. Conforme Salvador (2020), a pandemia acontece em um momento marcado pela hegemonia dos ideais neoliberais e pelo avanço do capitalismo financeirizado, o que, por

sua vez, no Brasil, tem propiciado o aumento da disputa pelo fundo público e aprofundado ainda mais as desigualdades sociais.

É nesse contexto de crise que a educação superior tem sido empurrada para a adesão ao ensino remoto emergencial. Esse movimento de pressão sobre as instituições de ensino superior tem gerado muitas discordâncias de docentes, de discentes e da categoria profissional como um todo. Nesse espaço contraditório surge ainda mais um elemento que vale ressaltar no que concerne à formação em Serviço Social no Brasil, que é o fato da maior parte das instituições formadoras pertencerem à iniciativa privada.

A este respeito, conforme dados do Relatório do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes – ENADE (BRASIL, 2018), dos 330 cursos de Serviço Social existentes no país, 263 são ofertados por Instituições Privadas de Ensino, o que equivale a 79,7%. Esse percentual tão significativo pode nos dar pistas do tamanho da pressão sofrida por discentes e docentes para a continuidade das atividades de forma remota, mesmo durante a pandemia. O que se observa é que o ensino remoto emergencial é posto como alternativa para a continuidade das atividades, suprindo principalmente a necessidade das instituições privadas que, obviamente, têm a preocupação basilar com a manutenção dos lucros.

No que concerne à Pós-Graduação, é preciso evidenciar o fato de que o ano de 2020, ainda que marcado pela pandemia de Covid-19, foi também o último ano da avaliação quadrienal (2017-2020) realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Esta agenda foi mantida pela referida instituição, havendo apenas uma ampliação de 90 dias para a finalização do Relatório Sucupira 2020; inicialmente o relatório deveria ter sido concluído e enviado em março e depois houve uma prorrogação da data até junho.

A manutenção dessa agenda significou diretamente uma série de exigências sobre docentes, discentes e egressos dos Programas de Pós-Graduação, tendo em vista que o relatório é construído a partir das informações prestadas por eles. É importante ressaltar que a avaliação dos Programas é feita por meio dos dados da produção intelectual, da produção técnica e da proposta do Programa que são inseridos na Plataforma Sucupira anualmente pelo Coordenador. Ademais, mesmo diante do cenário de pandemia da Covid-19, os coordenadores dos Programas, bem como docentes e discentes envolvidos na coleta dos dados também foram impelidos à continuidade das atividades.

É necessário registrar que a CAPES é a instituição responsável pela autorização e manutenção dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, por isso possui como incumbência a avaliação frequente dos cursos com o propósito de verificar a qualidade do seu funcionamento, da formação oferecida entre outros aspectos. Ao fim do processo de avaliação, os Programas recebem uma nota que pode variar de 1 (um) até no máximo 7 (sete), onde esta última indica os Programas de maior excelência.

Quanto ao tempo de formação nos Programas de Pós-Graduação durante a pandemia da Covid-19, a CAPES se pronunciou em 29 de abril de 2020, por meio da Portaria nº. 55, recomendando que os Programas considerem o tempo máximo regulamentar para a formação na Pós-graduação sem prejuízo para a avaliação. Contudo, as bolsas fornecidas pela instituição foram ampliadas por apenas 90 dias, o que, de fato, acabou gerando um descompasso para aqueles estudantes que realmente necessitam de prorrogação pelo tempo máximo para a defesa dos trabalhos de conclusão de curso e dos recursos financeiros para subsídio da pesquisa e da sua condição de estudante. Em 19 de agosto de 2020, a CAPES, por meio Portaria nº 121, concedeu mais 90 dias para as

bolsas de Pós-Graduação, atenuando assim o descompasso inicial entre prorrogação máxima e manutenção das bolsas.

Contudo, é importante sinalizar que as bolsas de pós-graduação ofertadas no país, principalmente pela CAPES, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pelas agências estaduais de fomento à pesquisa, não atendem todos os estudantes inseridos na pós-graduação. Em geral, os mestrandos e doutorandos são submetidos a um processo de análise socioeconômica e de desempenho acadêmico, uma vez que não existe disponibilidade de bolsa para todos que necessitam.

Outro documento da ABEPSS que merece destaque intitula-se "Trabalho remoto em tempos de pandemia: em defesa da Graduação e da Pós-Graduação", publicado em 23 de abril de 2020, este reforça o posicionamento da entidade pela suspensão das atividades acadêmicas no ensino superior, mesmo na modalidade remota. Para a entidade, a formação de qualidade é incompatível com o cenário de pandemia, o qual tem afetado drasticamente a vida da população em várias dimensões:

> A desconsideração das condições objetivas para o uso do ensino remoto e, o trabalho docente remoto dele decorrentes explicita, no entendimento da ABEPSS, um elemento epidérmico que tem seu fundamento na radicalização do projeto privatista de educação no país. Em outras palavras, o contexto do distanciamento social para enfrentamento do Covid-19, cria condições favoráveis para que estratégias afeitas para a desqualificação da educação como um direito assim como os direitos dos docentes, transformados em "privilégios", possam ser realizadas.
>
> Nestes termos a ABEPSS entende que é de fundamental importância não dissociarmos as ações

> movidas no momento atual tomadas pelo governo federal e expressas no Ministério da Educação, em que a preservação da vida deveria ser o foco, e não os interesses mercadológicos. Premiar agora a "eficiência" no contexto da pandemia é reforçar o ataque frontal à educação superior pública, à ciência e uma exaltação das ações privatistas (ABEPSS, 2020b, p. 3).

A defesa da vida deve ser a prioridade nesse momento pandêmico, por isso a entidade recomenda a suspensão do calendário acadêmico, uma vez que a condição de isolamento domiciliar e/ou distanciamento social tem afetado profundamente a dinâmica da vida. Todavia, a entidade não possui poder para impedir o funcionamento de nenhuma instituição de nível superior e, nesse caso, só pode orientar acerca do que está por trás da defesa da continuidade das aulas de forma remota.

Assim, o documento aponta que a segurança e a privacidade de docentes e discentes, bem como das informações carecem de maior esclarecimento. Não se conhece até o presente momento as consequências da publicização de material didático, bem como das aulas *on-line* em plataformas virtuais, como tem acontecido amplamente. Além disso, o documento evidencia que a pressão pelo ensino e trabalho remoto dilacera o tripé da Universidade Pública – que é composto pelo Ensino, pela Pesquisa e pela Extensão – e fortalece as instituições privadas de ensino.

> Nos processos em curso, identificamos o aprofundamento da subsunção do trabalho docente à racionalidade instrumental, tanto na Graduação quanto na Pós-Graduação, igualando transmissão de informação ao processo de formação profissional. Consequentemente incide diretamente na qualidade

> do trabalho docente e na relação ensino-aprendizagem, na qual o discente torna-se mero receptor de conteúdos pré-definidos, precarizando ainda mais a formação profissional e a produção do conhecimento (ABEPSS, 2020b, p. 4).

Especificamente sobre a Pós-Graduação brasileira, este documento apresenta uma síntese acerca dos impactos da pandemia da Covid-19, tomando como base um levantamento de informações feito junto aos 36 programas em funcionamento no mês de abril de 2020. Do total, 30 programas participaram e apenas 6 não enviaram respostas. Naquele momento, 100% dos programas tinham todas as atividades presenciais suspensas, 43% suspenderam o calendário acadêmico e mantiveram apenas as orientações e as bancas de defesas, 13% mantiveram o calendário acadêmico e todas as atividades sendo realizadas *on-line*, 30% suspenderam todas as atividades e 14% suspenderam as aulas e bancas, realizando estas últimas apenas em casos excepcionais (ABEPSS, 2020b).

A Pós-Graduação, mais especificamente a partir de julho de 2020, foi tendo esse cenário de paralisação dos calendários bastante alterado. Houve vários programas que precisaram iniciar processos seletivos, sob pena de perder as bolsas de estudo disponibilizadas pelas agências, além da pressão pela retomada das aulas, bancas de defesas e qualificações, dentre outras atividades de pesquisa. Pouco a pouco, os Programas de Pós-Graduação que tinham paralisado foram retomando as atividades. A ABEPSS realizou no mês de agosto de 2020 reuniões do Fórum de Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação da Área, sendo uma no dia 13 e outra no dia 20, contando com uma participação bastante expressiva. Nestas reuniões foi possível observar a grande pressão exercida pela CAPES sobre os Programas, o que, obviamente, tem resultado em gradual retorno às atividades de ensino na modalidade remota.

Ainda no âmbito da Pós-Graduação, foi realizado nos dias 3 e 4 de dezembro de 2020, o Seminário Nacional da Pós-Graduação com a presença da Coordenação da área de Serviço Social da CAPES. O propósito do seminário foi discutir as contradições vivenciadas pela Pós-Graduação no cenário de pandemia, com destaque para as pressões da CAPES acerca das mudanças no processo de avaliação, desfinanciamento e adoecimento de docentes e discentes.

Por fim, do documento intitulado "Trabalho e Ensino Remoto Emergencial", publicado em 23 de junho de 2020 pela ABEPSS, é preciso destacar o pronunciamento em tom de denúncia acerca do prejuízo à formação que tem sido gerado pelo ensino remoto (e pelo trabalho remoto).

> Com diferentes nomenclaturas e narrativas, as propostas de Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentadas nas universidades do Brasil possuem visíveis fragilidades, em suas bases legais e em seus pressupostos pedagógicos e de planejamento das atividades de ensino, acentuando as tendências à improvisação e à desqualificação do processo, responsabilizando individualmente a docentes e discentes por garantir o processo de aprendizagem. Aqui se abre um campo de debate sobre as contradições que envolvem esse processo, na medida em que Universidades privadas levaram docentes e discentes a praticarem essa modalidade, como forçosa condição de manutenção do trabalho (ABEPSS, 2020c, p. 4).

Para ABEPSS, na conjuntura de pandemia, é inviável o cumprimento de um projeto pedagógico que prime pela qualidade da formação na área de Serviço Social. O Ensino Remoto

Emergencial tem sido propalado como a continuidade da normalidade da educação e como promessa de inserção imediata no mercado de trabalho após a conclusão do curso, mas, por trás de tudo isso, se verificam muitas contradições, como por exemplo: o interesse numa formação mais aligeirada e acrítica; a falta de recursos tecnológicos para a realização das atividades; a falta de domínio das ferramentas de informática; a falta de condições materiais e objetivas para a manutenção da vida etc.

A PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFAM E OS DESAFIOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM 2020

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi criado em 2007, com uma proposta pedagógica de mestrado acadêmico que está centrada no fomento da produção de conhecimento científico sobre *Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia* (temas de sua área de concentração).

O PPGSS possui duas linhas de pesquisa. A linha 1 está voltada para o estudo da questão social e das políticas sociais, com foco no trabalho e direitos sociais na Amazônia, e também com ênfase na formação e trabalho em Serviço Social. Já a Linha 2 se direciona para estudos sobre a gestão social das políticas públicas e seus impactos socioambientais, elucidando a relação sociedade-natureza na discussão sobre desenvolvimento, tecnologia, ambiente, direitos humanos, cultura e diversidade socioambiental no âmbito da discussão sobre a sustentabilidade socioambiental na Amazônia.

A peculiaridade da proposta pedagógica do PPGSS da UFAM está na reflexão sobre o Serviço Social e a questão social na Amazônia, o que exige pensar e agir sobre a realidade local sem

perder a visão de totalidade da realidade social, no âmbito de uma discussão crítica sobre a sustentabilidade socioambiental (PINHEIRO; CUNHA; ANDRADE, 2020). O programa visa à formação de profissionais em serviço social e, também, em áreas afins, sob o prisma da intervenção profissional interdisciplinar, que engendra a busca de um perfil profissional específico:

> O Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia /UFAM tem o compromisso de formar quadros de recursos humanos qualificados com perfil de pesquisador e docente, com capacidade para contribuir por meio da produção de conhecimento científico para o desenvolvimento sociocultural, econômico e político da região norte, sendo capaz de pensar a realidade considerando as diversas dimensões que a compõem, sejam elas, econômica, social, política, cultural e ambiental da Amazônia, com base na apreensão da realidade local em sua totalidade, e sua articulação com o contexto nacional e internacional (CAPES, Plataforma Sucupira, Perfil do Egresso da Proposta do Programa, 2019).

Por essa razão, o programa tem como temática transversal à sua área de concentração a discussão sobre a *sustentabilidade socioambiental*, pois o estado do Amazonas[27] é o maior estado da região norte localizado no coração da Amazônia brasileira. Apesar de ser detentor da maior floresta tropical do mundo e de muitas riquezas naturais, o Amazonas é palco da complexidade de manifestações da questão social na Amazônia, determinadas pela desigualdade social que tem sua raiz na relação capital e trabalho

[27] O Amazonas é um estado de grande dimensão territorial situado na região norte do Brasil que compõe a Amazônia Brasileira. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2019, a estimativa de sua área territorial foi de 1.559.161,682 km^2, com abrangência de 62 municípios, possuindo uma população de 4.144.597 habitantes.

historicamente forjada pelos projetos de desenvolvimento na região, cujas consequências negativas estão manifestadas nos conflitos socioambientais que demandam intervenção estatal e pesquisas que desnudem tal realidade, de modo a favorecer a construção de estratégias de enfrentamento de modo sustentável.

O objeto de intervenção do Serviço Social, a questão social, apresenta especificidades na Amazônia, em especial aquelas ligadas às questões socioambientais. Dessa forma, a discussão sobre sustentabilidade na Amazônia é a particularidade do Programa, que expressa o seu lugar e a sua identidade cultural frente às diferentes regiões de nosso país.

É imprescindível destacar que o Programa da UFAM é a única Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social do estado do Amazonas. E em relação à região norte do país, o PPGSS da UFAM foi o segundo programa criado, pois o primeiro foi fundado em 1990 no estado do Pará.

O PPGSS da UFAM até seu 13º ano de funcionamento (2020) formou 118 Mestres em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. No corrente ano, o programa contou em seu quadro com 16 docentes, sendo 14 permanentes, 1 colaborador e 1 visitante (estrangeiro/Cuba). Em relação à visibilidade do programa expressa na demanda de candidatos nos processos seletivos, considerando apenas os 5 últimos anos, em 2016 foram 167 candidatos, em 2017 foram 136, em 2018 foram 156, em 2019 foram 87 e, por fim, em 2020 foram 109 candidatos (conforme dados da secretaria do PPGSS, 2020).

O contexto da crise sanitária vivenciada em 2020 impôs muitos desafios ao PPGSS/UFAM, que vem envidando esforços para sua consolidação em termos de avaliação junto à CAPES. As atividades presenciais na Pós-Graduação da UFAM estavam paralisadas desde o dia 16 de março de 2020, conforme Portaria nº. 626 de 13 de março de 2020 e, na sequência, a Decisão *Ad Referendum* do Conselho Universitário (CONSUNI) nº. 01/2020 de

26 de março de 2020. O PPGSS/UFAM suspendeu todas as suas atividades presencias de imediato.

De acordo com a decisão do Colegiado do PPGSS/UFAM em reunião extraordinária, realizada em 17 de junho de 2020, foram retomadas no mês de junho apenas as sessões de qualificações e de defesas de dissertação, as quais estavam suspensas desde o início da pandemia. As aulas das disciplinas obrigatórias e eletivas continuaram suspensas até aquele momento.

O Colegiado do Programa promoveu uma reunião no dia 02 de setembro de 2020, conforme recomendação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP/UFAM), com o objetivo de discutir a adoção ao Ensino Remoto Emergencial em conformidade com Calendário Acadêmico Especial de Pesquisa e Pós-Graduação – CAEPPG/2020. E diante das pressões da agenda de avaliação da quadrienal (2017-2020) da CAPES, o programa foi impelido a aderir ao ensino remoto emergencial no âmbito da Universidade Federal do Amazonas.

É pertinente salientar que o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia entende que ensino a distância e ensino remoto emergencial não são a mesma coisa. E, justamente por isso, refletiu e discutiu a possibilidade de adesão ao ensino emergencial remoto enquanto durar a pandemia de COVID-19 e a situação de isolamento social recomendada pela Organização Mundial de Saúde. Portanto, partiu-se do pressuposto que o ensino emergencial remoto que foi adotado no CAEPPG/2020 se constituiu enquanto uma excepcionalidade em função do impedimento das atividades presenciais causado pela pandemia da Covid-19, pois o programa ratifica sua adesão ao posicionamento político da ABEPSS de defesa do ensino público, presencial e socialmente referenciado.

Destaca-se também que, para subsidiar a discussão do Colegiado sobre a adesão ao ensino remoto emergencial, foi necessário realizar previamente um levantamento junto aos

mestrandos do PPGSS, visando saber se eles possuíam as condições materiais para a efetiva adesão ao ensino emergencial remoto. Este levantamento foi feito por meio de um formulário eletrônico, o qual foi enviado via *WhatsApp* para todos os estudantes das turmas que ingressaram em 2019 e em 2020. Cabe evidenciar que 100% dos mestrandos (o que equivale a 36 discentes) responderam o formulário e, a partir dessas informações, foi possível observar que: 89% dos discentes foram favoráveis à adesão ao ensino remoto emergencial enquanto durar a pandemia de COVID-19; 97% dos discentes afirmaram possuir acesso à internet em suas residências (seja por rede fixa, pacote de dados ou satélite); 94% dos discentes disseram poder acessar a internet 4 vezes ou mais por semana dentro ou fora de casa; 97% dos discentes informaram que, caso fosse necessário, tinham acesso ao computador ou ao celular com internet para realizar atividades acadêmicas solicitadas pela instituição de ensino; já em relação à ministração de aulas obrigatórias, a metade (50%) dos discentes se mostrou favorável ao CAEPPG/2020.

Com base nesse levantamento foi possível observar que majoritariamente os discentes do PPGSS da UFAM possuíam condições materiais objetivas para a adesão ao ensino remoto emergencial. Contudo, sabe-se que essa não é uma realidade da totalidade da comunidade acadêmica da UFAM, que se coaduna com a realidade de muitos brasileiros. No Brasil, mais de 4,5 milhões de brasileiros não possuem acesso à internet de banda larga, e mais de 50% domicílios da área rural não possuem acesso à internet, conforme dados divulgados pelo ANDES-SN (2020). Entretanto, o que se observa é a minimização desses dados, entendidos apenas como problemas técnicos, e não como abismos sociais que se fazem ainda mais latentes, e que contribuem fortemente para a evasão escolar de estudantes, que percebem o ingresso ao ensino superior como uma oportunidade de transformação de sua realidade.

Cabe destacar que, conforme foi observado no levantamento feito junto aos discentes do PPGSS da UFAM, foi necessária a viabilização material (por parte da UFAM) para que alguns alunos pudessem aderir ao ensino remoto emergencial. Dessa forma, efetivamente o Programa necessitou garantir três (03) computadores e três (03) pacotes de dados de Internet para que a totalidade dos alunos fosse incluída na modalidade do ensino remoto emergencial.

O calendário especial aprovado na pós-graduação da UFAM (ensino remoto emergencial) se iniciou em 16/09/2020 e se encerrou em 29/01/2021. O colegiado do PPGSS também acordou algumas recomendações para que as disciplinas pudessem ser viabilizadas no referido espaço de tempo, a saber: a) as disciplinas de 60h podiam ser ministradas com 30 horas síncronas/*on-line* (sendo 10 encontros de 3h) e 30 horas assíncronas; b) as aulas não precisavam ser gravadas; c) não seriam ofertadas vagas para alunos especiais, levando em consideração as possíveis dificuldades desse tipo de ensino remoto.

Salienta-se, ainda, que o trabalho remoto perpassa as dimensões da vida social do docente e do discente, nas quais o estresse se potencializa com a intensificação das jornadas de trabalho docente e de estudo do discente. Este cenário sinaliza que a reorganização dos modos de trabalho e estudo na atualidade vem acompanhada da precarização das condições em que esse mesmo trabalho e/ou estudo se desenvolve, nas quais não há tempo hábil para o descanso e o lazer. Soma-se a essa problemática o fato do estresse do trabalho e/ou estudo se aglutinar com as demandas da rotina doméstica familiar.

Esses dados nos convidam à reflexão e fazem emergir questionamentos, sobretudo acerca do sentido de trabalho requerido com as novas tecnologias e a exigência por um trabalhador capaz de manejar novas habilidades de forma rápida e eficiente. O rol de exigências requeridas aos docentes é desafiador, pois estes se veem fortemente condicionados a atuar com as novas tecnologias em

pouco tempo, e de forma exitosa. As pressões em torno desse novo perfil profissional produzem, gradualmente, modalidades de sofrimento mental, como a depressão, fadiga, ansiedade, dentre outras formas.

Os discentes igualmente são afetados pela nova dinâmica imposta, visto que muitos estavam habituados com a realização de atividades presenciais, e outros estão no início de sua trajetória (turma de 2020/PPGSS-UFAM), ou seja, seu primeiro contato com a pós-graduação está ocorrendo dentro desse modelo de ensino. Uma experiência que não se compara com uma vivência acadêmica presencial, que se constrói também por projetos e atividades externas à sala de aula, como os projetos de extensão desenvolvidos com a comunidade, os projetos de pesquisa de campo, a participação em eventos acadêmicos e científicos, que são atividades que fortalecem grandemente o processo formativo do aluno na Universidade, e compõem o tripé basilar da Universidade composto pela pesquisa, pelo ensino e pela extensão.

Destaca-se ainda que, além da fragilidade do processo de ensino-aprendizagem, o sistema do Ensino Remoto impõe sua própria segregação, uma vez que o acesso às plataformas digitais se torna um verdadeiro obstáculo para alunos com condições socioeconômicas mais baixas, que muitas vezes, não possuem o equipamento tecnológico adequado, como: notebooks e computadores, tendo o *smartphone* como única ferramenta de acesso, e/ou não possuem meios para adquirir um bom plano de acesso à Internet. Os dados divulgados pelo ANDES-SN (2020) ratificam esse cenário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental reiterar que a área de Serviço Social acredita e defende que o ensino na Graduação e na Pós-Graduação deve

ocorrer de forma presencial. Desse modo, o Colegiado do PPGSS da UFAM assumiu o compromisso ético e pedagógico de que, tão logo seja possível a retomada das atividades presenciais, todas as disciplinas e demais atividades do Programa devem retornar à condição presencial de forma imediata.

Há que se fazer resistência ao projeto privatista de educação em curso e que ganhou força durante a pandemia, pois com a utilização do Ensino Remoto Emergencial em larga escala, o que se visualiza para o futuro é um projeto de educação afinado aos ideais do Capital. Farage (2020) nos alerta que o Ensino Remoto, ao ser encarado como um arranjo temporário, pela imprevisibilidade de retorno das aulas ao formato presencial, legitima um espaço no qual a modalidade remota se torna uma regra, visto que a proposta vem sendo defendida por empresários da educação, assim como pelo governo atual, com as portarias recentes, relacionadas ao Ensino Remoto Emergencial, e com o negacionismo em torno da própria ciência, sobretudo a que se desenvolve no âmbito das Ciências Humanas e Sociais.

Nessa lógica, paulatinamente, o sentido de educação plena a qual Farage (2020) se remete, e que é tão vital para a nossa sociedade, se esvai e passa a dialogar com uma educação mercantilizada, que almeja uma formação mínima e aligeirada, sem qualquer compromisso com a educação pública e de qualidade.

Cabe destacar que a contrarreforma do ensino superior não é nova, e nem recente, visto que a política de educação sempre foi considerada um meio extremamente lucrativo para o capital, através da criação de grupos e conglomerados educacionais que buscam atender às exigências do mercado. Nesse sentido, nota-se que a implementação do Ensino Remoto Emergencial visa dar continuidade a esse processo.

Avelino e Mendes (2020) afiançam que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação dentro do Ensino

Emergencial podem ser reformuladas, e consequentemente ocupar um espaço de importância na educação, porém é necessário analisar com criticidade essas iniciativas, uma vez que a utilização de serviços de educação fornecidos pelo setor privado, gradualmente se estrutura como uma estratégia para viabilizar a mercantilização na educação.

Portanto, o que se observa é o engendramento de um cenário propício para a consolidação do projeto do Capital para a educação, não voltada para a democratização do ensino, e sim para o ideário de lucratividade, em que a formação crítica e emancipatória da classe trabalhadora tornar-se-á dispensável.

Por fim, não há como deixar de reconhecer que essa situação traz embates para a pós-graduação, sobretudo a stricto sensu, voltada para a formação de futuros mestres e doutores e para produção científica, que se vê imersa em um Ensino Remoto Emergencial, que deveria ser temporário, mas que encontra terreno fértil para se consolidar. Sendo assim, surgem questionamentos acerca do processo formativo dos alunos, da experiência que estão obtendo, e quais serão as consequências a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota da ABEPSS**: Os impactos da pandemia da COVID-19 (coronavírus) e as medidas para a Educação. Brasília: ABEPSS, 2020a. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 05/01/2021.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Trabalho e Ensino Remoto Emergencial**. Brasília:

ABEPSS, 2020b. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 05/01/2021.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Trabalho remoto em tempos de pandemia: em defesa da Graduação e da pós-graduação**. Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 05/01/2021.

ANDES-SN. **Projeto do Capital para a Educação**: o ensino remoto e o desmonte do trabalho. Brasília: ANDES-SN, setembro de 2020.

AQUINO, E. M. L. *et al*. "Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil". **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 25, supl. 1, junho, 2020.

AVELINO, W. F.; MENDES, J. G. "A realidade da educação brasileira a partir da COVID-19". **Boletim de Conjuntura (Boca)**, vol. 2, n. 5, 2020.

BRASIL. **Decreto nº. 9.057 de 25 de maio de 2017**. Brasília: Planalto, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/01/2021.

BRASIL. **Lei no 13.982, de 2 de abril de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação**. Relatório Síntese da área de Serviço Social do Exame Nacional de Avaliação da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>. Acesso em: 05/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coronavírus – Monitoramento nas Instituições de Ensino**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 30/12/2020.

BRASIL. **Portaria nº. 343 de 17 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 04/01/2021.

CAPES, Plataforma Sucupira. **Perfil do Egresso da Proposta do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/UFAM**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 10/01/2021.

CAPES. **Portaria nº. 121 de 19 de agosto de 2020**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https:// cad.capes.gov.br >. Acesso em: 05/01/2021.

CAPES. **Portaria nº. 55 de 29 de abril de 2020**. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <https:// cad.capes.gov.br >. Acesso em: 05/01/2021.

CARDOSO, B. B. "A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social". **Revista de Administração Pública** - RAP, vol. 54, n. 4, 2020.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. V. C. "Na pandemia da Covid-19, o Brasil enxerga o SUS". **Saúde Debate**, vol. 44, n. 125, junho, 2020.

FARAGE, E. J. "Um novo jeitinho para justificar o ensino à distância". **Le Mond Diplomatique Brasil**, p. 01 - 6, junho, 2020.

HODGES, C. B.; MOORE, S.; LOCKE, B.; TRUST, T. **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning**. EDUCAUSE Review, 2020.

PINHEIRO, H. A.; CUNHA, M. G. N.; ANDRADE, R. F. C. "A Pós-Graduação em Serviço Social no estado do Amazonas: as particularidades da discussão da sustentabilidade socioambiental na UFAM". *In*: JOAZEIRO, E. M. G.; GOMES, V. B. (orgs.). **Serviço social**: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos. Teresina: EDUFPI, 2020.

SALVADOR, E. "Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil". **Revista Textos e Contextos**, vol. 19, n. 2, 2020.

WORLDMETERS. "Covid-19 Coronavirus Pandemic". **Portal Eletrônico Worldmeters** [2021]. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: 13/01/2021.

CAPÍTULO 5

Grupos e núcleos de pesquisa para a formação e suas estratégias frente à Covid-19

GRUPOS E NÚCLEOS DE PESQUISA PARA A FORMAÇÃO E SUAS ESTRATÉGIAS FRENTE À COVID-19

Jane Cruz Prates

Erica Bomfim Bordin

Os Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* têm por principal finalidade formar professores e pesquisadores. Nesse sentido, podemos afirmar que a pesquisa é a alma da Pós-Graduação. Se acrescentarmos a posição de um dos mais importantes educadores brasileiros, Paulo Freire (1990), que afirma não ser possível educar sem pesquisar, nosso argumento ganha mais força e é possível concluir que todo o processo de ensino-aprendizagem é permeado pela investigação, especialmente quando se pretende que seja crítico e substantivo.

No tempo presente, marcado por inúmeros retrocessos, crescimento do conservadorismo e desvalorização do pensamento científico, mais do que nunca a investigação assume lugar central, seja para desvendar processos subalternizadores ou para potencializar processos de cunho emancipatório, que têm na participação seu núcleo central.

Somos, portanto, como educadores, desafiados a pensar espaços alternativos de formação, para além das disciplinas de pesquisa e estágios docentes, como forma de instigar produções coletivas, integração entre diferentes níveis de formação na pós-graduação (mestrados, doutorados, pós-doutorados, docentes em capacitação de outras unidades de ensino), além da fundamental integração com a graduação através dos alunos de iniciação científica e de atividades articuladas.

Nessa direção, pretendemos socializar o processo vivenciado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) no que tange à articulação de núcleos de pesquisa que, para o Programa, se constituem como espaços de formação por excelência.

A PUCRS organiza suas estruturas de pesquisa que se conformam por grupos de pesquisa, certificados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a liderança de um professor ao qual se vinculam estudantes dos diversos níveis, já mencionados anteriormente. Os núcleos de pesquisa onde se aglutinam grupos são compostos por, no mínimo, dois professores, cada qual com seu respectivo grupo de pesquisa e discentes.

Cada núcleo dispõe de um espaço físico, com sala ou salas e computadores, destinado ao trabalho de alunos e professores para a realização de reuniões sistemáticas, orientações, processos de coleta e outras atividades similares. Grupos e núcleos contam com recursos da universidade e recursos captados pelos pesquisadores, para sua manutenção, seja no que concerne à aquisição de equipamentos ou para custeio. Os centros de pesquisa podem ou não agregar diferentes grupos e núcleos, mas o que os caracteriza é a automanutenção, espaços maiores e equipamentos diversos. No caso do PPGSS da Escola de Humanidades da PUCRS, dispomos de 14 grupos de pesquisa aglutinados em 4 núcleos da área e 2 núcleos de áreas diversas, cujos professores se vinculam ao PPGSS, seja como professores permanentes ou colaboradores. A esses dois núcleos complementares estão associados mais 4 grupos de pesquisa.

Trata-se de um programa já consolidado, com uma existência de mais de 40 anos do curso de mestrado e que, em 2021, completa 18 anos de existência do curso de doutorado. Apesar disso,

conta com número de professores bastante reduzido, totalizando 14 docentes, entre permanentes e colaboradores, todos da PUCRS, predominantemente com formação na área do Serviço Social em nível de Graduação e Pós-Graduação e em áreas como Economia, Educação, Filosofia, Ciências Sociais e Arquitetura e Urbanismo.

A partir de 2012, o programa organizou-se de modo que as reuniões sistemáticas de grupos e núcleos de pesquisa ocorressem todas no mesmo dia e horário. Além da periodicidade semanal, a atividade passou a ser obrigatória para todos os alunos que se vinculam ao programa. O fato de a reunião acontecer no mesmo dia da semana e no mesmo horário favorece a realização de processos de integração entre núcleos, reuniões gerais com alunos e professores de todo o programa, aproveitando o espaço temporal quando todos devem estar dedicados a essa atividade acadêmica e também à realização da atividade nomeada Internúcleos de Pesquisa.

Os internúcleos, que têm periodicidade mensal, em média, articulam alunos e professores para debates de interesse coletivo, entre os quais análises de conjuntura, debates sobre teoria e metodologia de pesquisa e o aproveitamento da vinda de professores externos de outros estados e internacionais para o debate sobre os temas mais diversos que interessam à área.

Quando são realizadas missões de trabalho no programa, busca-se que alguma apresentação do grupo visitante possa ser socializada nesse espaço. Muitos egressos e parceiros de outros PPG são convidados para alguns desses eventos que, em 2020, em razão da pandemia, foram realizados na modalidade on-line. Destacamos que essa é também uma importante estratégia para manter a vinculação dos egressos com o programa.

Somente para fins de exemplo, mencionamos algumas das *lives* realizadas nesse período como internúcleos de pesquisa,

abertas a egressos e parceiros do PPGSS/PUCRS: Estado e Capital na crise, convidado Prof. Paulo Nakatani (UFES), Reforma Trabalhista e Reforma Previdenciária, convidadas Profas. Valdete S. Severo e Soneide Lazzarin (PUCRS/UFRGS); A necessária interface entre os Núcleos de Fundamentação da Formação nas Diretrizes da ABEPSS, Prof. convidado Rodrigo Teixeira (UFF Rio das Ostras); Inseguridad Social: El sistema de pensiones y de salud en Chile, al borde del colapso. Convidados Prof. Consuelo Flores e Claudio Lara (Clacso e Ascis/Chile), entre outras.

Essa sistemática permite que, além dos pós-graduandos, pós-doutorandos e professores, alunos de graduação, egressos e parceiros se beneficiem desse espaço de debate e formação, tendo acesso a produções substantivas e atualizadas que consideramos fundamentais para a área, a partir de interlocutores de outros estados brasileiros e de outros países, o que tem repercutido no maior interesse de alunos para a realização de mobilidades nacionais e internacionais.

A riqueza pedagógica vivenciada nos núcleos e grupos de pesquisa nos moldes como os realizamos no PPGSS PUCRS levou-nos a efetivar estudo específico sobre sua potencialidade pedagógica, cujos resultados já foram apresentados em eventos nacionais e internacionais. O estudo intitulado a Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e a contribuição de Núcleos e Grupos de pesquisa (PRATES, 2016), para a consecução desse processo, contou com apoio da PUCRS, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do CNPq.

Concluímos que a participação sistemática nos grupos de investigação estimula a construção do *habitus científico*, a consciência sobre a necessidade da educação permanente, o exercício do trabalho em equipe, além da aprendizagem sobre os temas estudados, teoria e metodologia de pesquisa e uma apropriação mais densa sobre o referencial crítico que fundamenta

o ensino e o trabalho profissional do assistente social no Brasil. Para dar visibilidade à riqueza dessa forma de ensino-aprendizagem, realizou-se a coleta de depoimentos dos sujeitos que participavam na ocasião dos diferentes grupos e núcleos de investigação do PPGSS/PUCRS, a partir de entrevistas diretas, do tipo estruturadas com alunos e professores, no intuito de registrar os avanços para a aprendizagem e produção de conhecimentos possibilitada por esta estratégia pedagógica. (PRATES *et al*., 2012, p. 23).

Foram muitos os depoimentos coletados nos diferentes Núcleos de Pesquisa, contudo, destacamos apenas dois, para fins de exemplo, de um pós-graduando e de um discente de iniciação científica:

> A participação nos Núcleos foi e é fundamental para a formação. Através das atividades dos núcleos é que podemos nos inserir de fato no mundo acadêmico, seja por meio do trabalho desenvolvido nas pesquisas do núcleo (ida a campo, entrevistas, análise de dados, entre outros), seja pela integração entre os alunos de graduação e pós graduação, além da participação em eventos, formulação de artigos, apresentação de trabalhos, entre tantas outras atividades. Com certeza quem participa das atividades dos núcleos e vive o cotidiano dos mesmos, será um aluno e um profissional diferenciado, mais crítico e preparado para o mundo acadêmico e profissional.
>
> (...) Acredito que a experiência adquirida com a iniciação científica foi o investimento mais importante em minha trajetória acadêmica, pois as exigências, as responsabilidades e a curiosidade de explorar o novo contribuíram para meu amadurecimento intelectual, para instigar meu desejo pessoal e profissional de trilhar a carreira de pesquisadora, assim como a curiosidade e a vontade de saber mais.

Dentre o conjunto de aprendizagens possibilitadas por esses espaços acadêmicos, os sujeitos pesquisados destacaram como resultados: a maior familiaridade em trabalhar com dados de realidade, contextualizados, realizar análises e sínteses mais qualificadas, efetivando a relação entre particularidade e universalidade, valorizando a historicidade dos fenômenos e identificando suas contradições inclusivas, efetivar relatórios e avaliações com maior qualidade, aportando contraprovas históricas quantitativas e qualitativas, respeitando prazos e regras estabelecidas por órgãos de fomento à pesquisa, apreensão de cuidados e procedimentos éticos na pesquisa, tanto no que se refere à postura em processos de coleta e tratamento dos dados, como em relação à elaboração de termos de consentimento, encaminhamento a comitês de ética, entre outros procedimentos, melhor estabelecimento de mediações entre teoria e prática, bem como o exercício da exposição oral, todas competências fundamentais ao trabalho do assistente social (PRATES *et al*., 2012).

O presente artigo, além das reflexões introdutórias, aporta a experiência vivenciada por docentes e discentes do Núcleo de Estudos em Economia e Política Social – NEPES, da PUCRS, para manter suas atividades sistemáticas durante a pandemia da Covid-19. O NEPES é composto por cerca de 30 integrantes, entre professores, egressos e alunos de níveis diversos tais como: iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Além do reconhecimento do Núcleo de Pesquisa como um importante espaço pedagógico, destaca-se a sua relevância, num momento difícil como o da pandemia, para o fortalecimento de vínculos e trocas de saberes e afetos ou num espaço de "respiro" como se referem os integrantes do Núcleo.

O DESAFIO DE DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DURANTE A PANDEMIA

As atividades dos núcleos de pesquisa no ano de 2020 em contexto de pandemia da Covid-19 foi objeto de nossa análise, a partir da coleta de depoimentos coletados em dezembro do referido ano, sobre a experiência de alunos vinculados ao Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social (NEPES).

As atividades do PPGSS em 2020 tiveram início, presencialmente, com a acolhida aos novos alunos, no dia 11 de março, sendo suspensas em seguida devido à pandemia de Covid-19. A semana acadêmica, evento bastante aguardado por todos, quando se apresentam as teses de doutorado para defesa final e os professores visitantes, componentes das bancas, são convidados para painéis e debates para viabilizar a participação de todos nessa atividade, porém, com a suspensão das aulas, teve de ser cancelada. As bancas previstas inicialmente foram fechadas, com a participação de no máximo 3 convidados e logo passaram para a modalidade remota. As aulas reiniciaram no dia 19 de março no modelo on-line. Ou seja, alunos e professores tiveram menos de uma semana para se preparar e se adaptar à nova modalidade de ensino. As atividades de pesquisa foram suspensas e retomadas no dia 12 de abril.

Um misto de ansiedade, dificuldades em compatibilizar tarefas domésticas e acadêmicas, dificuldades de acesso ou de instabilidade nas redes, somadas a medos, adoecimentos e angústia, algumas são expressas aqui, mas trazendo como contraponto o reconhecimento quanto à importância do espaço do núcleo e do uso da ferramenta informacional, não só para a troca de conhecimentos, mas também para a manutenção do vínculo, do apoio coletivo, do desenvolvimento de atividades conjuntas, num momento de

isolamento tão difícil para todos, é o que mostram as expressões dos pesquisados. Os depoimentos que seguem melhor expressam essas contradições.

> Obviamente foi uma experiência totalmente nova, ninguém esperava, todo mundo foi se adaptando à realidade virtual conforme ia utilizando as ferramentas. Eu acredito que ela tenha sido muito boa, porque possibilitou aproximar as pessoas que estavam em suas casas e não deixar a gente isolado... cada reunião de núcleo, cada reunião com o grupo de orientandos, servia para trazer um pouco mais a presença de quem está longe. O que eu acho que a gente acaba perdendo com essa relação virtual é o abraço, é o carinho, é aquela conversa de corredor, que com certeza contribui com a sua pesquisa, um outro olhar que acaba enriquecendo nossas produções, e foi uma perda muito grande. Mas o uso da ferramenta virtual serviu para diminuir um pouco esse espaço que com certeza teria sido de muito mais isolamento se não tivesse. (Extrato de depoimento – Mestrado 2)

> Foram muito importantes os nossos encontros na quarta-feira, claro que eles não têm toda a potência do encontro presencial, mas eles foram fundamentais. (...) É uma forma da gente se sentir dentro do programa, mesmo não podendo estar na PUCRS de fato, e também que a gente não perca os fios das nossas pesquisas, do núcleo e das teses e dissertações. (Extrato de depoimento – Doutorado 1)

> As atividades do núcleo, até por a gente usar a ferramenta, foram muito interessantes, que trouxeram participações de pessoas de fora com maior facilidade... o que foi bem legal, mesmo a gente não tendo se reunido como habitualmente. (...) Foi interessante esse modelo, eu acho que com o retorno das atividades presenciais, em algumas

> ocasiões a gente pode avaliar a utilização de um modelo híbrido para ter pessoas de fora com maior facilidade dentro da universidade e dentro do nosso grupo. Eu acho que esse é o ganho que a gente fica, mas com certeza a gente perde muito em afeto, em contato, em diálogo. (Extrato de depoimento – Mestrado 1)

A escolha conjunta dos temas foi destacada por um dos pesquisados, assim como outras alternativas para aprofundamento de pesquisas específicas realizadas em rede, cujas atividades são bastante complexas e em volumes substantivos, como mostram as expressões que seguem:

> Algo que foi muito positivo nas reuniões do NEPES (no segundo semestre) foi organizar os encontros por temáticas que dialogam com as pesquisas do grupo, isso tornou o espaço mais dinâmico, pois todo encontro era algo diferente e eu acho que isso conseguiu nos prender diante de todas as coisas que acabam acontecendo dentro de nossas casas, são muitas coisas acontecendo ao mesmo tempo e querendo nos capturar e aí tornar esse espaço mais dinâmico foi excelente". (Extrato de depoimento - Doutorado 2)

> Em relação à participação nas pesquisas, eu participei mais ativamente de uma pesquisa, e eu percebi muita compreensão de quem estava dando a direção em relação à produção, em relação aos encontros... Talvez a gente poder pensar em espaços alternados entre o NEPES e espaços entre os subgrupos que trabalham em diferentes pesquisas para que a gente tenha um momento de encontro também, que a gente consiga se organizar. Para que a gente se sinta conectado, e se sinta vivendo essa

> pesquisa também. (Extrato de depoimento - Doutorado 1)

A preocupação com a sobrecarga de tarefas que levou muitos docentes e discente ao adoecimento e as dificuldades de conexão em razão da instabilidade de redes, uma vez que muitos de nossos alunos são oriundos do interior do estado e durante a pandemia retornaram a seus locais de origem, também foram elementos que permearam as expressões dos pesquisados:

> Enfim, eu acho que a gente tem que pensar também formas de não nos sobrecarregar e não nos tornar ainda mais cansados do que nós estamos, mas pensar em formas que a gente possa se sentir conectados e sentir trabalhando junto mesmo que dessa forma remota, mesmo que a distância". (Extrato de depoimento - Doutorado 3)

> Eu acho que a principal questão foi a pandemia e tudo que ela trouxe consigo, a questão principalmente da gente não ter um contato físico com os professores, uma aproximação mais de perto mesmo, isso refletiu bastante no nosso ensino-aprendizagem, na forma como a gente apreende o nosso conhecimento. E eu acho que a dificuldade maior, muitas vezes é de acesso, eu mesma, a minha internet aqui não é muito boa, então, a cidade em si tem dificuldade em vários navegadores, eu testei pelo menos três, mas nenhuma consegue me dar o suporte que eu preciso, às vezes está muito fraca ou então sai fora do ar. (Extrato de depoimento – Mestrado 1)

Quanto à Iniciação Científica, que se constitui numa das possibilidades de atuação dos estudantes de graduação em projetos

de pesquisadores nas diferentes áreas do conhecimento, buscando o envolvimento direto desses alunos com a atividade de pesquisa, tivemos no NEPES a participação de 3 bolsistas, 2 ingressando no início do ano e 1 no segundo semestre letivo. A iniciação científica objetiva, além da formação, a capacitação e qualificação de recursos humanos voltados para a pesquisa científica. O depoimento de um dos pós-graduandos destacou a importância dessa interface entre graduação e pós-graduação, como explicitado a seguir:

> Foi importante as meninas de iniciação científica que apresentaram os trabalhos que elas iriam apresentar no salão... A gente se aproxima mesmo que de forma ainda muito difícil nesse ambiente remoto, mas a gente conseguiu ver no que as meninas estão trabalhando, o que elas estão pesquisando. É uma forma de interlocução da graduação com a pós, porque a gente vai vendo que a gente afina os nossos olhares... de categorias, de uma perspectiva crítica, e isso é bem importante para a formação como um todo. (Extrato de depoimento - Doutorado 1)

Já os depoimentos das estudantes de graduação, bolsistas de iniciação científica, expressaram a contradição entre o desejo de participar e a riqueza possibilitada por esses encontros e os limites impostos pela falta de acessibilidade ou instabilidade da conexão, é o que espelham as expressões apresentadas a seguir:

> A cada quarta-feira era uma ansiedade para fazer parte das reuniões e eu ficava bem triste, quando não conseguia fazer devido a minha internet, porque era cada discussão que mexia comigo, fazia com que a gente pensasse mais sobre o que estamos vivendo, quais formas de estratégias, quais formas de lutas a gente pode, principalmente eu como uma futura

> assistente social, para enfrentar esse conservadorismo, esse neoliberalismo que a gente está vivendo. (Extrato de depoimento – Bolsista de Iniciação Científica 2).
>
> A minha experiência foi bastante produtiva. A gente teve a oportunidade de se aproximar de muitos temas que, para a gente que está na graduação, não são tratados, e ainda são muito além daquilo que a gente recebe na graduação. Eu tive a oportunidade também de conhecer, pesquisar alguns temas... O Núcleo sempre foi um espaço de descontração, de conhecimento, de trocas e foi bem positivo para mim, apesar de todas as dificuldades que a gente está vivenciando. Acho que a única dificuldade mesmo foi trabalhar nessa modalidade on-line (Extrato de Depoimento – Bolsista de Iniciação Cientifica 3).

Ainda no âmbito da interface com a Graduação, cabe destaque à conclusão dos estágios obrigatórios para alunos finalistas. Trata-se de tema bastante polêmico, se, por um lado, a garantia do estágio presencial sob a supervisão de um profissional assistente social é, sem dúvida, um requisito fundamental, por outro, para alunos finalistas a complementação de algumas horas de estágio não pode adiar o sonho da conclusão do Curso, desde que esse processo seja realizado com o cuidado ético e com a qualidade necessária para a sua efetivação, em um momento de excepcionalidade, como o vivenciado no ano de 2020 e que, infelizmente, se prolonga no início de 2021.

Para que 3 alunos de graduação pudessem concluir uma parte complementar de seus estágios, o NEPES foi procurado para receber esses alunos e acolheu as estudantes que ficaram sob a supervisão de campo dos pós doutorandos (Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPDS) que tinham graduação e pós-graduação em Serviço Social. Todas as medidas jurídicas e preparatórias

foram acompanhadas pelo Curso de Graduação, com reuniões, relatórios e monitoramento sistemático para que o processo se efetivasse nos moldes planejados.

Recebemos 3 alunas, que, além de participarem das atividades do Núcleo, tiveram encontros sistemáticos com os supervisores de campo designados pela coordenadora do NEPES que ficaram responsáveis pelo acompanhamento dos estagiários. Foram realizados encontros sistemáticos na modalidade on-line, estudos e debates sobre temas concernentes à formação em Serviço Social e as temáticas trabalhadas pelas discentes em seus campos de estágio anteriores, orientações acerca de bibliografias e processos de coleta de dados e algumas participaram de reuniões com usuários, acompanhadas do supervisor, realizadas on-line. Por fim, o NEPES ofertou ainda para a turma de alunos em estágio uma oficina específica sobre o Método em Marx e sua mediação com o trabalho do assistente social, em julho de 2020. Além dessas atividades, as alunas acompanharam as reuniões do Núcleo durante o período complementar em que o estágio foi realizado. As expressões das graduandas em estágio mostram a consciência de suas perdas e ganhos.

> Fiquei muito triste por não ter continuado no campo do estágio, porque o estágio ele é um lugar bem rico de aprendizagens. (Extrato de depoimento - Estagiária 3)

> As minhas trocas então eu digo que foram excelentes e incríveis, foi uma oportunidade muito gratificante participar de todos os encontros que o NEPES proporcionou para a gente com debates incríveis... Mas também pude perceber com o [supervisor] uma dedicação e uma atenção com meu campo de estágio para entender ele em sua totalidade... Consegui adquirir muito conhecimento nessas trocas". (Extrato de depoimento - Estagiária 2)

A apropriação mais adensada da teoria e do método marxiano foi um ponto destacado pelas graduandas, tema central desenvolvido pelo NEPES, cuja oficina foi preparada especificamente para atender a sua demanda. As expressões que seguem destacam a importância dessa mediação:

> Queria compreender o método, partiu do meu interesse [a inserção no NEPES]de aprender, conhecer mais, aprofundar, pois na graduação nos é dado só o básico. (Extrato de depoimento - Estagiária 1).
>
> Para mim, superou muito as expectativas que eu tinha em relação ao método... Me ajudou a pensar, entender... Ler e refletir... Me ajudou bastante. (Extrato de depoimento - Estagiária 2).

O NEPES desenvolve diversas pesquisas, de pequeno e grande porte, entre as quais algumas em interface nacional e internacional, com apoio de agências de fomento e equipes numerosas, mas também abriga pesquisas de menor porte realizadas por professores, pós-graduandos, doutorandos e mestrandos, mas que, apesar de não contar com recursos mais significativos, geram importantes resultados em termos de produção do conhecimento e formação de pesquisadores. Dentre elas, optamos por apresentar uma de pequeno porte e uma realizada em rede nacional. Ambas tiveram a participação de bolsistas de iniciação científica.

A primeira, intitulada "A formação e o trabalho profissional do assistente social: aproximações e particularidades entre Amazônia e o Rio Grande do Sul", realizada através do Programa de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD Amazônia), com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é fruto de cooperação interinstitucional entre o

Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Programa de Pós-graduação em Serviço Social – PPGSS/PUCRS e o Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a coordenação da primeira. O estudo prevê o intercâmbio de docentes e discentes, a realização de missões de estudo nos 3 PPG parceiros, a realização de produções e eventos conjuntos, além de pesquisa integrada sobre o trabalho e a formação profissional do/da assistente social nos 3 estados, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul, buscando identificar aproximações e particularidades de cada região e de cada PPG. Com início do processo de execução em 2019, a intensa e produtiva interface propiciou muitos intercâmbios docentes e discentes, a realização de palestras, minicursos, eventos, além de uma riqueza de produções integradas e a realização de estágios Pós-doutorais no PPGSS da PUCRS por professores da UFAM e da UFPA em âmbito internacional.

Em 2020 com o advento da pandemia, as missões tiveram de ser proteladas, as reuniões tiveram de ser on-line, sem que a presença dos pesquisadores visitantes fosse potencializada pela realização de oficinas, cursos e debates, conforme previsto e o estágio pós-doutoral de professor da UFPA, previsto no exterior foi protelado e o realizado no Brasil por professora da UFAM teve de ser restrito a reuniões, aulas, debates e produções realizadas por meio remoto. Mesmo considerando os limites do trabalho remoto, sua contribuição para o PPGSS/PUCRS foi extremamente significativa e o estreitamento de vínculos pode ser garantido, condição fundamental para que fosse possível a realização das trocas estabelecidas. No relatório de estágio pós- doutoral, a professora da UFAM em mobilidade destacou:

> Não poderíamos deixar de dizer que as muitas expectativas nutridas para este ano precisaram ser revistas em razão da pandemia de Covid-19 que assolou o mundo e, de modo muito penoso o Brasil (...) Enquanto o vírus se alastrava pelo mundo e mais países eram solapados pela pandemia, nossa chegada (pesquisadora e família) a Porto Alegre ainda foi marcada por encantos e esperanças, mas, em poucos dias, vimo-nos obrigados a nos isolar e a adotar uma nova rotina, com disciplinas e reuniões remotas, afazeres domésticos, administração do espaço doméstico e das atividades acadêmicas, acompanhamento às aulas remotas da filha (no 2º ano do ensino fundamental), orientações às mestrandas em Manaus, idas rápidas e receosas ao supermercado, leituras diárias, produção de artigos, perda de amigos e pessoas muitos queridas tombados pela pandemia; enfim, um misto de dores e aprendizados. Apesar da angústia, do medo e das incertezas que nos acompanharam nos primeiros meses, não podemos negar que essa experiência ao longo desse ano de estágio pós-doutoral foi enriquecedora, acalentadora e prenhe de aprendizados e amadurecimento. É importante enfatizar que tudo isso foi possível graças ao investimento público na pós-graduação e na produção de conhecimentos no país, feito pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (ANDRADE, 2021, p. 7).

No final de março de 2020, as alunas que haviam viajado para realizar a mobilidade acadêmica, prevista no projeto, tiveram que retornar às pressas para casa, exigindo a disponibilização de recursos não previstos pelos programas envolvidos para preservação de sua segurança. Essa intercorrência gerou a frustração de planos de estudos e a exposição a angústias e estresse por parte de alunos, orientadores e gestores. Apesar disso, uma das doutorandas que

vivenciou o processo, durante a defesa de sua qualificação de doutorado destacou a importância dessa experiência, mesmo tendo permanecido apenas 20 dias em mobilidade, quando a previsão era de 4 meses.

Apesar de tudo, seu contato direto com pesquisadores e lideranças de movimentos sociais para conhecimento das lutas sobre a disputa de terras, tema de sua tese de doutoramento, foi extremamente enriquecedor para seu estudo, evidenciando a riqueza de projetos integrados dessa natureza.

Desenvolvemos atividades de pesquisa, no âmbito do PROCAD, dentro das possibilidades e limites permitidos pelo contexto de pandemia, dentre as quais destacamos a realização de um evento online, com mais de 100 participantes de diferentes estados brasileiros, sobre o trabalho e a formação do assistente social em tempo de pandemia, a organização de um e-book sobre o tema central da pesquisa com 16 capítulos escritos por professores e alunos dos três PPG vinculados e um Internúcleos de Pesquisa promovido pelo PROCAD Amazônia, articulando os 3 PPG parceiros sobre os Núcleos de fundamentação das Diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), do qual participaram professores e alunos de vários Programas de Pós-Graduação brasileiros.

O segundo projeto intitulado a "A relação Ser Humano – Natureza no contexto do modo de produção capitalista: impactos e respostas ao Meio Ambiente" é vinculado a 1 pesquisadora e não dispõe de recursos de agências de fomento, apenas a concessão de bolsa de iniciação científica. Trata-se de projeto iniciado em abril de 2020, logo, em plena pandemia. O estudo tem como objetivo geral analisar a configuração da relação Ser Humano – Natureza, no contexto do modo de produção capitalista, seus impactos e respostas no Meio Ambiente, visando contribuir com a qualificação e a

ampliação de conhecimentos sobre esses processos e a construção de estratégias de resistência (BORDIN, 2020).

Embora os desafios ambientais tenham âmbito global, o estudo centra-se na realidade brasileira, buscando compreender como esses processos se desenham no território nacional. Durante esse período está sendo realizada coleta de dados referente aos impactos do modo de produção capitalista e da atividade ambiental, humana, com destaque para o desmatamento e as queimadas; as legislações e orientações dos organismos internacionais, as políticas, programas e projetos vinculados ao Meio Ambiente; e os atores da sociedade civil envolvidos na defesa do Meio Ambiente (movimentos sociais e organizações da sociedade civil); assim como, a apropriação e incidência do Serviço Social na questão ambiental.

O NEPES não tem tradição de estudos na área ambiental, contudo acolheu a proposta de pesquisa direcionada a essa área, apesar de sua complexidade, por reconhecer que a defesa do meio ambiente é fundamental à manutenção da vida, logo deve perpassar, mesmo que transversalmente, todos os estudos realizados que se pautam numa perspectiva emancipatória.

Trata-se, portanto, de um debate sobre o qual ainda não se tem acúmulo coletivo mais profundo. Porém, o trabalho apresentado pela bolsista de iniciação científica, vinculada a essa pesquisa, foi considerado destaque no XXI Salão de Iniciação Científica da PUCRS, promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, em outubro de 2020. As expressões das bolsistas de iniciação científica confirmam a riqueza da experiência, por elas vivenciada, embora também destaquem suas contradições inclusivas.

> Entrar no núcleo de pesquisa foi um sonho realizado, não da forma que eu queria, presencialmente, com

> todo mundo junto, porque é uma experiência totalmente diferente, estando em um local todo mundo junto, tirando dúvidas, fazendo apontamentos, no presencial. No on-line, eu particularmente tenho uma dificuldade de concentração. Mas foi muito rica essa experiência... Foi bem melhor do que eu imaginava que seria o online. Consegui me comunicar, fiquei muito feliz por nossa pesquisa ter sido destaque. (Extrato de Depoimento - Bolsista de Iniciação Científica 1).
>
> Todas as reuniões que a gente teve foram bem enriquecedoras para o meu aprendizado...Ouvir outras pessoas... cada semana um aprendizado diferente... estou gostando muito de participar do núcleo (Extrato de Depoimento - Bolsista de Iniciação Científica 1).

No que se refere a disciplinas, orientações e grupos de estudo, é importante destacar que os professores vinculados ao NEPES ofertaram disciplinas com conteúdos relacionados às pesquisas e temáticas por eles desenvolvidas; além disso realizaram orientações de trabalhos de alunos de pós-graduação; bem como dos alunos de iniciação científica, além de outras atividades acadêmicas como arguições, palestras, assessorias, cursos de curta duração, entre outras.

Os alunos que ingressaram em 2020 não chegaram a vivenciar as atividades acadêmicas e as relações com seus colegas e professores presencialmente, o que gerou muita frustração. As aulas e orientações foram todas on-line, e mesmo com o esforço de todos, é preciso reconhecer os limites dessa modalidade em termos de ensino-aprendizagem, pois a atividade remota não desencadeia o mesmo processo de construção de conhecimento e de relações humanas.

Para agravar ainda mais a situação, tivemos o corte de bolsas que seriam ofertadas pela CAPES após a inserção dos alunos nos Programas de Pós-Graduação, o que só chegou a seu conhecimento no dia 25 de março, e tiveram um prazo de poucos dias para decidirem se continuavam ou não seus estudos, mediante as mudanças nas condições que lhes foram apresentadas. Todo esse processo gerou muita angústia em gestores, professores e alunos. No que concerne aos processos de orientação, a expressão dos pesquisados demonstra a importância desse processo e estratégias utilizadas para realizá-lo de formas alternativas, mas sempre destacando as dificuldades impostas pelo isolamento.

> Da questão da orientação... a gente (aluno e professor orientador) conseguiu se encontrar bastante esse semestre, foi bem importante para mim, a gente fecha as questões mais importantes do projeto... todo o apoio (do orientador) foi bem importante, mesmo nesses momentos de muita trava, que a gente sempre fica pensando que agora poderia ser um momento melhor de escrita, mas a gente está muito bombardeado pelas situações que a gente vive. (Extrato de depoimento - Doutorado 1)

> Particularmente quanto à orientação, o [orientador] tem o costume de [em um dia e turno específico] ficar disponível numa sala do Zoom para atender os orientandos, então isso acabou inclusive que a gente tivesse um contato com mais frequência, pois com nessa data prévia determinada todos os alunos entram, conversam com ele, e há uma grande disponibilidade. E tem o costume também de realizar orientação em grupo em alguns dias, onde aí sim um tenta auxiliar o outro, há debate dos temas, o que foi muito bom, foi um ganho nesse ponto". (Extrato de depoimento – Mestrado 2).

Os últimos depoimentos destacam a contradição desse momento de pandemia, vivenciada por todos, desde a adaptação realizada ao longo do processo por professores e alunos, o desejo de vivenciar a experiência de trocas e aprendizagens presencialmente, as interferências do trabalho no mundo doméstico e do mundo doméstico no trabalho, as dificuldades de concentração e, apesar de todas essas adversidades, as experiências e os ensinamentos adquiridos. Vejamos as expressões dos pesquisados:

> Primeiro, eu falo como alguém que se inseriu no doutorado e não teve nenhuma aula presencial, que não participou em nenhum momento de forma presencial no NEPES, por que venho de outras instituições, então não tive essa experiência de vivência... Em relação ao primeiro semestre, um semestre de adaptação, de muitas incertezas, de muito aprendizado e aprendendo a lidar com esse novo modo de aprender, de ensinar, de participar, foi um momento assim de uma reorganização, e aí eu percebi isso tanto em relação às pesquisas, quanto em relação ao próprio NEPES, quanto em relação às próprias orientações. Eu senti que todos nós estávamos nos reorganizando nesse primeiro momento. E no segundo momento, apesar da gente já ter tido uma experiência prévia de adaptação, nós estávamos extremamente cansados, em todos os espaços". (Extrato de depoimento - Doutorado 2)

> E da nossa aprendizagem em si, acho que a quantidade de tempo não é a mesma, nossa percepção ela também muda quando a gente está presencialmente em aula e até mesmo nossa interação também se difere. Eu mesma participei muito pouco das aulas, por que sempre havia uma interferência e a gente acaba atropelando um ao outro, então muitas vezes prefiro ficar mais quieta do que também haver todo uma função para a gente conseguir dialogar. Mas, em contrapartida, acredito

> que teve respaldo positivo nesse processo, acredito que a gente pode participar de muitas coisas que presencialmente não tem condições financeiras mesmo e também de tempo, participar de palestras, de minicursos, então tudo isso com a pandemia propiciou que a gente pudesse estar em vários lugares ao mesmo tempo. Mas a sobrecarga também foi bem grande, foi maior. Acredito que isso refletiu muito também na nossa saúde mental... Foi um ano bem difícil, muito difícil mesmo... E isso refletiu no nosso ensino-aprendizagem com certeza". (Extrato de depoimento – Mestrado 1).

Por fim, resta ainda destacar, que no segundo semestre de 2020, foi criado o Grupo de Estudos sobre Antonio Gramsci, considerando a importância de adensar o debate sobre as categorias trabalhadas pelo filósofo e político italiano na atual conjuntura. Os encontros tiveram periodicidade quinzenal, com participação sistemática de 14 alunos de diferentes PPG, constituindo-se numa rica experiência. Anteriormente, o PPGSS já ofertara um grupo de Estudos sobre Marx, um grupo de estudos específico sobre a obra 'O capital' e um grupo de estudos sobre cotidiano a partir de Agnes Heller, todos agregando alunos de diversos PPG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos dar visibilidade à centralidade da pesquisa na Pós-graduação e aos Núcleos de Pesquisa como espaços de formação, em especial a uma área de conhecimento e uma profissão de caráter interventivo, como o Serviço Social.

A pesquisa exige o exercício sistemático da mediação teórico-prática, pressupõe a realização de sínteses, a priorização de

dados essenciais em relação a secundários, o reconhecimento de relações e conexões que, uma vez estabelecidas, mudam os sentidos. E como procedimento pedagógico, pode e deve ser realizado no conjunto das disciplinas que compõem as grades curriculares, para além da existência de disciplinas específicas de pesquisa social, na Graduação e na Pós-graduação.

Nunca, como no tempo do fetichismo exacerbado, mascarado pela tecnologia, da negação da ciência, da elevação do senso comum à verdade inquestionável, foi tão fundamental desvendarmos as contradições desses processos. Não se pode negar a importância do desenvolvimento tecnológico e da necessária apropriação pelo conjunto das profissões e áreas do conhecimento acerca dessas ferramentas, mas não podemos alçá-las a patamares maiores do que ferramentas, porque como tais, sua utilização depende do projeto ético-político que lhes dá sustentação e das teorias que são utilizadas para movimentá-las.

Durante a pandemia, o uso das ferramentas informacionais foi fundamental, para possibilitar contatos, informações, ofertar serviços, esclarecer dúvidas, articular coletivos. Mas esses processos são permeados por contradições, na medida em que também promovem a disseminação de mentiras, reducionismos, violências simbólicas, entre tantos outros processos subalternizadores.

Marx (1989, p. 130) já destacava na obra O Capital que seria possível "escrever toda uma história de invenções a partir de 1830 com o único propósito de suprir o capital de armas contra as revoltas dos trabalhadores", destacando o caráter contraditório do desenvolvimento tecnológico, mesmo porque a universalidade do acesso a este desenvolvimento não é garantida e a apropriação privilegiada do capitalista aumenta sua capacidade de competitividade. A inovação acelerada torna rapidamente obsoletos os meios de produção e os bens de consumo, a tecnologia, portanto,

na visão marxiana é básica para o aumento da produtividade e dos lucros e, portanto, é diferencial competitivo. Nem por isso Marx era contrário ao avanço tecnológico, mas sim a sua apropriação privada em detrimento dos interesses coletivos.

Em que pesem as diversas formas criativas de se potencializar os processos de formação, acentuando a necessária transversalidade da pesquisa na Graduação e a centralidade na Pós-Graduação e se tenha clareza da direção social e de um projeto ético-político que orienta o Serviço Social fundamentado em valores pautados na tradição marxista, sabe-se que sofrem constantes reveses, especialmente no tempo presente, o que exige a sistemática reafirmação desses valores e explicitação de sua mediação no trabalho concreto.

Falar desses valores que também norteiam a formação, a extensão e a pesquisa em Serviço Social é reconhecer o compromisso com a construção de uma contra-hegemonia direcionada, conforme destaca Iamamoto (2004, p. 37), a atuar "na transversalidade das múltiplas expressões da questão social, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que os materializam".

Para tanto, enfrenta-se o desafio de desnaturalizar as desigualdades e dar visibilidade às formas criativas utilizadas pelos sujeitos para enfrentá-las, tantas vezes criminalizadas, despolitizadas, o que passa pela compreensão das lógicas do capitalismo contemporâneo e seu imperialismo material e simbólico. Imperialismo que também invade a Universidade e que, na concepção de Chauí (2003), se estrutura por estratégias e programas de eficácia organizacional, utilitária e pragmática, constituindo-se na chave do conhecimento tecnocrático.

Antes da crise sanitária mundial imposta pela pandemia, o Brasil já sofria, desde o golpe de 2016, o acirramento das expressões

da questão social, cujas raízes são históricas nesse país, desde suas origens, em razão dos longos períodos de colonialismo, escravismo e ditadura, dos consensos buscados como alternativa pelos governos populares com a burguesia, cujo atraso e o conservadorismo também se explicitam historicamente.

Os governos Temer e Bolsonaro foram cirúrgicos no processo de desmonte e destituição de direitos com as fatídicas medidas de austeridade, entre as quais se destacam a Emenda Constitucional (EC) 95, as reformas trabalhistas, a reforma da previdência, ainda inconclusa e a reforma administrativa que se avizinha, na mesma direção predatória. Mas nada pode se comparar ao nefasto governo Bolsonaro e a insanidade de suas expressões e medidas, do descaso com as vidas humanas e com nossas reservas, da desresponsabilização em relação aos problemas mais graves do País, fazendo com que o gigante adormecido em berço esplêndido siga como um barco à deriva.

Diante da ameaça à pesquisa, elemento chave para garantir a supremacia de um povo, no tempo presente, nada mais relevante do que enaltecê-la, do que pensá-la para além dos espaços formalmente instituídos, do que reiterar sua centralidade na Pós-Graduação e sua necessária transversalidade na Graduação.

É importante lembrar que Marx e Engels (2008) já destacavam no Manifesto do Partido Comunista que a burguesia não poderia existir sem revolucionar constantemente. A captura de espaço e tempo que caracteriza a contemporaneidade reduz o tempo dedicado ao adensamento dos conhecimentos. Se, por um lado, temos acesso democratizado a muitas informações, a sua sedimentação nem sempre acontece, favorecendo processos de alienação mascarados por uma apropriação superficial. (PRATES, 2020).

Reiteramos, portanto que, o exercício de investigar para adensar conceitos, buscar novos olhares sobre temas, desvendar contradições, identificar conexões possíveis, articular dados é possível e necessário em todo o espaço de formação e a isto chamamos de transversalidade.

Pretendemos que o processo de ensino-aprendizagem realize esse movimento de desvendamento/ novas apropriações/ novas sínteses provisórias. Espera-se que cada tese, realizada a partir de sucessivas aproximações, de movimentos de investigação e mediações teórico-práticas, seja novamente negada, reiniciando o movimento de apropriação e ressignificação, para chegar a novas totalizações provisórias. Esses movimentos contemplam a ruptura e, ao mesmo tempo, a continuidade, algo que, embora seja novo, guarde na síntese os elementos das etapas anteriores, ou seja, que se conforme por superações dialéticas (PRATES, 2020).

Nessa direção, o desafio maior da categoria dos assistentes sociais no contexto presente, além de lutar pela hegemonia do projeto político profissional construído coletivamente e em interface com a sociedade do nosso tempo, reconhecendo-o como um projeto em disputa, é, sem dúvida, capitalizá-lo junto à categoria, para que não sofra retrocessos conservadores, além de intensificar e estreitar a articulação entre Graduação e Pós-Graduação, estimulando que a Pós-Graduação amplie a produção de conhecimentos que possam qualificar o ensino na Graduação.

Neste sentido, reiterar a centralidade da articulação ensino, pesquisa e extensão, potencializando espaços onde estes processos sejam adensados, como os Núcleos e Grupos de Pesquisa, especialmente num contexto de precarização generalizada e naturalizada a que todos estamos sujeitos, discentes, docentes e profissionais que trabalham nos mais diversos espaços de trabalho, inclusive na área do ensino é, sem dúvida, fundamental.

Concluímos com as palavras do poeta que nos inspiram a seguir em frente na busca pela superação e celebrar a vacinação das primeiras trabalhadoras da saúde vacinadas contra a Covid-19 no Brasil: "Amanhã, mesmo que uns não queiram, será de outros que esperam ver o dia raiar, amanhã, ódios aplacados, temores abrandados, será pleno, será pleno" (ARANTES, 1977).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. F. C. **Relatório de estágio Pós-doutoral**. Rio Grande do Sul: PPGSS/PUCRS, 2021.

ARANTES, G. **Amanhã**. Letra de música. Álbum Ronda Noturna, 1977.

BORDIN, E. B. **A configuração da relação Ser Humano** – Natureza, no contexto do modo de produção capitalista: impactos e repostas ao Meio Ambiente. Rio Grande do Sul: Projeto de Pesquisa (BPA/PUCRS), 2019.

CHAUÍ, M. "A universidade pública sob nova perspectiva". **Revista Brasileira de Educação**, n. 24. Rio de Janeiro: Editora ANPEd, 2003.

CUNHA, M. G. N. *et al*. **A formação e o trabalho profissional do assistente social**: aproximações e particularidades entre Amazônia e sul do Brasil. Projeto de Pesquisa Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia n° 21/2018. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br>. Acesso em: 10/01/2021.

FREIRE, P. “Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação”. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

IAMAMOTO, M. V. “A questão social no capitalismo”. **Revista Temporalis**, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2004.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

NOGUEIRA, M. G. *et al*. **A formação e o trabalho profissional do assistente social**: aproximações e particularidades entre Amazônia e sul do Brasil. Projeto de Pesquisa Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia n° 21/2018. Brasília: CAPES, 2018. Disponível em: <https://www.capes.gov.br>. Acesso em: 10/01/2021.

PRATES, J. C. “A Fundamentação marxiana para a formação e trabalho do Assistente Social no Brasil”. **Revista Textos & Contextos**, vol. 19, n. 2, 2020.

PRATES, J. C. **A direção da formação e a produção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil e a importância dos Grupos e Núcleos de pesquisa na constituição desse processo** (Relatório de Pesquisa de Produtividade). Porto Alegre: CNPq, 2016.

PRATES, J. C. *et al*. “A contribuição dos Grupos e Núcleos de pesquisa para a formação em Serviço Social: uma experiência de articulação entre Graduação e Pós-Graduação”. **Revista Plaza Publica**, vol. 4, n. 7, 2012.

CAPÍTULO 6

Formação profissional em Serviço Social
e o estágio supervisionado no contexto pandêmico

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO PANDÊMICO

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Este capítulo é resultante de pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social com recorte no estágio supervisionado, cujos resultados apresentados são decorrentes do estudo bibliográfico de uma pesquisa de natureza qualitativa, que baseada em Minayo (1999, p. 21-22):

> [...] se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os procedimentos metodológicos para a realização deste estudo, numa perspectiva crítica, partiram da compreensão de que "a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos [...], atento ao objeto de estudo e, que por isso, não pode ser aleatório". (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38)

Baseado nesta compreensão foi dado continuidade[28] ao estudo da produção acadêmico-científica – livros, teses,

[28] A autora estuda a temática da Formação Profissional, com recorte no Estágio Supervisionado em Serviço Social, desde a aprovação das Diretrizes Curriculares no ano de 1996, período em que iniciou sua participação militante junto à ABEPSS, e que culminou na composição do GT responsável pela elaboração da Política Nacional de Estágio – PNE, na gestão 2009-2010.

dissertações, artigos publicados – acerca da temática, com o objetivo de investigar e aprofundar os estudos sobre as principais questões que fomentam o debate sobre formação profissional em Serviço Social no Brasil, com recorte na temática do estágio supervisionado

Este estudo bibliográfico e documental está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social – GEFORMSS, inserido no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Campus de Franca, sob liderança da autora. Os estudos nucleados à Linha de Pesquisa Estágio Supervisionado em Serviço Social do referido grupo, que enfoca um dos princípios das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social – a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional – foram sistematizados neste capítulo que apresenta o conjunto das principais discussões sobre a temática: a formação profissional em Serviço Social, com ênfase no estágio supervisionado, obrigatório e não obrigatório.

Este eixo temático é estudado no GEFORMSS desde a criação do grupo em 1994; entretanto, na última década, com a implantação da Política Nacional de Estágio (PNE) no ano de 2009, os estudos se intensificaram e as pesquisas sobre este núcleo temático tornaram-se mais recorrentes, sobretudo no atual contexto de agravamento da precarização da formação profissional e seu tensionamento causado pela pandemia de COVID-19, que assolou a humanidade no ano de 2020 e que no Brasil, um dos epicentros da doença, tem impactado duramente em todas as áreas da vida da população.

Apesar do estudo sobre formação profissional, com recorte no estágio supervisionado estar mais presente no âmbito acadêmico, com maior ênfase a partir da implantação das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em

Serviço Social (ABEPSS), aprovadas em 1996, ainda é identificado um número reduzido de produções sobre este eixo temático. Dessa forma, ao elegermos a pesquisa bibliográfica para aproximação ao nosso objeto de estudo, compartilhamos da compreensão de Lima e Mioto (2007, p.43) ao reafirmarem:

> [...] a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas poucos explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas.

As principais referências que delinearam a pesquisa bibliográfica foram Buriolla, Guerra, Iamamoto, Lima, Mota, Oliveira, Pereira, Santos, Wanderley, Yazbek, além das produções da ABESS/CEDEPSS e ABEPSS, em especial das Diretrizes Curriculares; também compuseram este estudo o documento da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, a Resolução CFESS Nº 533, de 29 de setembro de 2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social e, mais recentemente, a nota da ABEPSS referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao à COVID-19.

Compreendido como atividade curricular, o estágio supervisionado é efetivado por meio da inserção dos estudantes nos espaços sócio-ocupacionais (chamados campos de estágio), nos quais trabalham assistentes sociais, com o devido acompanhamento através da supervisão direta de campo e acadêmica. Um dos principais objetivos do estágio é capacitar estes estudantes nos processos de formação, nas dimensões teórico-metodológica, ético-

política e técnico-operativa do exercício profissional, em consonância com o projeto ético político que traz a direção social da profissão.

Portanto, o estágio supervisionado deve se constituir num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do estudante de Serviço Social, que necessita apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente, como profissional nas diferentes expressões da questão social, agravada pelo movimento mais recente de colapso mundial da economia e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. E, mais recentemente, nas particularidades ocasionadas pela pandemia e seus rebatimentos na sociedade, que vive a maior crise sanitária e humanitária da história recente.

Este capítulo foi organizado destacando os principais conteúdos relacionados ao estudo da formação profissional, com ênfase no estágio supervisionado em Serviço Social, a partir das referências pesquisadas. Num primeiro plano foram situados os marcos históricos da formação profissional, devidamente contextualizados e compreendendo seu significado na trajetória da profissão. Na sequência, pelo significado que ocupam no estudo da formação profissional em Serviço Social, foram apresentadas as Diretrizes Curriculares, os princípios e pressupostos preconizados.

E, encerrando este capítulo, foi explicitado sobre o estágio supervisionado, seu lugar na formação profissional do assistente social, destacando os avanços e os desafios desta atividade curricular, identificando seus elementos significativos no debate contemporâneo, a importância da Política Nacional de Estágio como estratégia de enfrentamento à precarização do ensino superior e de fortalecimento do estágio supervisionado – obrigatório e não obrigatório – com destaque para os tensionamentos oriundos da

pandemia e sua repercussão nessa atividade curricular.

As considerações conclusivas reafirmam que o estágio se configura como um dos momentos privilegiados do estudante na aproximação à realidade social; apresentam as principais dificuldades para sua operacionalização e apontam a importância da estruturação das políticas de estágio nas unidades de formação profissional, em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social. Situam os impactos da pandemia da COVID-19 no estágio e reafirmam os indicativos para a garantia de seus princípios, legislações e normativas, em consonância com as Diretrizes Curriculares e com a Política Nacional de Estágio.

HISTORICIDADE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

> O pressuposto central das diretrizes é a permanente construção de conteúdos (teóricos, éticos, políticos, culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que são apreendidos de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 63).

A conjuntura política, econômica, social e cultural, de forma mundializada, tem rebatimentos diretos nas diferentes esferas da vida dos indivíduos sociais, dentre elas a educação. Numa análise sobre as mudanças do contexto do ensino superior, ditadas pela lógica de mercado e pela cultura globalizada, sobretudo a partir da década de 1990, constata-se que o sistema educacional brasileiro sofreu profundas alterações, que objetivaram um reordenamento do

campo educacional de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais da esfera econômica.

A precarização do ensino superior no país remonta a um conjunto de questões das mais diferentes modalidades: aligeiramento dos cursos de graduação e pós-graduação; mestrados profissionalizantes; crescimento vertiginoso das instituições privadas de nível superior; indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; sistema de avaliação dos cursos e, educação à distância. Tais questões são o reflexo das repercussões do sistema neoliberal no âmbito da educação superior, conforme enfatiza Yazbek (2000, p. 139):

> A atual direção da política educacional brasileira evidencia mudanças substantivas com o redesenho do 'mapa institucional do ensino superior' caracterizado pelo crescimento de instituições privadas que não parecem, com raras exceções, priorizar o ensino, a pesquisa ou a extensão fora dos interesses do mercado. A proposta de cursos sequenciais, mestrados profissionalizantes e a pressão para redução do tempo para conclusão de mestrados e doutorados são exemplos concretos dessa lógica.

O conjunto de mudanças societárias advindas deste quadro conjuntural reflete diretamente no processo de formação profissional de todas as áreas, reafirmando a necessidade de uma revisão curricular, que efetivamente esteja atenta às novas demandas emergentes da realidade social.

Diante da necessidade de construção de novas alternativas profissionais, tendo como orientação as exigências de mudanças estruturais da sociedade brasileira, a formação profissional

representa um constante desafio para as unidades de formação acadêmica. Especificamente, em relação ao Serviço Social, cabe ressaltar um movimento permanente de discussão da formação profissional, com destaque para o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que como entidade acadêmico-científica possui o compromisso de coordenar e articular o projeto de formação profissional do Serviço Social, articulando-o às questões conjunturais.

Ao analisar a trajetória histórica do Serviço Social, a década de 1980 caracterizou-se por um repensar da profissão frente às novas demandas da sociedade. Consequentemente, o processo de formação profissional também se configurou como agenda acadêmica e política permanente da profissão, que atenta à conjuntura de profundas e rápidas transformações sociais, instituiu um fórum de discussões, estudos e análises sobre o desenvolvimento e a construção da própria profissão na sociedade brasileira.

Tais discussões levaram o ensino do Serviço Social a um aprofundamento nas questões relativas à reorganização do Estado, frente à globalização da economia, às modificações do mundo do trabalho e da cultura; com destaque para a necessidade de repensar os rumos da educação para o século XXI, com base nas profundas transformações que esta nova conjuntura trouxe (e vem trazendo) ao perfil profissional, ao mercado de trabalho, ao perfil docente e discente.

A segunda metade dos anos de 1980 e a década de 1990 são caracterizadas como um período de grandes avanços para o Serviço Social, na redefinição de seus rumos técnico-acadêmicos e políticoprofissionais. Em 1993 foi aprovado o Novo Código de Ética do Assistente Social (vigente), mediante revisão do Código de 1986, com um amplo debate da categoria, alicerçado no compromisso ético-político da profissão, somado à aprovação da

Lei 8662/93 que regulamentou a profissão de Serviço Social.

Como afirma Yazbek (2004, p. 22) acerca dos avanços e da consolidação da profissão:

> Exemplo de maturidade alcançada pela profissão foi (como ainda vem sendo) seu protagonismo, através de seus órgãos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/93 – LOAS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 – ECA), além de outras políticas sociais que vêm implementando sistemas descentralizados, nos quais o assistente social pode ultrapassar a condição de executor, para assumir posições de planejamento e gestão de políticas socioassistenciais (sem deixar de ser executor final).

Nesse panorama de avanços do Serviço Social se insere também a pesquisa como uma dimensão inerente ao exercício profissional, devendo subsidiar o assistente social na sua ação profissional, na formulação de propostas de atuação coerentes com o projeto que orienta os princípios ético-políticos da profissão e que, portanto, respondam às necessidades oriundas da realidade social.

> Consideram-se a investigação e a intervenção elementos que, embora de natureza distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, claramente expresso nas competências/ atribuições profissionais. Do mesmo modo, afirma-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício do assistente social, vislumbram-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto

> de intervenção e da intervenção propriamente dita. (GUERRA, 2009, p. 703).

As demandas profissionais contemporâneas são decorrentes das novas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil – um Estado cada vez mais submetido aos interesses e políticas dominantes. Associado a tais questões, as mudanças no mundo do trabalho incidem diretamente nas condições e relações de trabalho do assistente social – o profissional polivalente, a terceirização dos serviços, a subcontratação, a ampliação de contratos temporários, o baixo padrão salarial, o desemprego – exigindo mudanças no perfil profissional.

Iamamoto (1998, p. 32) problematiza essa complexa realidade, afirmando que:

> As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados, etc.

O Serviço Social, enquanto profissão se realiza e se reproduz no mercado de trabalho. Assim, é fundamental a articulação entre formação profissional e mercado de trabalho, entretanto, sem ficar à mercê das transformações e condicionamentos do mesmo, estabelecendo-se um distanciamento crítico:

> [...] a sintonia da formação profissional com o mercado de trabalho é a condição para se preservar a

> própria sobrevivência do Serviço Social. Como qualquer profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sua reprodução depende de sua utilidade social, isto é, de que seja capaz de responder às necessidades sociais, que são a fonte de sua demanda (IAMAMOTO, 1998, p. 172).

A partir do conjunto de imperativos colocados à profissão, a reformulação do projeto de formação profissional não pode ignorar as demandas do mercado de trabalho e deve sempre estar atenta às transformações nos padrões de acumulação capitalista: as mudanças observadas no mundo do trabalho, na esfera do Estado e no campo da cultura.

Outra exigência apontada no processo de formação profissional em Serviço Social na contemporaneidade é a capacitação de um profissional dotado de competência teórico-crítica, alicerçada nas principais matrizes do pensamento social. Guerra (2000, p. 158-159), num estudo acerca do ensino da prática profissional, aponta cinco dimensões que necessitam estar contempladas no processo de formação profissional do assistente social:

1. Dimensão técnico-instrumental: referente às competências instrumentais inerentes ao exercício da prática profissional;
2. Dimensão técnico-intelectual: compreendida como o sólido referencial teórico-metodológico que possibilita ao assistente social fundamentar o seu pensar e agir profissional, numa leitura crítica da realidade social, buscando alternativas de ação profissional para o enfrentamento da questão social;
3. Dimensão ético-política: engloba valores, princípios, escolhas e posicionamentos ideo-políticos, articulados e consolidados a um projeto profissional de natureza coletiva, que aponta a direção social da profissão;

4. Dimensão investigativa: antecede a intervenção do profissional; aponta a importância e necessidade da pesquisa, que possibilita a decodificação da realidade social, o conhecimento dos usuários dos diferentes serviços sociais e suas necessidades, fundamentada numa análise de conjuntura, numa perspectiva [sócio-histórica].
5. Dimensão formativa: voltada para a formação profissional, compreende que os assistentes sociais possuem competência para participar deste processo mediante a prática da supervisão, tanto acadêmica como de campo e do exercício da docência.

Na dimensão formativa é necessário fazer-se o destaque para a importância do que está explicitado na legislação do Serviço Social. Em relação ao exercício da supervisão, no art. 2º da Resolução CFESS 533/2008:

> A supervisão direta de estágio em Serviço Social é atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da instituição de ensino.

Quanto ao exercício da docência, de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, nº 8.662/93, em seu artigo 5º:

> Constituem atribuições privativas do assistente social:
>
> V. assumir o magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e

adquiridos em curso de formação regular.

Ainda em relação à dimensão formativa cabe destacar a necessidade de as unidades de formação acadêmica desenvolverem ações – cursos, seminários, disciplinas, outras atividades – voltadas para a formação permanente dos assistentes sociais para assumirem com maior conhecimento e competência a referida dimensão.

O conjunto de imperativos colocado para o assistente social provocou (e tem provocado) um redimensionamento em relação ao exercício profissional e, consequentemente, à formação profissional. Na década de 1990, o debate no âmbito do Serviço Social apontou para a necessidade de uma formação profissional conciliada com os novos tempos, com as novas demandas profissionais; emergiu daí a premência de uma revisão curricular, alicerçada no projeto ético-político-profissional, tendo como grande desafio um salto qualitativo no processo de formação profissional dos assistentes sociais.

A referida revisão curricular culminou na aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, em 1996, oriundas de uma participação em âmbito nacional das unidades de formação profissional, mediante mobilização da ABEPSS e que subsidiaram (e subsidiam) a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Serviço Social em todo país.

A proposta das Diretrizes Curriculares foi apreciada na Oficina Nacional de Formação Profissional e aprovada em Assembleia Geral da ABEPSS, ambas realizadas no Rio de Janeiro, nos dias 07 e 08 de novembro de 1996. Com a promulgação da nova LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei nº 9394, em 20 de dezembro de 1996, a ABEPSS enquanto entidade nacional representativa das unidades de formação acadêmica no âmbito do Serviço Social e atenta à necessidade do estabelecimento dos

padrões de qualificação do ensino, encaminhou a proposta para aprovação do Ministério de Educação – MEC. Em 04 de julho de 2001, o texto final foi homologado pelo MEC, mas com "[...] forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades consideradas essenciais ao desempenho do assistente social [...]" (IAMAMOTO, 2014, p. 616).

Podemos afirmar que as políticas de ensino superior na conjuntura atual, inseridas no contexto neoliberal de sucateamento, privatização e mercantilização do Estado e da universidade, possuem rebatimento direto nas mudanças curriculares. Os projetos pedagógicos devem possuir legitimidade e centrar-se na superação da fragmentação de conteúdos e não ficarem à mercê de interesses ou manobras políticas[29], o que nos levaria a uma prática meramente reformista de currículos.

Segundo Wanderley (1998), o estudo das diretrizes curriculares requer o estabelecimento de princípios e pressupostos inerentes a um projeto de formação universitária e profissional, que darão fundamentação ao projeto pedagógico do curso de Serviço Social, ao que a referida autora destaca:

- Exercício do pluralismo e da interdisciplinaridade como condições essenciais da vida acadêmica e profissional;
- Qualificação de uma formação generalista e abrangente assegurada pelo rigor teórico, metodológico e técnico na apreensão dos conhecimentos e pelos padrões de competência técnica profissional, através da articulação dos

[29] Uma análise crítica acerca do ensino superior no nosso país foi realizada por Chauí, Marilena. Dentre as referências indicamos: CHAUI, Marilena. Reforma do ensino superior e autonomia universitária. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 61, p.118-126, 1999.

conhecimentos básicos e dos conhecimentos específicos de cada área;

- Ensino que assegure elevados padrões de competência profissional pelo domínio do instrumental técnico, operativo e das habilidades de cada área de formação, capacitando para a atuação nas diversas realidades e âmbitos de pesquisa e exercício profissional;
- Compromisso ético-social como princípio formativo, perpassando o conjunto da formação curricular;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão não apenas como princípio, mas efetiva realidade na condução dos projetos acadêmicos;
- Articulação das diversas dimensões investigativas e interventivas próprias dessas áreas de formação profissional, como expressão da relação teoria, realidade, através da constituição de um espaço de pensar crítico, da dúvida, da autonomia, da investigação e da busca de soluções;
- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional;
- Padrões de desempenho e qualidade idênticos para os cursos diurnos e noturnos (formação universitária com um período mínimo de 4 anos);
- Ensino organizado na observância dos Códigos de Ética e na observância das competências e atribuições previstas na Legislação Profissional de cada área específica de formação;
- Dinamismo na organização dos currículos plenos de cada curso, possibilitando a definição e organização dos vários componentes curriculares – disciplinas, oficinas, estágios supervisionados, núcleos temáticos, atividades complementares, como forma de garantir o acompanhamento das

> transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas.

Além dos pressupostos norteadores e dos princípios que fundamentam a formação profissional do Serviço Social, a ABEPSS explicitou no documento da "Proposta das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social" que a formação profissional do assistente social tem como foco central a questão social, enfatizando que o Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideopolíticas, necessita de uma formação profissional consolidada para o enfrentamento da questão social. Daí o significado da definição das diretrizes curriculares "que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

> 1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
>
> 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de aprender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no País;
>
> 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
>
> 4. Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
>
> 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 62).

O projeto de formação profissional em Serviço Social, alicerçado nos pressupostos, princípios e diretrizes da proposta básica, remeteu a um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que numa nova lógica curricular, foram materializados em três núcleos de fundamentação[30]:

1. Teórico-metodológicos da vida social;
2. Da formação sócio-histórica da sociedade brasileira;
3. Do trabalho profissional.

> É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação, o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 63).

Os três núcleos reúnem os conteúdos que fundamentam o trabalho do assistente social, constituindo-se assim eixos articuladores da formação profissional almejada. Estes eixos desdobram-se em áreas do conhecimento, que são traduzidas pedagogicamente pelo conjunto de componentes curriculares, irrompendo numa lógica curricular inovadora. Esta apresenta como

[30] No limite deste capítulo não nos cabe a análise detalhada de cada núcleo. Para maiores estudos, consultar: Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social – ABESS/CEDEPSS. **Cadernos ABESS**, n. 7, p. 64-71; Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 50, p. 143-171.

principal proposta a superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, numa articulação de saberes que permeia todo o processo de formação profissional, envolvendo ensino, pesquisa e extensão, possibilitando maior convivência acadêmica entre os diferentes sujeitos: professores, discentes e comunidade.

> Esta nova estrutura curricular deve refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 64).

E, é justamente dentro desta lógica curricular, alicerçada num pensamento crítico, que busca propostas inovadoras de ação profissional, que o estágio supervisionado é entendido e considerado como uma das atividades integradoras do currículo.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Concebido como um dos componentes dos currículos dos cursos de graduação, dentre eles o Serviço Social, o estágio supervisionado caracteriza-se como atividade curricular, configurada no processo de formação profissional. O estudo e a análise do seu significado pedagógico incidem, consequentemente, na sua compreensão enquanto processo de capacitação discente para o exercício profissional.

Como atividade que agrega formação e exercício profissional, o estágio supervisionando no curso de Serviço Social

necessita contemplar todas as dimensões do fazer profissional: teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa.

Os estudos realizados apontaram alguns elementos significativos do estágio supervisionado. Dentre eles podemos destacar que o estágio curricular no curso de Serviço Social possui específico papel no processo de formação profissional, pois representa essencialmente à/ao estudante a possibilidade de aproximação à realidade cotidiana dos indivíduos sociais, associada à apropriação de conhecimentos teórico-metodológicos, que orientam o trabalho do assistente social.

Por oportunizar aproximações sucessivas à realidade social, o estágio supervisionado em Serviço Social possui significado expressivo no processo de formação profissional da/o estudante, contribuindo para a necessária compreensão da complexidade das relações sociais.

Outro elemento do estágio supervisionado, que é oportunizado à/ao discente, é o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teóricos e o trabalho profissional. Isto se dá pela capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício profissional, bem como o reconhecimento da articulação do exercício profissional do Serviço Social e o contexto político-econômico-cultural das relações sociais.

Também foi identificado como um elemento determinante no estudo do significado do estágio supervisionado em Serviço Social a construção da identidade profissional da/o estudante, considerando que exerce um papel fundamental no processo de formação profissional da/o estagiária/o, pois ao proporcionar o contato direto com o exercício da profissão, permite aproximações à especificidade da ação do Serviço Social, nos diferentes espaços

socioinstitucionais. A identificação com o mundo profissional possibilita à/ao estudante a compreensão e análise dos papéis e atitudes das/os assistentes sociais supervisoras/es acadêmicas/os e de campo que a/o circundam, e, por conseguinte, permite conhecer com maior aprofundamento o Serviço Social, enquanto profissão inserida na dinâmica social.

Devido a tal característica, o estágio supervisionado é considerado o *lócus* de construção da identidade profissional da/o discente, requerendo o desenvolvimento de ação reflexiva e crítica, fundamentada nos conhecimentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Deve ser uma atividade planejada e sistematizada, em conjunto pela unidade de ensino e respectivo campo de estágio, englobando os aspectos que são pertinentes e necessários para esta etapa de formação profissional da/o estudante.

Com a implantação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, o estágio supervisionado em Serviço Social passa a ter maior visibilidade tanto nos estudos e pesquisas da área, bem como nas discussões promovidas pela categoria em diferentes espaços, tais como: seminários de estágio, fóruns de supervisores, encontros regionais e nacionais de pesquisa com eixo temático específico. O conjunto dessas ações significou além da inserção do estágio na agenda de debates da profissão, um consequente repensar a referida atividade curricular e a necessária revisão das ações nas instituições campos de estágio e das estruturas das políticas de estágio dos cursos graduação em Serviço Social.

Apesar da proposta de qualificar o estágio supervisionado em Serviço Social preconizada nas Diretrizes Curriculares, no decorrer da primeira década de sua aprovação foi identificada uma série de dificuldades para a efetivação do estágio em conformidade com a referida proposta. Na avaliação realizada pela ABEPSS das

Diretrizes Curriculares, em âmbito nacional no ano de 2006[31], diferentes problemas foram identificados em relação ao estágio supervisionado, dentre os quais destacamos:

> 1. Os dilemas que se estabelecem entre a supervisão acadêmica e a supervisão de campo, devido à falta de compreensão dos diferentes papéis e do caráter complementar das duas formas de supervisão;
>
> 2. A necessidade de articulação do conteúdo das diferentes disciplinas e dos demais componentes curriculares;
>
> 3. As precárias condições em que são realizadas muitas experiências de estágio supervisionado, sobretudo em decorrência da utilização como mão-de-obra barata, numa perspectiva utilitarista, comprometendo assim o objetivo da aprendizagem profissional;
>
> 4. Políticas de estágio deficitárias agravadas pelas condições de trabalho das/os docentes, com carga horária insuficiente para se dedicar às diferentes ações inerentes ao exercício da supervisão acadêmica;
>
> 5. A condição da/o estudante trabalhadora/or e a escassez de oferta de campos de estágio que atendam a sua disponibilidade de tempo destinado para a realização da referida atividade curricular;
>
> 6. Dificuldades de sistematização da supervisão acadêmica realizada pelas/os assistentes sociais docentes, entendida e executada de diferentes formas em cada unidade de ensino.

[31] Após dez anos da aprovação das Diretrizes Curriculares, a ABEPSS realizou uma pesquisa avaliativa em âmbito nacional sobre a "Implementação das Diretrizes Curriculares ao Serviço Social no Brasil", cujos resultados foram divulgados em eventos regionais e nacionais, bem como no relatório final da pesquisa, que foram socializados na Revista Temporalis nº 14 "Diretrizes curriculares do curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação".

Tais dificuldades e outras que com certeza se fazem presentes, mas que no limite deste capítulo não estão aqui explicitadas, impulsionaram a ABEPSS na elaboração da Política Nacional de Estágio – PNE, construída coletivamente no ano de 2009, mediante a realização de Oficinas Regionais. Os relatórios dessas oficinas se configuraram como referência na elaboração do documento final, sob a responsabilidade de um GT específico, que após aprovação foi apresentado às unidades de ensino de Serviço Social do país em maio de 2010.

A construção dessa política nacional se constituiu numa reafirmação do compromisso e das atribuições da ABEPSS, voltada ao fortalecimento e qualificação da formação profissional em Serviço Social, configurando-se como uma estratégia de resistência e enfrentamento à precarização do ensino superior em todo o país.

A PNE está fundamentada na defesa do estágio supervisionado, qualificado como um dos elementos centrais da formação profissional de acordo com as Diretrizes Curriculares, e atenta aos aspectos legais e normativos do estágio de estudantes, tanto em âmbito geral como específico da profissão, explicitados na Lei Federal n. 11788/2008 e na Resolução do CFESS n. 533/2008, que regulamenta a supervisão direta no Serviço Social.

Os princípios norteadores preconizados pela PNE para a realização do estágio supervisionado em Serviço Social são: consonância com os princípios ético-políticos do Código de Ética de 1993; indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade teoria-prática; interdisciplinaridade; articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Uma das perspectivas no estudo do estágio supervisionado é que esta política nacional, aprovada há dez anos, continue contribuindo para sua qualificação, como referência no fortalecimento de ações necessárias à superação das dificuldades vivenciadas cotidianamente nas unidades de ensino e nas instituições campos de estágio, pelos diferentes partícipes dessa atividade curricular: estagiárias/os e assistentes sociais, supervisoras/es acadêmicas/os e de campo.

Esse referido fortalecimento se faz ainda mais necessário sobretudo no atual contexto marcado pela pandemia da COVID-19 e o consequente agravamento das condições de ensino, em todos os níveis da educação no país, e que no ensino superior passa a ser majoritariamente ministrado na modalidade remota, compreendida como uma medida emergencial necessária às medidas sanitárias, mas que traz no seu bojo prejuízos inegáveis.

Em relação ao estágio supervisionado, mesmo em face ao conjunto de dificuldades vivenciadas pelas/os profissionais, assistentes sociais supervisoras/es acadêmicas/os e de campo, em seus cotidianos de trabalho, os princípios para a realização dessa atividade curricular, conforme estabelecidos nas Diretrizes Curriculares e nas legislações e normativas devem ser mantidos.

Recuperando a concepção do estágio supervisionado sistematizada na proposta básica das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, este é compreendido como:

> [...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do estudante no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo [...] (ABESS/ CEDEPSS, 1997, p. 71).

A partir dessa concepção, reafirma-se que supervisão direta deverá ser realizada de forma articulada pela/o supervisora/or acadêmica/o e de campo. A supervisão de estágio, enquanto atividade privativa do assistente social e pelo seu significado no processo de formação profissional em Serviço Social, foi regulamentada pela Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008:

> [...] considerando que a norma regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, deve estar em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem o disposto na Resolução CNE/ CES 15/2002 e na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008;
>
> [...] considerando a importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do assistente social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional.

Isso posto, uma das prerrogativas para a realização do estágio é a supervisão acadêmica e de campo, que deverá ser garantida pelas unidades de formação acadêmica e pelas instituições campos de estágio. As normativas e legislações sobre o estágio supervisionado em Serviço Social preconizam a garantia de condições para uma formação profissional de qualidade e coerente com o projeto ético-político profissional. Tanto a legislação específica do Serviço Social como a federal, objetivam que a/o estagiária/o tenha capacitação efetiva para o exercício profissional,

mediante aproximações sucessivas à realidade social, devidamente supervisionada/o, oportunizando uma reflexão crítica acerca dos seus conhecimentos e a relação com a atividade desenvolvida no estágio.

A ABEPSS atenta aos inúmeros desafios desencadeados pelo início da pandemia de COVID-19 no Brasil, em 03 de abril de 2020, elaborou uma nota referente ao estágio supervisionado em que registra as problematizações oriundas desse contexto pandêmico, reafirmando a importância da referida atividade curricular e apresentando indicativos para se resguardarem seus princípios, legislações e normativas:

> Reiteramos assim, a necessidade da Supervisão Direta envolvendo os três sujeitos do processo de Supervisão: Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiária/o e Supervisor/a de Campo e reafirmamos o Estágio Supervisionado, como um componente definido nas Diretrizes Curriculares e vinculado às medidas tomadas nas Universidades e respectivas Instituições que ofertam campo de estágio. [...] (ABEPSS, 2020, p. 3-4).

O estágio supervisionado deve garantir a sua legitimidade como espaço de formação profissional, possibilitando a/ao estagiária/o aproximações à realidade social da população usuária; estar alicerçado nas bases legais e nas normativas preconizadas pelas entidades representativas do Serviço Social, agregando formação e exercício da profissão, contemplando as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e investigativa; ser assumido e desenvolvido pela tríade dos partícipes que compõem a sua realização – estagiária/o e supervisora/or acadêmica/o e de campo – numa lógica curricular que compreenda

as particularidades dessa atividade enquanto momento formativo, inserida no projetos pedagógicos dos cursos e assumida pelas unidades de ensino e instituições campos de estágio.

PARA FINALIZAR, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo de formação profissional em Serviço Social e, particularmente, o estágio supervisionado, devem garantir a 187 apreensão do significado sócio-histórico do Serviço Social, das condições de trabalho dos assistentes sociais, do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais. Neste aspecto, exige conhecimentos alicerçados numa fundamentação teórico-metodológica, ético-política e técnicooperativa em consonância com o projeto profissional que traz a direção social da profissão.

Um dos objetivos deste capítulo foi apresentar o estágio supervisionado em Serviço Social a partir da implantação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e da Política Nacional de Estágio, problematizando o seu atual contexto na formação profissional do assistente social, em especial frente aos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19. A pesquisa se fundamentou na compreensão do estágio supervisionado em Serviço Social como umas das primeiras aproximações do estudante ao espaço institucional e ao exercício profissional do assistente social.

Conforme explicitado no decurso deste capítulo, o estágio supervisionado em Serviço Social caracteriza-se como uma atividade curricular, configurado nos projetos pedagógicos dos cursos e considerado um dos momentos privilegiados de aproximação do estagiária/o à realidade social, numa relação de aprendizagem, de qualificação discente para o exercício profissional.

Como primeira aproximação do estudante ao espaço institucional e ao trabalho profissional, o estágio em Serviço Social adquire peso específico no processo de aprendizagem, não podendo restringir-se a um momento episódico na formação profissional. Apesar de ser parte integrante do processo de capacitação dos estudantes de Serviço Social, identifica-se no estudo realizado a existência de muitas dificuldades na sua operacionalização, ainda mais agravadas nesse cenário pandêmico.

O estágio supervisionado é tido como o *lócus* onde a/o estagiária/o poderá, através de mediações, desenvolver as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na sua ação profissional cotidiana, sendo, portanto, considerado como um elemento síntese da relação teoria e prática. Outro aspecto identificado refere-se ao cotidiano do estágio supervisionado, entendido como espaço vivencial, onde a/o estagiária/o desenvolve seus conhecimentos e ações profissionais, podendo tomar consciência das múltiplas relações inerentes ao exercício da profissão.

Mas, considerando o agravamento da precarização das condições de trabalho das/os profissionais, em especial devido à pandemia, a experiência de estágio pode ser deficitária e até incoerente ao que é preconizado. Os sujeitos envolvidos no processo de supervisão – estudantes, supervisoras/es acadêmicas/os e de campo – necessitam ter compreensão de seus diferentes papéis, do significado e fundamentos do estágio e buscar num esforço coletivo a superação das dificuldades e limites que o exercício dessa atividade curricular apresenta no interior das unidades de formação acadêmica e dos campos de estágio.

O estágio supervisionado, atividade curricular compreendida na centralidade do processo de formação profissional, apresenta avanços no sentido de oportunizar melhores condições para sua realização, de acordo com as diretrizes

curriculares vigentes. Mas, também é evidente a necessidade de se reafirmar os princípios e conhecimentos já produzidos que fundamentam essa atividade, no fortalecimento e estruturação de uma política de estágio supervisionado que possa superar dificuldades apresentadas no cotidiano institucional – tanto da academia, como dos campos de estágio – associada à discussão transversal das questões pertinentes ao processo de formação profissional, que perpasse os diferentes conteúdos programáticos, priorizando as dimensões investigativa e interventiva do trabalho profissional, como princípios formativos. Efetivamente, o estágio supervisionado em Serviço Social é fundamental no processo de formação profissional; porém, estudá-lo, compreendê-lo e valorizá-lo é um desafio constante para que de fato seja o *lócus* de construção da identidade profissional da/o estudante.

Essa pandemia trouxe (e continuará trazendo) inúmeros desafios para a categoria profissional, para a efetivação do trabalho e da formação profissional acadêmica e permanente. Somos chamadas/os a intervir num cenário de dor, de sofrimento, de morte, num contexto político marcado pelo negacionismo científico, pelo acirramento do neoconservadorismo, por medidas paliativas que agravam a desigualdade social presente na dinâmica de organização da sociedade. Mas, as/os assistentes sociais, enquanto sujeitos coletivos pertencentes a uma categoria profissional, conhecem o sofrimento, a dor e por isso não temem a crise, não fogem à luta!

Encerro homenageando todas/os que se comprometem nos seus cotidianos profissionais com uma sociedade mais justa, mais igualitária e mais humanizada, em especial em memória daquelas/es que nessa empreitada pandêmica perderam suas vidas! Me aproprio da coragem e da lucidez de Maria Marieta Koike, assistente social, pesquisadora e estudiosa da formação profissional que nos diz: Mas se o real cria e repõe permanentemente desafios e formas de luta, assegura também, renovadas possibilidades. Aí reside a “astúcia da

história"! (2009, p. 215). Que possamos continuar construindo essa história, reafirmando nosso compromisso ético-político como categoria profissional, alicerçado numa leitura crítica e propositiva da realidade, que compreende os desafios como propulsores para novas conquistas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. "Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação". **Temporalis**, n. 14, julho/dezembro, 2007.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (COVID-19)**. Brasília: ABEPSS, 2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio – PNE da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2009.

ABESS/CEDEPSS. "Diretrizes gerais para o curso de serviço social. Formação profissional: trajetórias e desafios". **Cadernos ABESS**, n. 7, 1997.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.662, de 07 de junho de 1993**. Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29/04/2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**.

Brasília: Planalto, 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29/04/2021.

BURIOLLA, M. A. F. **Estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.

BURIOLLA, M. A. F. **Supervisão em serviço social; o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS**, n. 533, de 29 de setembro de 2008. Brasília: CFESS, 2008.

CHAUÍ, M. "Reforma do ensino superior e autonomia universitária". **Serviço Social & Sociedade**, n. 61, 1999.

GUERRA, Y. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Y. "Ensino da prática profissional no serviço social: subsídios para uma reflexão". **Temporalis**, vol. 2, 2000.

IAMAMOTO, M. V. "A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro". **Serviço Social e Sociedade**, n. 120, outubro/dezembro, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

KOIKE, M. M. **Formação profissional em serviço social; exigências atuais**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

LIMA, K. **Contrarreforma na educação superior**: de FHC a Lula.

São Paulo: Xamã, 2007.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. "Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica". **Katálysis**, vol. 10, n. especial, 2007.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOTA, A. E. "Trabalho e Serviço Social: considerações sobre o conteúdo dos componentes curriculares". **Temporalis**, vol. 14, 2009.

OLIVEIRA, C. A. H. S. "Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão". **Temporalis**, n. 17, 2009.

OLIVEIRA, C. A. H. S. "O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados". **Serviço Social e Sociedade**, n. 80, 2004.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V.; FERREIRA, A. T.S. "Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional em Serviço Social". *In*: **Educação e Serviço Social**: subsídios para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

SANTOS, C. M.; ABREU, M. H. E. "Desafios do estágio supervisionado na atualidade". *In*: **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

WANDERLEY, M. B. "Formação Profissional no contexto da reforma do sistema educacional". **Cadernos ABESS**, n. 8. 1998.

YAZBEK, M. C. “Avaliação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social no contexto da reforma da política de ensino superior no Brasil”. **Temporalis**, n.1, janeiro/junho, 2000.

YAZBEK, M. C. **O serviço social e o movimento histórico da sociedade brasileira**. Legislação Brasileira para o serviço social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 2004.

CAPÍTULO 7

No olho do furacão: o estágio supervisionado em Serviço Social em tempos da Covid-19

NO OLHO DO FURACÃO: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DA COVID-19

Vivianne Batista Riker de Sousa

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

O ano de 2020 trouxe ao Brasil e ao mundo uma realidade extremamente nova e assustadora: a pandemia gerada pelo novo coronavírus, citada neste artigo metaforicamente como um furacão, dado seu poder desorganizador, violento, capaz de gerar grande perturbação. Diante de um vírus letal, a sensação de segurança já não era possível em nenhuma parte do globo terrestre, haja vista a inexistência de um medicamento ou uma vacina até novembro de 2020. Essa realidade começou a ter novos horizontes a partir de 31 de dezembro de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) listou a vacina de mRNA contra a COVID-19 Comirnaty para uso emergencial, tornando esse imunizante da Pfizer/BioNTech o primeiro a receber a validação de emergência da OMS desde o início do surto, para combater a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus.

Mesmo com os avanços no desenvolvimento da vacina, muitos países considerados de capitalismo desenvolvido viram sua onipotência ameaçada. Pior ainda, diante da morte de milhares de vidas, em vários cantos do mundo se ouviu ressoar o discurso da primazia da economia e a preocupação incondicional com seu funcionamento.

No Brasil, em plena crise sanitária e também política desencadeada pela pandemia, assistiu-se com estarrecimento à falta de adoção de uma política pública de saúde séria para contenção e enfrentamento à doença, o que encontrou abrigo no discurso

negacionista do presidente da república e seus asseclas, que repetiram, como que em um mantra, a afirmação de que a pandemia era jogada de marketing, terrorismo da imprensa exagero da Organização Mundial da Saúde (OMS) e que não passava de uma "gripezinha".

A todo o momento, a proeminência da economia em detrimento da vida humana era evidente, já que o representante máximo da nação nunca omitiu sua preocupação em não "quebrar a economia", o que poderia ocorrer se as pessoas acatassem a orientação da OMS para reduzir a circulação de pessoas e "ficar em casa".

Mesmo com os avanços no surgimento de uma vacina produzida no Brasil (Coronavac) pelo Instituto Butantan em janeiro de 2021, fruto da parceria com a indústria farmacêutica Sinovac, o Presidente da República e o Ministério da Saúde não adotaram uma postura de apoio à pesquisa científica e de confiança na efetividade da vacina. Ao contrário, o dirigente máximo do país permaneceu contra a ciência e as pesquisas que vêm sendo realizadas, incentivando a população a não se vacinar com o imunizante contra a COVID-19. É bem verdade que, a partir da aprovação emergencial da Coronavac e da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford/AstraZeneca pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em 17 de janeiro de 2021, o governo brasileiro tem buscado colher os louros dessa conquista, considerando que a opinião pública e as diferentes classes sociais têm exigido a vacinação em massa da população brasileira.

A profissão de Serviço Social não esteve nem está alheia a este processo, visto que, no campo do trabalho profissional, sobretudo em alguns espaços sócio-ocupacionais, os assistentes sociais estiveram e ainda estão na linha de frente nas medidas de enfrentamento à pandemia, como nas políticas de saúde e assistência social, por exemplo. Em outros campos, viu-se a necessidade do

desenvolvimento do trabalho remoto e da adoção de atendimentos e reuniões por meio de plataformas *on-line* para conferências.

No âmbito da formação profissional, em nível de graduação e pós-graduação, que também é um espaço de trabalho dos assistentes sociais, o trabalho remoto (reuniões, orientações, desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, bancas de qualificação e defesa de mestrado e doutorado etc.) se impôs, trazendo com ele alguns dilemas, como é o caso da condução do estágio supervisionado em Serviço Social que, de acordo com todas as legislações e regulamentações existentes, deve ser presencial e sob supervisão direta de um profissional regularmente inscrito no conselho profissional.

Este artigo se propõe a debater o estágio supervisionado em Serviço Social em meio ao furacão da pandemia da COVID-19 e os dilemas para sua materialização em tempos de ensino remoto, além de refletir acerca de uma possível retomada das aulas presenciais em meio ao segundo pico de COVID-19 no Brasil, medida planejada pelo Ministério da Educação (MEC). Para sustentar as reflexões, recorremos ao uso da pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2008, p. 50), "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos", o que nos possibilita o contato com um leque de produções existentes acerca do assunto.

É uma reflexão que emana da experiência com a temática de estágio supervisionado em nível de iniciação científica, da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM) e dos estudos sobre formação profissional desenvolvidos no grupo de Pesquisa Estudos de Sustentabilidade, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Acredita-se que esta produção contribui no debate sobre a condução do estágio em Serviço Social neste contexto tão atípico, marcado pelos desafios quanto à adoção de medidas de proteção à vida diante de uma pandemia, mas, ao mesmo tempo, repleto de armadilhas do capital para o campo da formação profissional, no sentido de uma tentativa de tornar o ensino a distância mais palatável. Deve-se ter em mente que as ações emergenciais, como o ensino remoto, não deixaram de revelar o sofrimento psíquico dos envolvidos, a falta de estrutura para as aulas *on-line,* a necessidade de resguardar a biossegurança, dentre outras evidências.

A predileção emergencial pelo ensino remoto não implica em legitimação do ensino a distância e do ensino remoto como os melhores mecanismos pedagógicos para a graduação e a pós-graduação no país, visto que essas modalidades de ensino têm muitos limites e fragilizam a formação, mas, contraditoriamente, sabe-se que, em um momento de altos índices de infecção, internação e óbitos pela doença, altas taxas de virulência e sem a vacinação em massa da população, a retomada das aulas presenciais é arriscada e põe em perigo milhares de vidas brasileiras.

A PANDEMIA DE COVID-19: UMA BREVE APROXIMAÇÃO

Lole *et al*. (2020) destacam que é importante compreendermos acerca do vírus SARS-CoV-2, que ocasiona a doença conhecida como COVID-19, que tem se espalhado rapidamente em todos os continentes do mundo, uma proliferação veloz que torna a atividade das autoridades de saúde a cada dia mais difícil.

A caracterização da COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) enquanto pandemia ocorreu em 11 de março de 2020. Estamos vivendo um dos momentos mais críticos da história desde a gripe espanhola, que assombrou o mundo no início do século XX e vitimou dezenas de milhões de pessoas em todo o planeta. Nos noticiários, pudemos vislumbrar os elevados índices das pessoas infectadas que só crescem a cada dia e se aglomeram nas unidades de saúde à procura de socorro por estarem acometidas pelos sintomas da COVID-19; os casos de confirmação da infecção se proliferam em uma velocidade surpreendente e os corpos empilhados nos necrotérios por todo os continentes também, o que retrata a fragilidade e o colapso do sistema de saúde e dos sistemas funerários.

Mesmo num cenário tão aterrador, o capitalismo e sua ânsia de manter a roda da acumulação a girar se mantiveram implacáveis. Nessa direção, Gago e Cavallero (2020) chamam a atenção para o fato de o neoliberalismo se mostrar capaz de conviver com muita tranquilidade com a máquina da morte funcionando intensamente, como num grande espetáculo que vemos acontecer *on-line*, "com um contador necropolítico em tempo real" (GAGO; CAVALLERO, 2020).

Se, por um lado, parece que o vírus não escolhe classe, gênero, etnia ou geração, porque atingiu pessoas de segmentos sociais bem divergentes e a cura não estava disponível a nenhuma classe social até maio de 2021 no Brasil (quando escrevíamos este capítulo); por outro, explicitam-se as desigualdades sociais e econômicas, pois as classes não são atingidas da mesma forma. A umas, estão à disposição medicações, equipes de saúde, planos de saúde, leitos de unidade de terapia intensiva (UTI), respiradores, equipamentos de proteção individual (EPI), helicópteros com UTI, fisioterapias respiratórias, dentre outras alternativas terapêuticas; a outras, restam as filas nos hospitais, os corpos empilhados em

câmaras frigoríficas ou enterrados em valas coletivas etc. Assim, fica evidente estarmos sob a vigência de uma necropolítica, nos termos de Mbembe (2016), porque na sociedade capitalista há vidas consideradas mais valiosas do que outras.

Segundo Lole *et al*. (2020), o cenário político pandêmico nas sociedades e governos quanto às medidas de enfrentamento à COVID-19 não foi linear. Um exemplo é o Brasil, que tem como chefe de estado um Presidente da República que debocha da gravidade da pandemia, não segue as orientações sanitárias acerca das medidas preventivas e chama de alarmismo as notícias dos meios de comunicação e as manifestações públicas quanto à situação alarmante de mortes no país por COVID-19, uma doença classificada por ele como uma simples "gripezinha". Aliás, foi bem vexatório que, após meses de deboche e negligência, o próprio presidente tenha sido acometido pela COVID-19.

No Brasil, diferente dos países vizinhos da América Latina, demorou para ocorrer a aprovação de uma vacina. A despeito das posições negacionistas do Presidente da República, instituições brasileiras de pesquisa abraçaram o desafio de avançar no processo de investigação sobre a doença e de produção de uma vacina, como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Por seu turno, o chefe de Estado se encarregou de incitar a descrença na ciência, na pesquisa e nas vacinas, utilizando de falácias e expressões jocosas e depreciativas, como: "se tomar a vacina e virar um jacaré é problema seu", numa ofensiva ideológica de deslegitimação das universidades públicas e da produção de conhecimento científico, taxadas como "locais de balbúrdia". A aprovação das vacinas pela ANVISA reacende a esperança de um enfrentamento mais efetivo à pandemia e representa uma vitória do Sistema Único de Saúde (SUS), dos pesquisadores, da ciência e do povo brasileiro.

> Nesse diapasão, de menosprezo dos resultados e indicações de pesquisas acadêmicas, são desconsideradas, ou subdimensionadas, orientações mais triviais dos organismos científicos. Que se dane a ciência? Pois é. Mais uma vez, é ela –a ciência –e a estrutura das universidades e de demais centros de pesquisa públicos –laboratórios, recursos materiais e humanos, insumos, informações –que, dentro dos seus limites, vem conseguindo contribuir para mitigar os efeitos do vírus, servindo como importantes espaços de anteparo contra a propagação da pandemia. (SANTOS, 2020, p. 196).

Diante desse cenário, no dia 11 de janeiro de 2021, em visita ao estado do Amazonas – unidade federativa que se encontra em situação de calamidade pública de saúde mais grave do país – o Ministro da Saúde informou, diretamente de Manaus com coletiva transmitida com o govenador do estado, prefeitos e secretários dos municípios amazonenses, que "a vacina vai começar no dia D na hora H no Brasil", sem mencionar uma data urgente de início da vacinação, sendo que o estado do Amazonas já estava em situação de emergência com o aumento dos casos por COVID-19 e o colapso do sistema de saúde.

Logo após seu pronunciamento e com a pressão da sociedade quanto ao descaso do comunicado anterior, Eduardo Pazuello fez uma nova declaração em que voltou atrás na sua última decisão e informou que o Amazonas seria prioridade, sendo o primeiro estado brasileiro a receber a vacina.

Nos dias seguintes, com ápice no dia 14 de janeiro de 2020, Manaus vivenciou cenas de horror, quando as reservas de oxigênio se esgotaram em várias unidades de saúde e muitas pessoas morreram asfixiadas, apesar dos esforços dos profissionais de saúde que buscaram manter ventilação manual e dos familiares que,

desesperados, tentavam comprar cilindros de oxigênio em empresas privadas (BRASIL 247, 2021). A tragédia se espraiou por toda a cidade, como foi noticiado em vários veículos de comunicação, sendo notórias as aglomerações em filas para aquisição de oxigênio (para pacientes internados ou em tratamento em domicílio), as centenas de pacientes aguardando leitos para internação, a transferência de pacientes para outros estados, o aumento expressivo do número de sepultamentos etc. Dias depois, a mesma tragédia vem se repetindo em municípios do interior do estado do Amazonas, que viram suas reservas de oxigênio acabarem, o número de pacientes se avolumar e sequer possuírem leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), já que todas as UTI estão na capital do estado.

Quais as cenas dos próximos capítulos da tragédia da pandemia e da saga da vacina no Brasil? Não sabemos, mas temos a certeza de que, se as autoridades não tomarem um posicionamento de urgência, esse furacão deixará sequelas mais profundas e duradouras. Os estados brasileiros sofrem de forma violenta os desdobramentos do descaso e da desídia com a saúde pública por parte do Ministério da Saúde e do Presidente da República. O resultado é que a pandemia segue sem controle e os estados e municípios enfrentam o segundo pico de contaminação da COVID-19; o Brasil registra a triste marca até o dia 05 de maio de 2021 de mais de 414 mil mortes, de acordo com a World Health Organization (2021).

É importante destacar o surgimento de novas variantes do vírus que ocasiona a COVID-19. Segundo CNN Brasil (2020), pesquisadores da Dasa identificaram em 31 de dezembro de 2020 uma nova variante do SARS-CoV-2 em São Paulo, a cepa B117, que já havia sido detectada no Reino Unido e em outros 18 países, como Portugal, Dinamarca, Austrália, Índia, Coreia do Sul e Canadá. A descoberta foi informada ao Instituto Adolfo Lutz e à

vigilância sanitária. A confirmação da nova cepa em circulação no Brasil foi realizada pela empresa de medicina diagnóstica Dasa e pelo Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IMT-FMUSP).

De acordo com Carta Capital (2020), uma nova cepa de COVID-19 originária da África do Sul causa tanta preocupação quanto a variante britânica que isolou o Reino Unido; é uma variante considerada "altamente preocupante" por ser "mais contagiosa". Tal variante já havia sido identificada em análises feitas em uma universidade da África do Sul. A mutação chamada Sars-Covid-501v2 aos poucos foi ampliando sua presença entre os casos infectados.

Desde a descoberta do novo coronavírus, uma grande quantidade de cepas foi encontrada, devido a sua importante capacidade de mutação. As mutações são parte do processo evolutivo dos vírus. No entanto, a rapidez com a qual a mutação "501.v2" se expandiu dentro das amostras analisadas causou preocupação e levanta a hipótese de que esta variante seja mais contagiosa do que outras.

No dia 10 de janeiro de 2021, pesquisadores do Instituto de Doenças Infecciosas do Japão encontraram uma nova variante do SARS-CoV-2 em pacientes que retornavam do Amazonas, Brasil. De posse dessa informação, o Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia) e Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas (FVS-AM) procuraram averiguar os dados fornecidos e, após a análise, foi possível identificar que se tratava da nova variante denominada P.1.

Diante disso, foi elaborada a Nota Técnica Conjunta Nº 09/FIOCRUZ/ILMD e FVS-AM, do dia 28 de janeiro de 2021, a qual explica a caracterização genética do SARS-CoV-2 circulante no Estado do Amazonas. Por meio do Laboratório Central de Saúde

Pública do Amazonas (Lacen-AM), apontou-se que, no mês de janeiro, a nova variante de SARS-CoV-2, nomeada como P.1, foi identificada em 91% dos genomas sequenciados no Amazonas, o que a torna hoje a mais prevalente no Estado *(*ASCOM-ILMD/FIOCRUZ AMAZÔNIA, 2021).

De acordo com os pesquisadores, no Amazonas, foram sequenciados 250 genomas, sendo 177 provenientes de Manaus e os outros 73 de 24 municípios do interior (Anori, Autazes, Barreirinha, Caapiranga, Carauari, Careiro, Iranduba, Itacoatiara, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manicoré, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tapauá e Urucará) (*ASCOM*-ILMD/FIOCRUZ AMAZÔNIA, 2021).

Dessa forma, foram identificadas 18 linhagens do SARS-CoV-2 no Amazonas, com destaque à presença da B.1.1.28 (33,6%), B.1.195 (18,8%), B.1.1.33 (11,6%). Desde dezembro de 2020, a emergência da linhagem P.1 (nova variante brasileira) saltou de 51% das amostras sequenciadas em dezembro para 91% das amostras sequenciadas até a primeira quinzena de janeiro de 2021. De acordo com a nota técnica, ocorreu a detecção de dois eventos de substituição das principais linhagens circulantes no Amazonas: da B.1.195 para B.1.1.28 e depois para a P.1 (*ASCOM*-ILMD/FIOCRUZ AMAZÔNIA, 2021).

Segundo Naveca *et al*. (2021), o primeiro caso confirmado de reinfecção com a linhagem P.1 foi em uma mulher de 29 anos, previamente infectada com o vírus da linhagem B.1, residente no estado do Amazonas, estado brasileiro, que foi severamente atingido pela COVID-19 na primeira onda epidêmica entre março e julho de 2020, enfrentando um aumento veloz de mortes desde novembro de 2020.

É notório que a nova variante foi um dos vários fatores que proporcionou a eclosão dos casos no Amazonas, visto que a maioria da população amazonense contaminada apresentou ter a nova variante, cerca de 91%. Entretanto, há outros fatores que corroboram para esta disseminação descontrolada no estado do Amazonas.

O aspecto regional não pode ser desconsiderado, pois, o período de crescimento do número de casos deu-se no chamado "inverno amazônico", no qual as intensas chuvas na região favorecem a elevação de infecções por vírus respiratórios. Além disso, o aspecto político influencia na pandemia, sendo registrada no mês de janeiro de 2021 a vacinação indevida em Manaus, onde pessoas não autorizadas foram privilegiadas e burlaram a fila de imunização, sem seguir os critérios de prioridade. Vale ressaltar a inércia dos governantes, as falácias e o negacionismo do Presidente da República, que deliberadamente desconsidera as medidas de segurança e incentiva a população a fazer o mesmo, medidas essas tão necessárias no caos pandêmico que vivenciamos.

Ademais, no aspecto social, nota-se a baixa adesão da população às recomendações de uso de máscaras, manutenção do distanciamento social e a lavagem frequente das mãos, influenciados por *fake news* difundidas na sociedade brasileira. Inclusive, as aglomerações ocasionadas pelas eleições municipais e pelas festividades natalinas e de ano novo cooperaram para que o Amazonas chegasse ao quadro atual.

Outro ponto relevante é o aspecto econômico, pois a pandemia impactou severamente a economia, atingindo as classes sociais de maneiras diferentes. Trabalhadores autônomos, desempregados e a população em condição de pobreza tiveram sua sobrevivência comprometida com o fim do auxílio emergencial pago pelo Governo Federal (benefício de R$ 600,00) por meio da Caixa Econômica Federal. Com o Decreto nº. 43234 de 23 de

dezembro de 2020 que suspendia as atividades do comércio no Amazonas, no período de 26 de dezembro 2020 a 10 de janeiro de 2021, alguns empresários e comerciantes ambulantes fizeram protestos pela volta das atividades econômicas no estado. Diante dessa pressão, o governador do estado, Wilson Lima, voltou atrás. O isolamento compulsório, dias depois, foi decorrente de ação do Ministério Público.

A junção de todos esses fatores, com o surgimento da nova variante brasileira, foi o determinante para alimentar esse grande furacão devastador e aparentemente sem limites, que é a COVID-19, o que gerou o caos do sistema de saúde do Amazonas. Diante deste cenário, vislumbramos a importância do profissional de Serviço Social na linha de frente, na reflexão da leitura da realidade, na intervenção propositiva e no fortalecimento dos movimentos sociais, de modo a contribuir para a consolidação dos direitos sociais.

Merece destaque a urgência de estudos acerca das variantes que são importantes para entendermos as reinfecções por COVID-19. Os estudos realizados no campo da virologia pela Fiocruz Amazônia e outros institutos de pesquisa, com apoio da Fiocruz, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), contribuíram e continuam contribuindo para um aprofundamento maior das informações referentes à nova variante P.1 descoberta no Amazonas.

Sem dúvidas, a pandemia fez cair por terra a coroa do capital-rei, o qual se tornou exposto a todas as nações do planeta Terra. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), até o dia 29 de janeiro de 2021, o mundo totalizou 2.182.867 (Dois milhões, cento e oitenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete) mortes. Mesmo as grandes potências mundiais foram duramente atingidas como, por exemplo, os Estados Unidos

da América, que lideram até janeiro de 2021 o *ranking* de mortes por COVID-19, seguido pelo Brasil.

Diante do cenário que assola a política de educação no Brasil e no mundo, bem como em outros ramos de atividade, o trabalho remoto foi adotado como estratégia possível para a continuidade das atividades profissionais. No caso da formação profissional em Serviço Social no Brasil, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, o grande desafio foi e é manter a direção do processo formativo no caminho traçado coletivamente pela categoria profissional, ou seja, nos rumos do projeto ético-político.

Assim, emerge uma gama de questionamentos, para a qual já adiantamos não termos as respostas: como conduzir uma formação profissional em meio a uma pandemia? É possível uma formação de qualidade de forma remota? Como acompanhar/supervisionar estudantes em desenvolvimento de seus projetos de pesquisa e em estágio curricular obrigatório?

Tais questões nos impulsionam a refletir e debater o estágio supervisionado em meio a esse furacão da COVID-19, porque temos o desafio de não permitir que a formação profissional seja devastada e não podemos esquecer que os caminhos trilhados nesse contexto trarão impactos também na formação pós-pandemia e poderão conduzir a uma direção divergente daquela almejada no projeto profissional consolidado nos anos 1990.

O ESTÁGIO EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO: QUAL DIREÇÃO SEGUIR?

A necessidade de distanciamento social, de proteção à vida dos sujeitos envolvidos no processo formativo (discentes, docentes, técnicos em educação, prestadores de serviços etc.), a inexistência

de um fármaco para curar pessoas acometidas por COVID-19, a falta de implementação de uma vacina no Brasil, e os altos investimentos necessários para estruturar todas as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, para a retomada da vida universitária, acabaram cooperando para que o ensino remoto adentrasse a vida e a dinâmica das instituições de ensino superior no Brasil, como aconteceu em outros ramos de atividade por todos os continentes.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (2020a) expressou sua preocupação quanto ao deslocamento das atividades de ensino presencial para o ensino remoto, o que precariza a formação e ainda põe em risco docentes e discentes frente aos inúmeros veículos digitais que necessitam de informações pessoais para acesso, sem a garantia de que tais dados serão resguardados. ANDES (2020, p. 13) chama a atenção para o que significa o ensino remoto: "são atividades síncronas e assíncronas que meramente permitem, sem nenhum apoio pedagógico ou qualquer estrutura adequada, a transposição de aulas presenciais para virtuais". Ou seja, é uma estratégia que, apesar de a distância, se estrutura a partir da lógica presencial, inclusive o próprio calendário, sem para tanto haver formação prévia aos docentes nem disponibilização dos recursos materiais necessários para a condução de aulas.

A mudança é radical na dinâmica da vida de docentes e discentes que estão em quarentena em suas moradias, tentando conciliar as atividades do trabalho na graduação e na pós-graduação com sobrecargas de atividades da casa, muitos sem um espaço/estrutura adequada para o estudo/trabalho, bem como as dificuldades de acesso à internet dos discentes, sem falar nos muitos docentes que ainda estão tentando se adequar ao uso das ferramentas necessárias para viabilizar suas aulas de forma remota, além dos

agravos à saúde mental, social e física de todos os participantes desse processo formativo que estão em isolamento na pandemia.

Com a implementação de forma rápida e sem muita reflexão do ensino remoto, ANDES (2020) alerta que se acaba por fortalecer a lógica do ensino a distância (EaD) e, com isso, instituições de ensino que sempre trabalharam na modalidade presencial se viram compelidas a desenvolver atividades no ensino remoto, para o qual não estavam preparadas, tampouco possuíam legislação que as amparasse para tal. Para o autor, "'ensino remoto' é um eufemismo utilizado para ocultar a generalização da imposição de formas ainda mais precarizadas e problemáticas de EaD" (p. 16). O que se vislumbra também é a falta de preocupação com a qualidade da formação dos futuros, juntamente com a inclusão social e a igualdade de acesso aos meios digitais.

Com a aprovação da Portaria do MEC nº 343, de 17 de março de 2020, houve a regulamentação da substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia de COVID-19, ocasionada pelo novo coronavírus. A condução da formação de maneira remota deu indícios e abriu brechas à implementação do ensino remoto em todos os âmbitos da vida universitária, inclusive ao estágio supervisionado em Serviço Social, o que vem gerando inquietações, já que tal situação contraria a concepção de estágio supervisionado preconizada nas Diretrizes Curriculares, elaboradas pela ABEPSS (1996):

> (...) atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio, elaborados em conjunto pelas

> unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (ABEPSS, 1996, p. 15-16).

Tal concepção é fortalecida na Política Nacional de Estágio (PNE) – construída a muitas mãos em todo o país e regulamentada pela ABEPSS (2010) – a qual tem como objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social, priorizando a defesa de um projeto de formação profissional de qualidade na direção social crítica e emancipatória, articulado com as entidades representativas do Serviço Social que defendem o estágio.

Ante o contexto pandêmico, a ABEPSS (2020b), que é uma das entidades representativas mais importantes do Serviço Social brasileiro, manifestou-se pela suspensão das atividades do estágio supervisionado em Serviço Social, enfatizando que o estágio não é emprego, e sim formação! Entretanto, defendeu a manutenção dos "termos de convênio" com as instituições campo de estágio e das bolsas de estágio como medida de proteção aos discentes e, por conseguinte, de combate a COVID-19. Tal posicionamento da entidade quanto ao estágio supervisionado foi tanto para o estágio curricular obrigatório quanto o não-obrigatório.

É importante relembrar que a PNE reconhece o estágio como atividade formativa que requer supervisão direta e a Resolução CFESS nº 533/2008 estabelece que a supervisão direta é uma das atribuições privativas da/o assistente social, ou seja, somente o assistente social pode acompanhar/orientar os discentes/estagiários em Serviço Social.

A situação excepcional e inesperada da pandemia ocasionou uma mudança radical na vida das pessoas que compõem e são protagonistas da formação em Serviço Social (discentes, docentes, supervisores de campo, técnicos administrativos etc.) e na condução do próprio processo formativo, pois foi imposto um confinamento

obrigatório inicialmente, a paralisação das atividades presenciais e a busca por alternativas que permitissem a retomada de algumas atividades, sem comprometer a biossegurança no ano de 2020. Em algumas instituições privadas, a retomada das aulas por meio remoto ocorreu nas semanas seguintes à confirmação da pandemia; nas instituições públicas, a instauração de ensino remoto emergencial (ERE) foi acontecendo em momentos bem diferentes em todo o país.

O levantamento procedido por ANDES (2020) indica que, no próprio mês de março, logo após ser confirmada pela OMS a pandemia de COVID-19, mais de dez instituições de ensino superior públicas aderiram prontamente ao ensino remoto. Em consulta aos sítios eletrônicos de algumas instituições de ensino de várias regiões do país, identificamos o início da oferta de aulas neste formato em variados meses do segundo semestre de 2020.

Em se tratando de componentes curriculares com carga horária teórico-prática, como é o caso do estágio supervisionado em Serviço Social, o ensino remoto trouxe dilemas e dividiu opiniões. Em algumas universidades, sobretudo públicas, os estágios foram suspensos, como orientado pela ABEPSS; em outras, houve a conclusão do semestre com complementação de horas em projetos de extensão e pesquisa, sendo esta última nem prevista na PNE como espaço para a realização de estágio.

No caso do estado do Amazonas, mais especificamente da cidade de Manaus, uma aproximação à configuração do estágio supervisionado no cenário pandêmico foi possível por meio de uma *live* conduzida pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI) do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 15ª Região, intitulada “Estágio supervisionado em Serviço Social em tempos de pandemia da Covid-19”, originalmente transmitida pelo *Google Meet* no dia 02 de julho de 2020 e, atualmente, disponível no *Youtube*.

Desta atividade participaram discentes em cumprimento de estágio e de períodos iniciais dos cursos, alguns coordenadores de curso de instituições de ensino superior de Manaus, supervisores de campo, a coordenadora de graduação da região norte pela ABEPSS, entre outros ouvintes.

Foram apresentadas as situações de duas instituições de ensino, uma de natureza pública e outra privada, de modo a suscitar o debate sobre a condução do estágio em Serviço Social no estado e as dificuldades sentidas pelos sujeitos envolvidos, não sendo foco o contraste específico entre as duas instituições. Ainda que ambas as instituições tenham suspendido inicialmente o cumprimento de estágio pelos discentes, a instituição privada mencionou que adotou uma condução diferenciada para os alunos finalistas, que estavam na última etapa de estágio e tinham como pendência a implementação do projeto de intervenção. Para estes, foi permitida a conclusão das horas de estágio de forma remota. No caso da instituição pública, a suspensão da atividade curricular de estágio foi mantida até o fim de 2020 e, até janeiro de 2021, ainda não havia uma oficialização sobre a retomada do calendário acadêmico e, por conseguinte, do estágio.

Ao longo da *Live,* estagiários, supervisores acadêmicos e de campo tiveram a oportunidade de se posicionar e apresentar seus argumentos para a suspensão ou retomada do estágio durante o período de pandemia. Vale ressaltar que alguns alunos referiram que estavam realizando o estágio de forma remota, pois muitas instituições/campos de estágio informaram que teriam que cancelar a bolsa se eles não "trabalhassem", dando a entender que o estagiário é uma mão de obra sem a qual a instituição tem seu funcionamento comprometido.

Essa concepção contraria algumas posições já fortemente expressas pela ABEPSS em notas publicizadas desde o início da pandemia: uma delas de que o estágio é formação e não trabalho; a

outra, que é bem mais polêmica, defende que as horárias cumpridas pelos estagiários em tempo de pandemia, sejam elas presenciais ou remotas, não sejam consideradas como carga horária para o estágio.

Há, por parte de alguns, a defesa intransigente da formação de qualidade e a compreensão de que isso só é possível por meio do ensino presencial, como defende a ABEPSS, bem como a necessidade da criação das condições efetivas de biossegurança; por outros, há outras questões ponderadas: possibilidade de rompimento dos contratos dos estagiários, atraso da colação de grau, inviabilização de participação em processos seletivos para pós-graduação ou para ingresso em espaços de trabalho etc.

O fato é que este debate não está encerrado, porque não há consenso entre todos os sujeitos que compõem a tríade do estágio (estagiário, supervisor acadêmico e de campo) quanto aos caminhos a serem adotados pelo estágio nesse contexto de pandemia, tampouco há a capacidade real de projetar quando a pandemia pode terminar e, portanto, quando haverá condições de segurança para a retomada do processo de formação sem risco à vida. Nessa arena, estão em disputa concepções mais críticas e mais conservadoras, mais coletivas e mais individuais, mais emancipatórias e mais mercadológicas. Enfim, não podemos ter a ingenuidade de supor que nesse campo não existam contradições e disputas.

Alguns meses após a *live* realizada em julho de 2020 no Amazonas, deparamo-nos, em 02 de dezembro de 2020, com a publicação no Diário Oficial da União Pública da Portaria nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020 do Ministério da Educação (MEC), que determinou que as instituições federais de ensino superior voltem às aulas presenciais, a partir de 4 de janeiro de 2021. Para que esse retorno ocorresse, era necessário que as universidades públicas adotassem um "protocolo de biossegurança", definido na Portaria MEC nº 572, de 1 de julho de 2020, contra a propagação do novo coronavírus (COVID-19).

No art. 2, o documento estabelece a adoção de recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, que deverão ser "utilizados de forma complementar, em caráter excepcional, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas" como forma de cumprimento das medidas de biossegurança da Portaria MEC nº 572 de 2020.

Outro ponto que chama atenção é o parágrafo 2º do artigo 2 da Portaria do MEC nº 572, de 1 de julho de 2020, que se refere às "práticas profissionais de estágios ou as que exijam laboratórios especializados, a aplicação da excepcionalidade" deve obedecer às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), "ficando vedada a aplicação da excepcionalidade aos cursos que não estejam disciplinados pelo CNE" (BRASIL, 2020).

Esse decreto é motivo de preocupação, pois a pandemia segue sem controle no país, sem vacinação em massa e sem cura para a COVID-19. Então, como retornar às aulas presenciais em meio a uma pandemia no Brasil? Além disso, abre-se a possibilidade às práticas de estágios supervisionados durante esse momento crítico. Se isso ocorrer, como garantir a proteção aos estagiários/estudantes?

Ressalta-se que este decreto sofreu modificações devido à mobilização de várias entidades e dos reitores das universidades federais, bem como o espraiamento do segundo pico da COVID-19 no Brasil. O Ministro da Educação Milton Ribeiro adiou a volta às aulas presenciais para o dia 1 de março de 2021. A alteração feita está disposta na portaria do MEC nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020.

Nessa lógica, até dia 28 de fevereiro de 2021, as instituições de ensino superior federal poderiam continuar usando atividades virtuais para substituir o ensino presencial. Após o dia 1 de março

de 2021, deveriam usar os recursos digitais como excepcionais e complementares. Em maio de 2021, o ensino presencial ainda não foi retomado.

A portaria mencionava que os prazos poderiam ser modificados pontualmente, dependendo do avanço da pandemia da COVID-19. O documento citava a possibilidade de autoridades locais suspenderem as atividades presenciais, levando em conta as condições sanitárias da região. As instituições que tomassem essa decisão deveriam comunicar o MEC em até 15 dias.

Essas orientações nos fazem inferir que as regiões mais afetadas pelo vírus acabarão em descompasso na condução do ensino em relações às outras regiões que não pararem; a desigualdade se evidenciará mais do que nunca, criando um abismo na formação profissional dos brasileiros. Até o momento (maio de 2021), a campanha de vacinação no país é lenta, porque dispomos de poucas doses, que não permitem, sequer, a imunização de todos os profissionais da educação. Ao olharmos atentamente para a realidade que estamos vivenciando e diante dos posicionamentos do MEC, podemos concluir que, diante das incertezas e sem a implementação da vacina, a retomada das aulas e dos estágios é temerária, pois sabemos que não há vacina para todos e não é possível fazer uma ampla campanha de vacinação em tão curto tempo. Isto posto, não podemos aceitar que a comunidade acadêmica (discentes, docentes, técnicos e demais sujeitos) seja exposta ao risco de contaminação e morte.

CONCLUSÃO

A discussão do estágio supervisionado diante da atual conjuntura brasileira cheia de incertezas impostas pela pandemia da COVID-19 se faz necessária e fundamental, para as tomadas de

decisão da categoria, pois as discussões e ações realizadas nesse primeiro momento da pandemia serão cruciais para o futuro das próximas gerações da nossa profissão, pois os discentes/estagiários de hoje serão os profissionais, docentes, supervisores e pesquisadores do amanhã.

Temos clareza que a formação profissional tem se fragilizado ao longo dos anos, sobretudo com o processo de mercantilização do ensino superior e da proliferação dos cursos na modalidade a distância. Entretanto, com a pandemia e a adoção do ensino remoto em instituições públicas e privadas, que atuavam exclusivamente na modalidade presencial, há um risco iminente de espraiamento da precarização da formação profissional em Serviço Social, como nunca se viu.

Nesse cenário, a retomada das aulas presenciais, como prevista pelo MEC, causa repulsa e preocupação, visto que vivenciamos uma nova onda da COVID-19 no Brasil, com a circulação de novas variantes do vírus com maior poder de transmissibilidade, não dispomos de uma terapêutica com eficácia comprovada para a doença nem de doses suficientes de vacina para imunização de grande parcela da população. Com isso, o discurso de criação de planos de biossegurança pelas instituições de ensino como medida de proteção é falacioso, porque nenhum desses planos será capaz de assegurar a completa proteção da comunidade acadêmica quanto à infecção, internação e óbito por conta da COVID-19.

É primordial a leitura da realidade que vivenciamos e o aprofundamento do debate quanto ao estágio nesse momento de pandemia, sem deixar de considerar que o estágio é um momento de ensino-aprendizagem considerado a espinha dorsal da formação, como menciona Pereira (2013), e requer de nós um olhar especial em todo o processo formativo, mas, sobretudo, nesse contexto tão adverso.

Tais reflexões são fundamentais para que não percamos de vista a verdadeira direção do estágio e, obviamente, da condução do processo de ensino-aprendizagem (como um todo) com qualidade, na busca por uma formação sustentada nas diretrizes curriculares da ABEPSS, no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão.

REFERÊNCIAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 07/10/2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota**: os impactos da pandemia da COVID-19 (coronavírus) e as medidas para a Educação. Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 09/10/2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota**: referente ao estágio supervisionado no período de isolamento social para o combate ao novo coronavírus (Covid-19). Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 08/10/2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Nota**: trabalho remoto em tempos de pandemia em defesa da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2020. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 09/10/2020.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília: ABEPSS, 2010. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. Acesso em: 10/10/2020.

AMAZÔNIA/FIOCRUZ. ASCOM-ILMD. "Fiocruz Amazônia pública nota técnica sobre o SARS-CoV-2 e a nova variante que circula no AM". **Portal Eletrônico Amazônia Fiocruz** [2021]. Disponível em: <https://amazonia.fiocruz.br>. Acesso em: 29/01/2021.

AMAZÔNIA/FIOCRUZ. ASCOM-ILMD. "Nota Técnica Conjunta Nº 09/FIOCRUZ/ILMD e FVS-AM". **Portal Eletrônico Amazônia Fiocruz** [2021]. Disponível em: <https://amazonia.fiocruz.br>. Acesso em: 29/01/2021.

ANDES-SN. **Projeto do Capital para a Educação**: o ensino remoto e o desmonte do trabalho. Brasília: ANDES-SN, 2020.

BRASIL 247. "Famílias realizam filas para comprar oxigênio em empresas privadas em Manaus". **Portal Eletrônico Brasil 247** [16/01/2021]. Disponível em: Famílias realizam filas para comprar oxigênio em empresas privadas em Manaus - Brasil 247. Acesso em: 26/01/2021.

BRASIL. **Decreto nº. 43.234 de 23 de dezembro de 2020**. Manaus: Amazonas AM, 2020. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br>. Acesso em: 1º/02/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 572, de 1 de julho de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08/01/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 08/01/2021.

CARTA CAPITAL. "O que se sabe sobre a nova cepa de coronavírus da África do Sul". **Portal Eletrônico Carta Capital** [24/12/2020]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br>. Acesso em: 08/01/2021.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008**. Brasília: CFESS, 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 08/10/2020.

CNN/BRASIL. "Laboratório identifica nova variante do coronavírus no Brasil". **Portal Eletrônico CNN Brasil** [31/12/2020]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 09/01/2021.

CNN/BRASIL. "Situação do Amazonas sobre Covid-19". **Portal Eletrônico CNN Brasil** [08/01/2021]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 09/01/2021.

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social. **Conselho Regional de Serviço Social do Amazonas**. Live 6 da Comissão de Orientação e Fiscalização (COFI), do CRESS do Amazonas, em defesa do exercício profissional da categoria. Amazonas: CRESS 15ª Região,

2020. Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 10/10/2020.

GAGO, V.; CAVALLERO, L. "Dívida, moradia e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia. Laboratório de Teorias e Práticas Feministas (PACC -UFRJ)". **Portal Eletrônico Medium** [18/04/2020]. Disponível em: <https://medium.com>. Acesso em: 09/11/2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

LOLE, A. *et al*. "Crise e pandemia da COVID-19 — leituras interseccionais". *In*: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (orgs.). **Para além da quarentena**: reflexões sobre crise e pandemia. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2020.

MBEMBE, A. "Necropolítica". **Arte & Ensaios**, n. 32, dezembro, 2016.

NAVECA, F. *et al*. "Reinfecção do SARS-CoV-2 pelo novo Variant onf Concern (VOC) P.1 no Amazonas, Brasil". **Portal Eletrônico Virological** [17/01/2021]. Disponível em: <https://virological.org>. Acesso em: 30/01/2021.

OPAS. Organização Pan-americana da Saúde. "Folha informativa COVID-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil". **Portal Eletrônico OPAS** [2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 01/01/ 2021.

PEREIRA, L. D. P.; ALMEIDA, N. L. T. (orgs.). **Serviço Social e educação**. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de

EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, P. R. F. "Universidade, Ciência e Pandemia: entre desmontes e resistências". *In*: SANTOS NETO, A. B. S.; FERNANDES, E. N. S. (orgs.). **Coronavírus e crise do capital**: impactos aos trabalhadores e à natureza. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020.

WHO - Wordl Health Organization. "Dados atualizados do Brasil acerca da COVID-19". **Portal Eletrônico WHO** [2020]. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br>. Acesso em: 1º/01/ 2021.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Aldair Oliveira de Andrade é graduado em Administração de Empresas e em Filosofia. Doutor em Ciências Sociais e pós-doutor em Filosofia e docente na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail para contato: aldairufam@gmail.com

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira é graduada, mestre e doutora em Serviço Social. Atua como docente dos Programas de Pós-Graduação da UNESP/Franca e da UFPI/Teresina. E-mail para contato: cirlene.oliveira@unesp.br

Clivia Costa Barroco é graduada e mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. É membro do grupo de pesquisa "Estudos de Sustentabilidade, trabalho e Direitos da Amazônia". E-mail para contato: cliviabarroco@gmail.com

Erica Bomfim Bordin é graduada, mestre e doutora em Serviço Social. Pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES). E-mail: ebordin@pucrs.br

Jane Cruz Prates é graduada, mestre, doutora e pós-doutora em Serviço Social. Atua como docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail para contato: jprates@pucrs.br

SOBRE OS AUTORES

Luciana Batista de Oliveira Cantalice é graduada, mestre e doutora em Serviço Social. Atua como docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail para contato: lucianabocantalice@gmail.com

Marinez Gil Nogueira Cunha é graduada em Serviço Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Biotecnologia na área de Gestão da Inovação. Atua como docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: marinezufam@gmail.com

Roberta Ferreira Coelho de Andrade é graduada em Serviço Social. Mestre e doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. Pós-doutora em Serviço Social. Docente da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: roberta_ufam@yahoo.com.br

Tatiana Reidel é graduada, mestre e doutora em Serviço Social e pós-doutora pela Universidade Complutense de Madri (UCM) Espanha. Atua como docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: tatyreidel@gmail.com

Vera Lúcia Batista Gomes é graduada, mestre em Serviço Social e doutora em Sociologia do Trabalho. Atua como docente na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: veragomesbelem@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Vivianne Batista Riker de Sousa é graduada em Serviço Social e mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail para contato: vivianneriker@gmail.com

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/livros

Copyright © Editora IOLE
2021

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

EDITORA IOLE

Coleção Comunicação e Políticas Públicas

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2021